

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JEFFERSON MACIEL LIRA

**HOMOSSEXUAIS E DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA: A
AULA OFICINA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE COMBATE À
HOMOFOBIA**

São Luís
2022

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JEFFERSON MACIEL LIRA

**HOMOSSEXUAIS E DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA: A
AULA OFICINA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE COMBATE À
HOMOFOBIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

São Luís
2022

Lira, Jefferson Maciel.

Homossexuais e ditadura empresarial-militar : a aula oficina como ferramenta pedagógica de combate à homofobia / Jefferson Maciel Lira. – São Luís, 2022.

124 f.; il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves.

1. Ensino de História. 2. Ditadura Empresarial Militar. 3. Homossexualidades. 4. Diversidade. 5. Aula-oficina. I. Título.

CDU 316.647.8-055.3:94(81).088

JEFFERSON MACIEL LIRA

**HOMOSSEXUAIS E DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR BRASILEIRA: A
OFICINA-AULA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA DE COMBATE À
HOMOFOBIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves

Aprovado em: 26/09/2022.

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Monica Piccolo Almeida Chaves (orientadora)
(PPGHIST/UEMA)



Profa. Dra. Carine Dalmás (arguidora)
(PPGHIST/UEMA)



Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves (suplente)
(PPGHIST/UEMA)

São Luís-MA
2022

AGRADECIMENTOS

Neste espaço quero agradecer aos meus pais Nalva Maciel e Reginaldo Lira, que sempre tiveram a disposição e confiança para acreditar em minhas escolhas profissionais, e sustentaram meus sonhos da maneira mais plausível possível. A vocês meus únicos amores meu muito obrigado. Depois quero agradecer a minha orientadora, que é a única e principal responsável pelo alcance desta titulação, sem você Monica Piccolo eu não conseguiria metade de todas as minhas conquistas acadêmicas e profissionais. Obrigado, sempre que te encontrar meu dever é te agradecer. Aos meus amigos e aqui nomino alguns deles, Manoel Afonso, Reinilda Oliveira, Marla Rafaela, Marcos Paulo, Rayana Carvalho, Washington Carlos, Felipe Carvalho a vocês meus amigos obrigado por cada incentivo, cada palavra e principalmente por cada momento que estive com vocês nesse processo. Quero agradecer ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão pela condução ao novo conhecimento ofertado na representação de todos os professores e funcionários. E agradecer a Universidade Estadual do Maranhão pelo seu programa de bolsa que concedeu apoio e financiamento desta pesquisa do qual não seria possível sua realização.

RESUMO

Durante a Ditadura Empresarial Militar Brasileira indivíduos que não constituíam um padrão estético, comportamental e moral estabelecido pela ação conjunta do Estado e por uma parcela da sociedade civil sofreram diversas consequências políticas e sociais, neste caso em específico pessoas homossexuais foram perseguidas, subjugadas e marginalizadas na dinâmica social pela própria condição de existir. Este debate vem crescendo ao longo do tempo e principalmente consolidado após publicações de pesquisas e documentos oficiais que deram fôlegos para uma capilaridade destes temas para além do espaço acadêmico. Desta maneira, o espaço escolar além de ser um ambiente propício ao debate é o lugar específico de transformação e construção de conhecimento, tornando o Ensino de História imprescindível para elaborações de estratégias de ampliação de liberdades individuais, diversidades e dos direitos democráticos. Assim, esse estudo propõe-se a pensar estratégias metodológicas e críticas que sejam capazes de propor a abordagem desta temática e impulsionar o enfrentamento aos preconceitos e discriminação nestes espaços, utilizando os temas transversais a partir do Ensino de História. Para tal, será demonstrado de que maneira a homossexualidade é retratada nas normativas legais, livros e recursos didáticos. Partindo do pressuposto de que o ensino e aprendizagem são fundamentais na construção de identidades, no combate ao preconceito e na promoção dos direitos e liberdades individuais, esta pesquisa pretende criar uma ponte entre produção do conhecimento científico e o ensino básico, pautado não apenas na formação de alunos e no processo de aprendizagem, mas na capacitação do professor de História, cujo acesso a diversos recursos pedagógicos, ampliam-se suas possibilidades de abordagem sobre estas temáticas, além de permitir a inclusão e o acesso a novas formas metodológicas, instrumentais e ferramentas para a prática docente que se estendem para além do livro didático. Como produto educacional, serão construídos cadernos de oficinas-aulas que se têm por objetivo a (re)construção do saber através da investigação e análise de discursos históricos como base principal do processo de ensino-aprendizagem. A Aula-oficina é uma ferramenta de potencialização da relação entre professor e aluno de uma forma mais horizontalizada, otimizando as experiências do ensino, e atribuindo ao aluno maior participação no processo de construção do conhecimento, rompendo com o modelo de aula apenas expositivas, conduzindo-os a elaborar problemas e encontrar soluções práticas a partir do Ensino de História.

Palavras-chave: Ensino de História; Ditadura Empresarial Militar, Homossexualidades, Diversidade; Aula-Oficina.

ABSTRACT

During the Brazilian Military Business Dictatorship, individuals who did not constitute an aesthetic, behavioral and moral standard established by the joint action of the State and a portion of civil society suffered various political and social consequences, in this specific case homosexual people were persecuted, subjugated and marginalized in the social dynamics by the very condition of existing. This debate has been growing over time and mainly consolidated after publications of research and official documents that gave breath to acapillarity of these themes beyond the academic space. In this way, the school space, in addition to being an environment conducive to debate, is the specific specific place for transformation and construction of knowledge, thus making the Teaching of History essential for the elaboration of strategies to expand the aspects of individual freedoms, diversities and democratic rights. That said, this study proposes to think of methodological and critical strategies that are capable of proposing an approach to this theme and boosting the confrontation of prejudice and discrimination in these spaces, using transversal themes from the Teaching of History. That said, to demonstrate this, it will be demonstrated how homosexuality is portrayed in legal regulations, books and educational resources. Assuming that teaching and learning are fundamental in the construction of identities, in the fight against prejudice and in the promotion of individual rights and freedoms, . This research, intends to create a bridge between the production of scientific knowledge and basic education, based not only on the training of students and the learning process, but on the training of the History teacher, whose access to several that through the possibilities of pedagogical resources , the possibilities of approaching these themes are expanded, in addition to allowing and allowing the inclusion and access to new methodological, instrumental and tools for teaching practice that extend beyond the textbook. . As an educational product, notebooks for class-workshops will be built, which aim at the (re)construction of knowledge through the investigation and analysis of historical discourses as the main basis of the teaching-learning process. The Workshop-Class is a way to stimulate the relationship between teacher and student in a more horizontal way, optimizing teaching experiences. It attributes to the student a greater participation in the knowledge construction process, breaking with the only expository class model, leading them to elaborate problems and find practical solutions based on the Teaching of History.

Keywords: History teaching; Military Business Dictatorship, Homosexuality, Diversity; Workshop-class.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1 - HOMOSSEXUALIDADES E ENSINO DE HISTÓRIA: normatizações e estratégias de interação.....	15
Introdução.....	15
1.1 Consciência Histórica na luta contra a LGTBFobia.....	15
1.2 Instrumentos reguladores do processo educacional: por uma cidadania mais ampla e plural .	21
1.3 A formação docente no brasil	44
1.4 A formação docente continuada no campo da gestão educacional.	47
CAPÍTULO 2. DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA.....	53
Introdução.....	53
2.1 Homofobia: a falência de um projeto societário.....	53
2.2. A ditadura empresarial-militar brasileira como baluarte da homofobia nacional.....	54
2.3. História e homossexualidades: discursos e regulações.....	59
2.4 Sociabilidades de homossexuais em meio à ditadura empresarial-militar.....	70
CAPÍTULO 3 – SEXUALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA: a aula-oficina como produto educacional para uma educação histórica.....	85
3.1. DIVERSIDADE SEXUAL, ENSINO DE HISTÓRIA E LIVRO DIDÁTICO	87
3.2. SEXUALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA NO IEMA PLENO DE MATÕES: ANÁLISE DE QUESTIONÁRIO.....	93
3.3. A AULA-OFICINA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA	102
3.4. CADERNO DE AULAS-OFICINAS - DISCUTINDO SEXUALIDADE ATRAVÉS DA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR NA ESCOLA: breve apresentação sobre o produto educacional.....	107
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	119

INTRODUÇÃO

O interesse pela problemática desta pesquisa surgiu a partir do projeto de extensão intitulado: “Reinventando a prática pedagógica: o uso de impressos nos Estudos sobre a Ditadura Militar no Maranhão”, financiado pelo Programa Institucional de Bolsa de Extensão- PIBEX /UEMA (2014 – 2015) e desenvolvido sob a orientação da Profa. Dr^a Monica Piccolo Almeida Chaves, no qual fui bolsista voluntário. O objetivo desse projeto era facilitar o uso das fontes impressas (jornais) enquanto documentos pedagógicos auxiliares nas escolas, escolhendo diversas temáticas do período da Ditadura Empresarial-Militar para maior interação dos alunos com documentos históricos.

Além disso, o contato com estas fontes e as leituras acerca do tema foram melhor aprofundadas no desenvolvimento de outro projeto intitulado: “Publicizando os Impressos Maranhenses (1979-1990)”, financiado pelo programa de Bolsa de Apoio Técnico Institucional/BATI-UEMA (2015-2016) e desenvolvido também sob a orientação da Profa. Dr^a Monica Piccolo Almeida Chaves, no qual fui um dos bolsistas. Este projeto consistia na organização, conservação, preservação, digitalização, informatização e divulgação do acervo histórico documental presente no Estado do Maranhão.

Através dos dois projetos acima citados, foi possível realizar um trabalho de conclusão de curso intitulado “NO INTERESSE DA PAZ E DA HONRA NACIONAL: a “Operação Limpeza” nas páginas do Jornal Pequeno, que teve por objetivo a análise do posicionamento do Jornal Pequeno nos primeiros seis meses após o Golpe de 31 de março de 1964. O foco de investigação foi o decreto do Ato Institucional Nº1, de 09 de abril de 1964 pelo Comando Revolucionário, que se desdobrou na “Operação Limpeza” e permitiu perceber o caráter moral e ideológico da ditadura, intrínsecos aos anseios de reordenamento político e econômico.

Diante destas peregrinações investigativas da estrada de professor/pesquisador foi possível efetuar um levantamento prévio de fontes a fim de viabilizar esta pesquisa. Movido por inquietações acadêmicas, históricas e interesses particulares por ser homossexual nesta sociedade, diante das notícias, reportagens e matérias acerca do tema da homossexualidade, me senti impulsionado a realizar a pesquisa sobre a vida de indivíduos, assim como eu, em momentos de governos austeros.

No ano de 2014, o golpe empresarial- militar que deu início ao regime empresarial- militar brasileiro completou 50 anos. Isso implicou em diversas ações na sociedade, como uma maior produção sobre a temática e a ocorrência de eventos acadêmicos por todo o ano no

país, bem como algumas atitudes por parte do governo brasileiro, como a publicação do Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade – cujo cunho político e social foi significativo para o desvelar da memória daqueles que foram torturados e perseguidos, além de ampliar o debate na sociedade civil, apontar caminhos concretos que sinalizem processos históricos recentes que não devam assemelhar-se com este tipo de tragédia política nacional.

O período comandado por estes ditadores configurou um regime autoritário experimentado pelo Brasil e que perdurou por 21 anos. Representou no Brasil ações agressivas contra os direitos civis e na violação de direitos humanos aos cidadãos. Portanto, estas ditaduras instauradas no continente latino-americano, mais especificamente no Brasil, feriram profundamente o respeito, o direito civil, as liberdades individuais e, sobretudo, uma ocorreram em sistemática violação dos direitos humanos. Assim, esta pesquisa tem por intenção discorrer como a homossexualidade foi percebida durante estes regimes autoritários e quais discursos ressoavam para uma prática moral de uma regulação destas sexualidades por parte do Estado, alcançando a imprensa e outras instâncias dessas sociedades que legitimavam a supressão social destes indivíduos neste país.

Dada a grande proporção do Brasil, estes mecanismos de opressões não coercitivas, como a lógica discursiva, foram percebidos e sentidos de uma forma pulverizada pelos quatro cantos da nação. Nos centros urbanos mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro e São Paulo, havia uma repressão coercitiva mais incisiva e que denotava nitidamente o braço e violência do Estado sobre indivíduos, como os homossexuais. No entanto, há diversas lacunas sobre o período estudado no Maranhão, principalmente relacionado às homossexualidades durante o regime empresarial militar, o que torna a intenção desta pesquisa de interesse da população LGBT e dos pesquisadores da história contemporânea maranhense.

O conteúdo proposto nesta pesquisa coloca em discussão o desenvolvimento humano e social, examinando a discussão da regulação das sexualidades que ocasiona uma perseguição coercitiva e moral na sociedade. Falamos de indivíduos que expressam suas sexualidades e compõem suas próprias práticas comportamentais, pautados nos direitos fundamentais de suas liberdades individuais. Logo, o debate foca a questão da violação dos direitos humanos que pode ser materializado e compreendido atrelado ao Estado autoritário, por meio de seus mecanismos de força coercitiva ou consensual e da formulação discursiva da supressão destes sujeitos da dinâmica social.

Assim, elucidar o que ocorrera no passado, revelando a memória à sociedade acerca das mazelas sociais trazidas por regimes autoritários, munindo assim a população do direito de escolhas, e fortalecendo o espírito coletivo democrático para a expressão de suas liberdades,

contribuindo para um esclarecimento histórico sobre a comunidade LGBT¹ ainda hoje massacrada pelo Estado e sociedade civil, ampliando o debate no Brasil acerca das opressões vividas pela população homossexual (hoje ampliada para LGBT) durante os regimes de governos autoritários, torna-se imprescindível para uma reparação histórica a estes indivíduos, sendo importante uma produção historiográfica acerca do tema ainda pouco explorado. Isto situa não apenas o Brasil, mas também o Maranhão, no cenário nacional e internacional acerca desta problemática.

Nesta temática, o diálogo historiográfico não se demonstra vasto, no entanto, já começam a surgir trabalhos atrelando homossexualidade e Ditadura, aglutinando outros trabalhos já existentes à temática homossexual. Como a produção historiográfica específica ainda é bastante escassa, dado a nova perspectiva inaugurada pela temática, é necessário analisar os trabalhos já existentes e confrontar suas análises. Portanto, a atenção aos discursos produzidos acerca dos indivíduos homossexuais, durante este período no Brasil e no Maranhão, se faz necessário para compreender o lugar destinado aos indivíduos homossexuais pós regime autoritário e o legado de consequências e direitos adquiridos e concedidos a estes indivíduos pós regulação e repressão moral.

No Brasil, segundo a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), o número de denúncias aumentou em relação ao ano de 2011 em 166%, em números exatos seriam 1.159 para 3.084 registros. Este foi o último relatório publicado pela SDH/PR no ano de 2012, ainda não há uma atualização de relatórios². Este número indica o índice de homofobia no Brasil. No Maranhão, segundo o relatório, “foram registradas 105 denúncias sobre 201 violações relacionadas à população LGBT pelo poder público, sendo que em janeiro houve o maior registro, de 18 denúncias. Houve um aumento de 56% em relação a 2011, quando foram notificadas 67 denúncias”.³

No Maranhão, os dados atualizados sobre a homofobia⁴ ainda serão elaborados na medida tomada pelo governador Flávio Dino no ano de 2015, que sancionou a lei nº 10.333

¹ Sigla que designa indivíduos que declaram-se Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

² Relatório sobre violência homofóbica no Brasil: ano de 2012, acesso <http://www.mdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>.

³ RELATÓRIO SOBRE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA NO BRASIL: ANO DE 2012, p. 67.

⁴ Homofobia é a hostilidade a homossexuais sejam homens ou mulheres. Ou seja, uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. Pode também ser compreendido como um sistema de humilhação, exclusão e violência que adquiri requintes a partir de cada cultura e formas de organizações das sociedades locais, já que essa forma de preconceito exige ser pensada a partir da sua interseção com outras formas de inferiorização como o racismo e o classismo, por exemplo. Ver HOMOFOBIA. História e crítica de um preconceito de Daniel Borrillo.

em que instituiu o Conselho Estadual LGBT, vinculado à Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop)⁵, ao qual estará encarregado de junto ao Estado processar dados dos índices de violência sobre homofobia no Maranhão.

Estes dados indicam o alto índice presente de violência em relação à homossexualidade no país, em específico no Maranhão, refletindo uma cultura moral de rechaçamento social destes indivíduos, herança direta de um registro histórico violento que ainda precisa ser desvendado e posto à memória social, a fim de auxiliar o debate destes processos de rupturas. Isto posto, justificamos esta pesquisa como contribuinte auxiliar para o resgate do respeito e dignidade dos homossexuais e da população LGBT no Estado, por meio de um discurso histórico que possibilita a visibilidade destes indivíduos e desvenda os perigos e repressões vividas no passado.

Desse modo, acredita-se no ofício do historiador para o revelar da memória, sem permitir que ela se perca e deixe de auxiliar os processos que se exibem presentemente, que exigem da população um conhecimento histórico sobre os mecanismos de resistências e enfrentamento. Dessa maneira, acreditamos que esta pesquisa será de grande contribuição para compreender os fatos investigativos sobre a Ditadura Militar no Maranhão e seus desdobramentos para com os indivíduos homossexuais, através da documentação coletada e processada.

Através do ensino de História, podemos oportunizar ao aluno o ser agente ativo no processo de construção histórica e de se perceber enquanto sujeito histórico, além de capacitá-lo para o enfrentamento de preconceitos já fincados em seus saberes.

Como aponta CANEN (2006), busca-se traduzir para uma linguagem ordenada, técnica e acadêmica, o arcabouço das experiências, discursos, falas, fragmentos, imagens e cenas do cotidiano relativo aos sujeitos pesquisados. Em outras palavras, pretende-se discutir como os marcadores de diferença operam na construção da(s) identidade(s) e das relações sociais para além do circuito escolar, de forma que possa condenar toda discriminação de caráter étnico, racial, classe social, credo religioso, sexo e outra característica peculiar do indivíduo.

Desta maneira, pretende-se entender as diversidades para o melhoramento do desempenho de socialização e de exercício da cidadania. Analisaremos as questões

⁵ Informações retiradas do site do próprio Governo do Estado do Maranhão, <http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/direitos-humanos/governo-assegura-direitos-lgbt-com-a-instalacao-de-conselho-estadual>.

pertencentes ao que o indivíduo discute no dia a dia, como é o caso da sexualidade, tendo em virtude que estas análises não estão ou raramente estão presentes no espaço educacional.

Portanto, pensar na articulação dos conteúdos programáticos do Ensino de História atrelados à transversalidade temática proposta, com ênfase as orientações sexuais, viabiliza-se o cumprimento de propostas pedagógicas previstas pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional Comum Curricular, Plano Estadual de Educação, além do desempenho efetivo dos objetivos específicos do Ensino de História para a terceira série do Ensino Médio.

Atrelar esses elementos pedagógicos programáticos e didáticos no combate à discriminação e preconceito por orientação sexual/identidade de gênero (MARTINS, 2016, p. 27) é construir mecanismos poderosos e efetivos para a construção de uma sociedade que consiga pensar e viver com e na diversidade sexual e/ou sociocultural.

No primeiro capítulo, a principal intenção é discorrer acerca do Ensino de História e o campo da Didática da História como fundamentos para a pesquisa que será desenvolvida. Além disso, serão abordadas as questões dos marcos legislativos na educação nacional e estadual, importantes para pensar as possibilidades, orientações e condições norteadoras para implementação de alternativas de intervenções educacionais seguindo diretrizes e estratégias legais. Discute, ainda, os processos de capacitação de formação continuada que podem e devem ser pensados dentro da sala de aula, no ambiente escolar, a partir da discussão e abordagem dessas temáticas que sejam capazes de munir e instrumentalizar o corpo docente, neste caso o professor de história.

O segundo capítulo desta pesquisa é dedicado ao desenvolvimento de uma discussão historiográfica sobre as principais interpretações referentes ao contexto da ditadura empresarial-militar a partir da reconfiguração de um novo modelo de governo e Estado no Brasil. Nessa análise, destacam-se os diversos processos que levaram à regulação dos indivíduos homossexuais durante o regime autoritário. Também é analisado como esse movimento de regimes autoritários se espalha pela América Latina e o contexto dos indivíduos homossexuais no Maranhão. São ainda discutidas as ferramentas utilizadas para legitimar os discursos durante a ditadura empresarial-militar, analisando o posicionamento de algumas instâncias reguladoras destas sexualidades com base na análise da documentação catalogada. Metodologicamente, a análise será conduzida por meio das extrações das informações adquiridas destas fontes para a construção de um produto educacional com uma linguagem mais acessível, mantendo-se no campo da História.

O terceiro capítulo é voltado para o percurso teórico-metodológico do produto educacional, uma Aula Oficina, com destaque para a realização de visitas diagnósticas e de

aplicação das oficinas em algumas escolas, haja vista já ter sido realizado contato a partir do retorno as aulas. Serão aplicados e analisados os questionários que traçarão um panorama das abordagens que existem sobre essas temáticas nas unidades de ensino. Em seguida, será construída uma análise específica sobre o tema de três livros didáticos adotados pelas escolas que receberam a intervenção das oficinas. E, por fim, será realizada a elaboração do produto educacional utilizando a documentação utilizando a metodologias discutida no capítulo anterior.

A partir das considerações apresentadas, esta pesquisa insere-se na linha de pesquisa “Linguagens e construção do conhecimento histórico” uma vez que pretende analisar o discurso elaborado pelo Estado e também pela sociedade civil, principalmente a imprensa, Igreja e escola, no que se refere ao enquadramento social, moral e comportamental dos homossexuais e elaborar um Caderno de Oficinas, como produto educacional, no sentido de incorporação da temática ao cotidiano escolar. Assim, será problematizada a produção de discursos durante a ditadura empresarial-militar o Brasil e a construção de uma narrativa de necessidade de repressão aos homossexuais como forma de garantir a plena consolidação do projeto político-social ditatorial.

Dessa forma, através do modelo de Aula- Oficina, sistematizada por meio de um Caderno de Oficinas, tem-se por objetivo a (re)construção do saber através da investigação e análise de discursos históricos como base principal do processo de ensino-aprendizagem. A Oficina-Aula sobre sexualidade e repressão é uma ferramenta através da qual alunos e alunas partilharão experiências e elaborarão novos sentidos para as suas relações sociais.

As Aulas- Oficinas, além de ser um recurso para instigar o processo de ensino e aprendizagem, é uma ferramenta capaz de estimular a relação entre professor e aluno de uma forma mais horizontalizada, otimizando as experiências do ensino, atribuindo aos alunos uma maior participação no processo de construção do conhecimento, rompendo com o modelo de aula apenas expositiva, conduzindo-os a elaborar problemas e encontrar soluções práticas a partir do Ensino de História.

Os recursos didáticos utilizados para o desenvolvimento da Aula-Oficina são diversos, como fontes documentais audiovisuais - como músicas, documentários, filmes -, iconografia, jornais, discursos políticos e livros didáticos então adotados. Dentro de cada tópico dos planos de trabalho, estarão determinados e propostos tempo de execução, temática a ser discutida, ferramentas que podem ser aplicadas, questões que devem ser abordadas de acordo com o recurso escolhido e sugestões práticas. Para cada atividade serão descritos os roteiros para discussão de exercícios.

Caberá ao docente a função principal de gerenciador destas atividades para problematização, criticidade e análise destes conhecimentos históricos, discutindo esses pontos sob o prisma da realidade maranhense, servindo, assim, de conteúdo auxiliar para os professores de História. O interesse em produzir este tipo de proposta pedagógica está voltado a uma necessidade social do presente, uma vez que ainda são alarmantes os índices de violências contra os homossexuais, promovendo, desta forma, a dinamização no cotidiano escolar da abordagem da temática, na atualidade e durante a ditadura empresarial-militar, ainda marcado pela carência nos materiais didáticos das escolas, sejam elas públicas ou privadas, que abordem as questões de gênero e sexualidade.

A utilização de múltiplos recursos metodológicos para elaboração do caderno de oficinas pedagógica, utilizado pelo professor para abordagem do conteúdo, permitirá construir saber fundamentado a partir de práticas transversalizadas, interdisciplinares, em dimensões pedagógicas e didáticas, que se adequam ao eixo de História, Historiografia e Recurso Didático, inserido na linha de pesquisa Linguagens e construção do conhecimento histórico.

Esta pesquisa visa contribuir para a produção historiográfica do estado, sobre o momento de grande importância da história do nosso país, trazendo uma nova perspectiva de análise, a partir da reflexão para pensar a homossexualidade e a ditadura na sociedade maranhense, contribuindo para o rompimento de um eixo centralizador de produção historiográfica concentrado no Sul e Sudeste e democratizando o acesso e a construção de elaborações históricas sobre visões e lugares diferentes sobre o mesmo tema, realçando as peculiaridades históricas do Maranhão.

Além disso, buscar repensar a discussão de identidades de gênero e sexualidade no ambiente escolar, construindo material específico para o combate à lgbtefobia, conforme as propostas previstas pelas normativas legais que traçam esta pauta. Portanto, se constitui enquanto uma ferramenta capaz de prevenir situações de violências, promover direitos humanos e liberdades individuais, sinalizar processos de capacitação para formação continuada de docentes e intervir para a elaboração de melhorias nos índices de atendimento equidade para educação básica.

CAPÍTULO 1 - HOMOSSEXUALIDADES E ENSINO DE HISTÓRIA: normatizações e estratégias de interação

Introdução

Este capítulo dedica-se aos campos da ciência histórica considerados como centrais para definir de que maneira pretende-se abordar esta pesquisa e instrumentalizar conceitos e definições aqui pontuados. Portanto, discute-se acerca da Didática da História e o Ensino da História, enquanto campos essenciais para a construção dos processos de percepção dos objetos, do tema e dos espaços que serão aplicados. Serão abordadas as principais demarcações legislativas educacionais em âmbitos nacionais e locais, elementos norteadores que fundamentam as possibilidades de construções de recursos de métodos e práticas pedagógicas para educação. Propõe uma discussão ampliada sobre os processos de formação continuada dos professores de história a partir da sala de aula, baseada na gestão democrática existente nos espaços escolares. Ou seja, não destitui os processos de capacitação e formação já propostos nos moldes existente, mas reflete sobre uma forma alternativa e concomitante a esses processos a partir das intervenções aqui pensadas, tomando as abordagens das temáticas aqui propostas como ponto de partida.

1.1 Consciência Histórica na luta contra a LGTBfobia

As Diretrizes Educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) sinalizam para a possibilidade do uso de temas transversais⁶ como didática pedagógica para abordar questões que, de alguma maneira, não sejam contempladas dentro dos conteúdos programados por cada componente curricular. Destaforma, a temática sobre orientação sexual pode ser aplicada transversalmente acerca da pluralidade sociocultural que é a porta de entrada de todos os outros eixos. Encontramos, portanto, as diretrizes principais para executarmos de maneira responsável e efetiva a discussão sobre este tema.

Sabe-se que a educação possui papel primordial no desenvolvimento das pessoas através da formação cidadã, e construção democrática dentro das sociedades. Diante disso, é

⁶ Para o entendimento acerca do tema, verificar as diretrizes dos Parâmetros Curriculares Nacionais nas referências

necessário estabelecer princípios que normatizem a prática pedagógica no intuito de propiciar aos jovens condições adequadas para ingressar não somente no mundo do trabalho, mas também tornar esse indivíduo em formação cada vez mais atento às questões sociais e políticas do seu cotidiano.

A realidade escolar brasileira apresentou importantes mudanças na transição do século XX para o XXI. Uma das principais consequências desses processos transformativos foi à produção dos Parâmetros Curriculares Nacionais, postulado criado pelo Ministério da Educação do governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1998, que se define como tal:

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania (BRASIL, 1998, p. 5).

Tomando como referência o objetivo principal dos PCN's, espera-se que essas orientações promovam o aprofundamento do debate sobre a educação por todo o país, envolvendo sujeitos ativos: as escolas, pais e mães, estudantes, professores, comunidade, autoridades públicas; englobando todas as pessoas dispostas a participar da construção de um quadro educativo mais promissor para o país. Diante disso, os parâmetros se caracterizam por:

- apontar a necessidade de unir esforços entre as diferentes instâncias governamentais e da sociedade, para apoiar a escola na complexa tarefa educativa;
- mostrar a importância da participação da comunidade na escola, de forma que o conhecimento aprendido gere maior compreensão, integração e inserção no mundo; a prática escolar comprometida com a interdependência escola-sociedade tem como objetivo situar as pessoas como participantes da sociedade — cidadãos — desde o primeiro dia de sua escolaridade;
- contrapor-se à idéia de que é preciso estudar determinados assuntos porque um dia eles serão úteis; o sentido e o significado da aprendizagem precisam estar evidenciados durante toda a escolaridade, de forma a estimular nos alunos o compromisso e a responsabilidade com a própria aprendizagem;
- explicitar a necessidade de que as crianças e os jovens deste país desenvolvam suas diferentes capacidades, enfatizando que a apropriação dos conhecimentos socialmente elaborados é base para a construção da cidadania e da sua identidade, e que todos são capazes de aprender e mostrar que a escola deve proporcionar ambientes de construção dos seus conhecimentos (BRASIL, 1998, p. 10).

A tarefa de unir esforços em diversas instâncias públicas e dentro da sociedade como um todo, através da importância da atuação da comunidade no âmbito escolar, em parceria com o exercício contínuo de sempre mostrar o sentido das diversas aprendizagens durante toda a idade escolar, contribui sistematicamente para apontar a indispensabilidade de que as crianças e jovens desenvolvam as variadas capacidades e inteligências.

Assim sendo, cabe destacar dois importantes elementos abordados dentro dos Parâmetros Curriculares Nacionais: os *temas transversais* e a *pluralidade cultural*. A utilidade de problematizar esses pontos se dá pela grande disparidade social ainda presente no Brasil. A enorme diversidade sociocultural, étnica, religiosa e política, que dão a essência do que realmente é nosso país, precisam ser problematizadas na escola.

Pautados nos fundamentos do Estado Democrático de Direito (soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político), por meio dos objetivos fundamentais da República, dentre eles, construir uma sociedade livre, justa e desprovida de desigualdades e preconceitos de toda natureza, os PCN's possuem uma função central no que se refere ao propósito de formar um povo liberto da tradição autoritária advinda da escravidão e dos períodos de governos não democráticos pelos quais nosso país passou.

Dialogar com a questão dos temas transversais na educação é de suma importância para compreendermos que os diversos processos de ensino e aprendizagem, inerente aos conteúdos e matérias específicas, precisam abordar assuntos relativos ao cotidiano da comunidade escolar. Consequentemente, tendo vista essa faixa etária estudantil aproximar-se de temáticas específicas dos temas transversais como saúde, ética, orientação sexual, meio ambiente, pluralidade cultural, trabalho e consumo, tornaram-se exigências atribuídas nos BNCC. Neste sentido, os temas transversais se justificam pelo fato da prática educativa se fundamentar em preceitos democráticos, objetivando o reconhecimento das contradições, diferenças e existências de várias classes e grupos no corpus social nacional.

Portanto, os critérios adotados para tal elaboração são a urgência social (preocupação com questões graves que afrontam a cidadania), abrangência nacional (contempla questões pertinentes a todo país), possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino médio (a experiência pedagógica brasileira para essa etapa da escolaridade) e favorecer a compreensão da realidade e participação social (visão ampla e consistente da realidade brasileira e inserção no mundo, possibilitando a participação social dos alunos). Dentro desses postulados, a transversalidade se traduz em:

Diante disso optou-se por integrá-las no currículo por meio do que se chama de transversalidade: pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade e que sejam orientadores também do convívio escolar (BRASIL, 1998, p. 27).

Fundamentalmente, há caminhos para que não deixe de ser relevante a discussão sobre sexualidade, orientação sexual, identidade de gênero prevista pelos parâmetros dentro do ambiente escolar. Porém, quando conseguimos aproximar estas diretrizes e traçar práticas pedagógicas executáveis, atreladas às disciplinas programadas, conseguimos obter êxito quanto aos objetivos traçados no planejamento dos parâmetros. Portanto, unir os temas transversais sobre orientação sexual e o Ensino de História se torna uma maneira eficaz de desempenhar as habilidades da disciplina de História. A própria BNCC aponta os seguintes objetivos:

Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais. Identificar diversas formas de violência (física, simbólica, psicológica etc.), suas principais vítimas, suas causas sociais, psicológicas e afetivas, seus significados e usos políticos, sociais e culturais, discutindo e avaliando mecanismos para combatê-las, com base em argumentos éticos (BNCC, 2017, p. 577).

Dentro do Ensino Básico há um elo entre Teoria da História e suas metodologias na produção do conhecimento no Ensino de História, que se trata da transposição pedagógica. As formas de utilização de ferramentas são diversas para efetuar a elaboração do conhecimento e pôr em prática o que já discutimos anteriormente. Podem ser utilizados filmes, documentários, músicas, ou seja, múltiplas linguagens que explorem, dentro de um determinado contexto histórico previsto pelos conteúdos da disciplina de História, reflexões e questões que possam e devam ser problematizadas e trabalhadas e o foco deste projeto, o combate a homofobia.

A produção da consciência histórica do aluno, como nos afirma Jörn Rüsen (2006) é construída através do exercício da descoberta e da problematização das fontes e a desconstrução de conceitos, argumentos e valores calcificados de forma equivocada pelos uníssonos megafones discursivos que por muito tempo dirigiram a História e maneira que ela foi construída.

Sobre o texto de Rüsen a ideia de compreender uma Didática da História para melhor desempenhar as funções objetivada nesta pesquisa, que é empreender o combate a homofobia no espaço escolar através disciplina e do Ensino de História com a utilização de documentos históricos selecionados, se faz necessário para a otimização da instrumentalização dessas fontes, bem como para a elaboração de estratégias que consigam transpor as barreiras da aprendizagem no corpo discente para a qualificação dos docentes. O conceito amplia a noção

de participação do professor neste processo, e consegue munir este profissional com ferramentas a mais para o desempenho de suas funções.

Esta pesquisa está pautada na elaboração de um caderno de oficina-aulas que consigam didaticamente transmitir o conhecimento histórico a partir do despertar da consciência histórica. Porém, utilizar metodologicamente a Didática da História para manusear estes processos de formação contínua para a qualificação docente talvez seja o caminho necessário a seguir, pois nitidamente consegue dar conta dos problemas teóricos, metodológicos e sensíveis na dimensão desta investigação.

Não apenas refletir sobre o conceito de Didática da História, enquanto lugar específico do campo da História e que está ligada a produção da consciência histórica a partir de uma interpretação da experiência humana e do tempo é uma relação de transformação de um para o outro, do natural para o real, do sentido para o descrito e do ser para o estar. Pode nos auxiliar na feitura desta pesquisa, discutindo de forma crítica os passos do Método Histórico revisitado e proposto por Rüsen, que servem como estruturas legítimas para o arcabouço sólido nesse diálogo entre a Ciência Histórica e o Ensino de História, pois comungamos com a ideia integrada entre prática e reflexão histórica, que didaticamente, aqui no sentido pedagógico, coloca o sujeito no centro da produção de discursos, narrativas e do fazer/pertencer histórico.

Utilizando-se metodologicamente desta instrumentalização do conceito, que tanto serve para sustentar a ação teórica da História, quanto como ferramenta da produção deste conhecimento no espaço escolar, poder-se-á promover a participação mais efetiva e orientada dos alunos e professores a partir não somente das discussões presentes no texto dissertativo, como principalmente através da adoção do produto educacional.

Partindo ainda das reflexões de Rüsen nas quais a “pesquisa histórica é um processo cognitivo, no qual os dados das fontes são apreendidos e elaborados para concretizar ou modificar empiricamente (grifo nosso) perspectivas (teóricas) referentes ao passado humano” (RUSEN, 2007, p. 104), pretende-se aqui oportunizar ao aluno ser agente ativo no processo de construção da História e de se perceber enquanto sujeito histórico, capacitando-o para o enfrentamento de preconceitos já fincados em seus saberes.

Desta forma, entende-se como oportuno compreender de maneira mais abrangente o conceito de Método Histórico para aplicação metodológica nesta pesquisa. Ampliar esta perspectiva se dá não apenas na elasticidade da concepção teórica do conceito, mas de forma possível e orgânica das suas extensões práticas para o exercício da própria ciência histórica e não apenas para legitimidade da sua existência. É de ciência que segundo Rüsen (2007) o

Método Histórico é constituído por um conjunto de regras alegóricas que gerenciam a interpretação e dirige a construção dos conhecimentos que produzem as narrativas e discursos históricos no processo da pesquisa histórica, definidas por heurística, a crítica e a interpretação. Ou seja, são operações processuais técnicas que garantem legitimidade, objetividade e resultados dos objetos e fontes históricas. Porém, não se deve aqui confundir este caráter técnico com mecanicidade, pois o movimento da História não pode ser apreendido de maneira engessada e mecânica. Essa percepção técnica auxilia o ofício do historiador para aquisição e produção do conhecimento por ele constituído, o que metodologicamente permite ações outras como comunicabilidade, transposição e outras dinâmicas a partir dos resultados desses processos.

Portanto, a unidade do Método ou metodização pode ser apreendida para produção da pesquisa histórica e para produção de alternativas interpretações narrativas e discursivas que podem empreender não apenas a investigação do passado, mas a responder espaços presentes em relação aos processos de futuros passados que são destaques no presente. A percepção que há aqui é de que essa metodização pode auxiliar nas memórias passadas com vistas a conscientizar, discutir e encontrar explicações concretas para as relações sociais existentes no agora.

Segundo Rüsen (2007) se considerarmos as etapas deste processo do Método Histórico, seremos capazes de garantir a partir de uma relação inter e subjetiva uma argumentação histórica e científica pautada nas experiências passadas de determinados grupos, indivíduos e etc. Teríamos, portanto, a elaboração de uma pergunta histórica fruto do tempo presente, em um primeiro momento. Em sequência, uma pergunta gerenciada pelo historiador às fontes históricas catalogadas para extração de subsídios factuais, históricos e narrativos, e como terceiro processo de refinamento, o polimento e aperfeiçoamento dessas extrações como produtos científicos e históricos desse itinerário da produção do conhecimento histórico.

Subsequentemente, como exemplo prático deste método, podemos aqui pôr em prática as seguintes questões: por que há uma regulação moral aos indivíduos homossexuais que hoje entendemos como homofobia? De que forma estão narrados, descritos e presentes a homossexualidade e os homossexuais nestes documentos, nessas temporalidades? E o que a partir disso podemos inferir após análise no laboratório do historiador?

As autoras ABUD (2005) e SCHIMIDT (2012) abordam dois aspectos que considero de fundamental importância para esta pesquisa, que são os percursos para a construção do saber histórico escolar e as questões epistemológicas e teóricas para pesquisa em educação histórica, pois se faz necessário compreender como se constrói o saber e o conhecimento

histórico no espaço escolar, o que implica em compreender a História enquanto processo problematizado por um agente histórico, bem como a necessidade de contextualização para que seja possível angariar não apenas a atenção da comunidade histórica, mas para conseguir facilitar o exercício do docente na aplicação prática de seus objetivos.

Considera-se central, assim, perceber de antemão quais são os desafios teóricos e as barreiras epistemológicas que precisam ser superados para que seja possível a materialidade dos processos teoricamente elaborados. As autoras, portanto, sinalizam que estes elementos, embora estejam circundados em todas as aplicabilidades pedagógicas e didáticas, são imprescindíveis para que possam ser aprimorados os objetos de pesquisa. Desta forma, assume-se aqui o desafio de compreender estes elementos não como auxiliares, mas sim como fundamentais no campo linguístico, teórico e simbólico no enfrentamento dos desafios dentro do espaço escolar.

Esta pesquisa assume um caráter pedagógico, na medida em que, como aponta CANEN (2006), busca-se traduzir para uma linguagem ordenada, técnica e acadêmica, o arcabouço das experiências, discursos, falas, fragmentos, imagens e cenas do cotidiano relativo aos sujeitos pesquisados. Em outras palavras, pretende-se discutir como marcadores de diferença operam na construção da(s) identidade(s) e das relações sociais para além do circuito escolar, de forma que possa condenar toda discriminação de caráter étnico, racial, classe social, credo religioso, sexo e outra característica peculiar do indivíduo.

Desta maneira, pretende-se entender a diversidade para o melhoramento do desempenho de socialização e de exercício da cidadania. Analisaremos as questões pertencentes ao que o indivíduo discute no dia a dia, como é o caso da sexualidade, tendo em virtude que estas análises não estão ou raramente estão presentes no espaço educacional.

Portanto, pensar a articulação dos conteúdos programáticos do Ensino de História atrelado à transversalidade a partir das propostas da Base Nacional Comum Curricular e, neste caso, abordando as diversidades enfatizando as orientações sexuais, viabiliza-se o cumprimento de propostas pedagógicas previstas pela Lei de Diretrizes e Bases Nacional, além do desempenho efetivo dos objetivos específicos do Ensino de História, previstos na BNCC.

1.2 Instrumentos reguladores do processo educacional: por uma cidadania mais ampla e plural

A realidade da educação brasileira nos faz refletir que o despejo de conteúdos exorbitante ao plano de trabalho dos professores, baseado em um sistema apenas tecnicista, induz os docentes a uma prática conteudista que não permite a interlocução com as realidades presentes na vida do aluno, o que contribui para a disseminação ainda maior destas disparidades sociais, além das condições objetivas do trabalho docente, como a má remuneração e a sobrecarga de trabalho, às quais são obrigados a submeter-se no anseio de atingir uma estabilidade financeira.

Segundo Nilda Lino Gomes (2006), o campo da educação deve ser compreendido de forma articulada com as lutas sociais, políticas e culturais que se desenrolam na sociedade. Para a autora, a educação escolar pode ser entendida como constituinte no processo de desumanização, por estar associada aos processos culturais, na construção identitária de gênero, de raça, de orientação sexual, religiosas e outros.

Temos no Brasil uma pluralidade étnica e cultural, e divisões sociais acentuadíssimas, rico/pobre, de homem/mulher; criança/adolescente; jovens/adultos; contudo, tem-se algo em comum: a vida em sociedade. Para se conviver pacificamente, é preciso saber até onde vai o seu espaço, e respeitar o do outro, trabalhar com diversidade sociocultural tem esse significado de fazer com que o indivíduo se torne consciente do mundo em sua volta, contribuindo para valores na construção do cidadão.

Analisar a relação do convívio entre alunos e professores sobre as abordagens dos temas transversais, é verificar de que maneira isso afeta a vida de ambos. Fazendo o uso da História como elemento fomentador do esclarecimento, do convívio das diferenças apresentadas aos alunos como pertencentes do processo histórico, em que esses espaços possam propiciar uma maior integração no ambiente escolar. Desta forma, se faz necessário discutir as relações de pluralidade no meio social dentro da sala de aula, e perceber como este elemento é abordado pela escola e como é absorvido pelos alunos e professores.

Respeitar e valorizar todos estes componentes sociais, também é educar, direcionar o indivíduo a exercer seus direitos e deveres na cidadania e contribuir para a construção da identidade na nação e a socioculturalização.

A diversidade não é apenas um elemento contido no plano político pedagógico, é uma característica da realidade do indivíduo, fazer com que o sujeito se perceba dentro deste processo, não apenas como agente passivo, mas como agente construtor dos processos elencando o protagonismo do aluno, a fim de combater qualquer tipo de preconceito.

Para isso, é de fundamental importância a produção científica de pesquisas que abordem temas como diversidade sexual, gênero, identidade de gênero, pluralidade e processos de

violência de preconceito e discriminação por sexo e gênero. Estes trabalhos dentro do campo da educação e do ensino, auxiliam não apenas processos de enfrentamentos práticos a essas opressões de liberdades individuais, mas a construção de políticas públicas que consigam sinalizar caminhos para enfrentamentos e erradicação destes processos, bem como a garantia e promoção de direitos humanos e individuais.

A construção de indicadores e sinalizadores acerca destes temas são capazes de balizar e nortear, no campo da educação, ações práticas efetivas que possam dar assistências a essas realidades no ambiente escolar, bem como transformar o meio social por meio da educação elucidativa e crítica.

Neste sentido, faz-se necessário o olhar crítico aos documentos oficiais que planejam e direcionam de que maneira deve ser traçadas as ações práticas educativas e pedagógicas para o alcance de metas na educação básica. Desta forma, nesta pesquisa elencar-se-ão todos os objetivos, habilidades, competências e metas construídos pelos seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Diretrizes Curriculares Nacionais, Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação e a Base Nacional Comum Curricular imprescindíveis para construir uma narrativa crítica e eficaz acerca do tema aqui proposto.

As pesquisas acadêmicas já conseguiram identificar ao longo dos anos que o ambiente escolar é um espaço constituído por marcadores sociais de diferentes ordens e natureza, e que evidenciam algumas características discriminatórias, intolerantes que produzem desigualdades e violências a respeito daqueles que carregam em si práticas sociais plurais, sejam sobre negros, LGBT's ou meninas. É um espelho da realidade controverso com as expectativas e intenções elaboradas e contidas nas bases educacionais legais vigentes. São realidades que desestimulam a permanência de grupos sociais plurais na escola e põe em xeque a eficácia das bases do ensino.

Os currículos escolares precisam estar atentos para promoção das igualdades como meio de redução dos processos de violências e de preconceitos, que não se restringem ao espaço escolar, mas que a partir dele são parte integrante dessas realidades capazes de interferir nas experiências desses indivíduos que integram este ambiente. Não condicionam apenas o corpo discente, mas mobilizam docentes e corpo escolar para o entendimento acerca dessas demandas e principalmente a ampliação através da discussão que atinja o seio familiar efetuando um diálogo eficaz contra todas essas implicações sociais. Para isso, estes princípios legais existentes são imprescindíveis para que haja essas transformações. Ignorar esses marcos legais ou não os incluir em seus projetos, planos e diretrizes configura negligência legal.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação os princípios e fins que devem dar base a prática da educação são definidos em catorze incisos, inclusive no Artigo 3º da letra da lei. Desta forma os incisos que destacamos são:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;**
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;**
 - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;**
 - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;**
 - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;**
 - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.**
- (BRASIL, 1996, Grifos nossos)

As orientações contidas nos incisos asseguram primordialmente a liberdade tanto para quem leciona quanto para quem busca aprendizagem. Consolida, portanto, a liberdade de pensar e propagar saberes científicos como princípios basilares para a construção do conhecimento, garantindo dentro desses processos as pluralidades de ideias, o respeito e a prática da tolerância em um percurso democrático que garante atrelar as práticas sociais e suas expressões como elementos vinculados a educação escolar. Portanto, assevera que a educação formal é constituída de aspectos e demandas sociais que se apresentam nos espaços e tempos em que se contextualizam e que devem ser agregados a prática educativa e não descartados ou ignorados como elementos inoportunos para a aprendizagem. E, neste caso, perceber que orientação sexual e identidade de gênero são demandas sociais vigentes que também constituem o espaço escolar, merecendo ser integradas aos processos educativos como realidades existentes no espaço escolar.

Um outro norteador da Lei de Diretrizes e Bases da Educação se pauta pela escolha direta de conteúdos relacionados a garantia e discussão sobre os direitos humanos dentro dos currículos de todos os níveis da educação básica em todos os sistemas e estabelecimentos de ensino. Nas disposições gerais para Educação Básica, a LDB no Artigo 26 ressalta em seu parágrafo 9º:

Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o caput deste artigo, tendo como diretriz a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) (BRASIL, 1996).

O texto explicita a preocupação acerca de temáticas que transversalizam os conteúdos programáticos das disciplinas e recomenda que sejam utilizados como ferramentas

responsáveis pela prevenção de violências no espaço escolar, além disso enseja que a discussão de tais temáticas propicia a formação de cidadania mais ampla para além da obtenção de conhecimentos disciplinares.

A Lei de Diretrizes Bases da Educação portanto sinaliza de forma enfática a necessidade para abordagem dessas temáticas e orientam que a integralidade de ações componha essas estratégias. Porém as Diretrizes Curriculares Nacionais explicitam essas temáticas citando gênero e sexualidade como temas relevantes e indiscutivelmente essenciais para abordagem na educação. Considera a promoção dos direitos humanos, garante a liberdade dos sujeitos, promove as liberdades individuais e o combate efetivos as discriminações e violências de qualquer natureza na educação.

As diretrizes desde a educação infantil fazem o reconhecimento profícuo da valorização das diferenças e dissolve os marcadores sociais enquanto barreiras para os processos de ensino e aprendizagem, o que estimulam a permanência e desenvolvimento dos sujeitos nos espaços educacionais. Esta pesquisa está pautada para o nível de Ensino Médio destacamos, portanto, a diretriz voltada para esta etapa do ensino:

[...] o projeto político-pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio deve considerar: (...) XV valorização e promoção dos direitos humanos mediante temas relativos a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros, bem como práticas que contribuam para a igualdade e para o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação e violência sob todas as formas. (BRASIL, 1998b)

Evidenciar a existência desses temas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas é assegurar de maneira plena e objetiva que os sujeitos ingressos nos espaços educacionais possam adquirir conhecimento e discutir ações que melhorem sua permanência e garanta seu desenvolvimento social.

De igual modo, o Plano Nacional de Educação, aprovado em 2014 (Governo Dilma Rousseff), com vigência de 10 anos, para direcionar metas e resultados em todos os níveis de ensino, traceja os principais fundamentos norteadores que se espera alcançar da educação no Brasil. A cada dois anos, até o fim da vigência desse plano em 2024, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP é responsável pela publicação das avaliações responsáveis por aferir os cumprimentos das metas estabelecidas. Suas diretrizes iniciais no Artigo 2º são:

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Desse modo, compreende-se que as propostas orientadoras do plano consolidam a intenção de superação de desigualdades, erradicação da discriminação, além da promoção de diversos aspectos que embora deva ocorrer dentro do âmbito educacional, transforma de maneira gradativa a sociedade. Promover os princípios de direitos humanos, respeito a diversidade, promoção da cidadania baseada no respeito ao outro e as diferenças, são sem dúvidas metas necessárias para mudança do cenário educacional brasileiro.

Neste interlúdio, o plano avança sobre metas que têm por principais objetivos garantir o atendimento escolar universalizado para adolescente inseridos no nível médio da educação regular. Como é o caso da “Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%” (BRASIL, 2014).

Compreende-se, portanto, no plano que garantir o atendimento universalizado perpassa obrigatoriamente pela garantia do acesso à educação, condições mínimas de infraestrutura, como também (e aqui daremos atenção) à permanência dos alunos no espaço escolar, que de acordo com plano está ligado à implantação de ferramentas pedagógicas que enfrentem problemas sociais presentes nestes espaços, como violências e discriminações. Através de práticas de promoção e incentivo de forma institucionalizada e em parcerias nestes ambientes, assim traça como estratégias:

3.1) institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, afim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados em dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte, garantindo-se a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e a articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais; [...]

3.8) estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários (as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em

colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude (BRASIL, 2014).

Nestas duas estratégias citadas fica elucidado o objetivo primordial que é, além de garantir o atendimento, construir táticas pedagógicas para institucionalização dessas metas nas unidades escolares que consigam traçar caminhos que articulem essas percepções e proposições entre diferentes instituições a partir do uso entrelaçado entre teoria e prática, e os resultados desse diálogo, que neste caso específico, pode ser considerado o produto educacional aqui proposto.

Além de ser uma produção de conhecimento científico, pautado em análises críticas e proposições resolutivas, é um caminho para materializar essa ponte entre instituições já proposta pela estratégia do plano. Portanto, a pesquisa presente pode ser compreendida como um auxílio aos processos de melhoria de atendimento escolar, além de ser uma construção científica direcionada ao combate das violências e preconceitos no espaço educacional, voltado para o docente de História como principal agente coordenador, que também pode ser como um processo de reciclagem para a prática docente acerca dos assuntos eletivos articulados aos conteúdos programáticos.

Ainda neste pensamento, para garantia de permanência dos alunos na escola, compreendemos que o ambiente escolar salutar é componente fundamental, devendo constituir-se em um ambiente confortável, igualitário e saudável para todos, que consiga dissolver os marcadores de diferenças, não invisibilizando-os, mas naturalizando as diversas maneiras de ser e estar no mundo, como é o caso das identidades de gênero e orientações sexuais.

Portanto, a aplicação de projetos e produtos que consigam subsidiar tanto os docentes como o corpo escolar é capaz de alterar esses espaços, onde as discriminações se fazem presentes, e garantir a promoção das permanências desses alunos e o alcance das metas expostas no plano. Percebemos que a produção e aplicação de produtos educacionais, como aqui está proposto, pode auxiliar ter um grande impacto no “chão da escola”.

Em consonância com o que até aqui tem sido defendido, a estratégia 3.13 do Plano Nacional de Educação propõe a implementação de políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;” ou seja, uma rede de proteção capaz de combater os processos de exclusão e discriminações (PNE, 2014).

Vale ressaltar que é uma medida de prevenção dessas violências. Prevenir é uma das formas mais eficazes para qualquer obtenção de objetivos de políticas públicas, inclusive

educacionais. Pensar de forma preventiva garante um investimento mais enxuto por parte do poder público, além de ser a melhor maneira de construir medidas para reduzir a progressão e gravidade dos problemas sociais.

Ainda dialogando com o PNE, destaca-se a Meta 7, voltada para garantir melhorias para aprendizagem e do fluxo escolar em todas as etapas e modalidade de ensino. Ambos os quesitos têm por prioridade o fomento da qualidade da educação básica, uma vez que se propõe a “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb” (BRASIL, 2014).

Nesta meta, destacamos duas importantes estratégias, são seus respectivos números no plano 12 e 23. A primeira delas, de suma importância para compreender quais táticas e ferramentas são necessárias desenvolver essas diretrizes, é:

7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas (BRASIL, 2014).

O PNE, portanto, norteia a execução dessas estratégias incentivando o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, ou seja, ações didáticas que consigam dinamizar no espaço da sala de aula o processo de ensino e aprendizagem. Essas práticas conseguem transformar o ambiente da sala de aula em um lugar mais otimizado tanto para a prática docente quanto para a aprendizagem. O que se propõe nesta estratégia é o uso mais amplo de recursos educacionais que consigam diversificar a aplicação de conteúdos programáticos ou eletivos.

Neste sentido, há relevância na produção de propostas de produtos educacionais que consigam intervir no espaço escolar e potencializar esses processos. A proposta que sugerimos nesta pesquisa, em plena consonância com as estratégias do PNE, é a construção de cadernos de Oficinas Aulas voltados para o professor de História, como estratégia otimizada das transformações desses espaços a partir da interação mais evidente dos alunos, da coordenação e autonomia dos docentes abordando questões sociais a partir de conteúdos programáticos do currículo escolar.

Portanto, o que podemos inferir é que essas propostas se validam a partir do Plano Nacional de Educação como uma das sugestões de estratégias que possam auxiliar a melhoria

dos desempenhos dos relatórios de monitoramento das metas. A proposta sugerida nesta pesquisa tem como agente coordenador o professor em sala de aula. O docente, portanto, figura como peça fundamental para garantia dessas promoções e prevenções.

Desse modo, compreendemos que transpor esses conhecimentos históricos e acadêmicos para o espaço escolar só é possível a partir da existência coordenada do corpo docente.

Esses processos de transposição didática não permitem apenas ao formador a abordagem de assuntos programáticos ou eletivos, mas o insere nesta discussão capacitando-o para ação prática no combate as violências e no entendimento mais eficaz dessas temáticas. Ou seja, permite através do contato com estes materiais produzidos uma qualificação continuada acerca desses temas presentes nas realidades do corpo escolar.

Para tanto, como descrito na estratégia 23 da meta 7:

[...] garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade (BRASIL, 2014).

Portanto, essas ações compreendem-se como parte de um dos processos de capacitação do professorado, e de acordo com essa estratégia supracitada, de forma específica no combate aos sinais de violências, inclusive sexuais. Vale ressaltar que o intuito é a transformação completa do espaço escolar em um ambiente marcado pela cultura da promoção da paz e que garanta a segurança e bem-estar dos alunos.

Após a descrição específica das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, é necessário perceber os resultados do Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020. É um relatório parcial das ações que foram realizadas de 2019 a 2020 pelo Plano. O monitoramento das metas produzidas pelo relatório é importante para aferir o desempenho dos resultados já obtidos, permitindo mensurar as aplicabilidades das estratégias e comparar os resultados com os propósitos do produto educacional. As metas que destacamos do PNE são as metas 3 e 7, que sustentam e validam a pesquisa aqui proposta. Para tanto, iremos averiguar os resultados já obtidos para estas metas contidas no relatório.

Na meta 3 foram utilizados dois indicadores para aferir o desempenho sobre os resultados planejados os indicadores 3A e 3B. Os indicadores em forma de gráfico mostram as curvas ascendentes dos resultados obtidos, para isso demonstraremos ambos. O Indicador

3A que é o Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica com meta de 100% de cobertura dessa população até 2016:



Neste indicador, que se refere à população de 15 a 17 anos que frequenta a escola ou já concluiu a educação básica, percebemos que a meta estabelecida para o ano de 2016 (100%) não foi atingida. Nos anos seguintes, embora tenha havido um ligeiro crescimento, a meta não foi alcançada.

O indicador 3B se estabelece como o percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa é a meta: 85% de matrícula líquida no ensino médio até 2024 o gráfico demonstra:



O indicador 3B, referente ao percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa, a meta é de 85% de matrícula líquida no ensino médio até 2024. Neste indicador os resultados ainda continuam abaixo ao que se esperava para os alvos em correlação com as catorze estratégias traçadas para otimização dos objetivos para alcançar. Embora em 2019 haja um crescimento, percebe-se que é um avanço de apenas dois pontos percentuais. Acredita-se que se as estratégias do plano forem executadas com ênfase haverá uma eficácia maior nas realidades destes dados e transformações sociais mais expressivas.

Contudo, o relatório descreve em dez pontos as conclusões sobre as ações do plano para essa meta e elenca algumas considerações analíticas que precisam ser destacadas para compreender que ações outras podem auxiliar os dados futuros para as próximas ações e relatórios. Algumas das conclusões destacadas são:

1. A universalização do acesso à escola para os jovens de 15 a 17 anos, a ser atingida em 2016, ainda não foi alcançada, visto que, em 2019, 7,1% deles não frequentavam a escola.
2. Nenhuma das regiões brasileiras alcançou, em 2019, a meta nacional de universalização da educação básica para a população de 15 a 17 anos, que havia sido planejada para ser atingida em 2016.
9. O cenário de desigualdades se apresentava também ao se comparar a situação entre os negros e os brancos. Os primeiros estavam, em 2019, a uma distância de 16,5 p.p. em relação à meta.
10. A diferença no Indicador 3B considerando o rendimento era elevada: em 2018, entre os 25% mais ricos, o percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava o ensino médio ou possuía a educação básica completa era de 90,3%; entre os 25% mais pobres, o indicador era de 57,9%, uma diferença de 32,4 p.p. (BRASIL, 2020, p.27)

As conclusões do relatório de monitoramento não demonstram grandes melhorias, ou seja, a universalização para os alunos do nível médio de ensino não tem sido alcançada como planejado, embora as realidades escolares sejam diversas e que perpassam, portanto, como apontado nesta pesquisa através das descrições das estratégias para as metas) por construir condições de enfrentamentos de diversos índice de exclusão e violência. Esta pesquisa não tem por intenção sanar estes déficits apresentados, mas sinalizar que pensar em universalização para o acesso ao ensino pode ser construída por meio de um espaço escolar e de perspectivas educacionais que sejam capazes de agregar e criar para estes alunos ambientes favoráveis que promovam pertencimento, bem-estar e segurança.

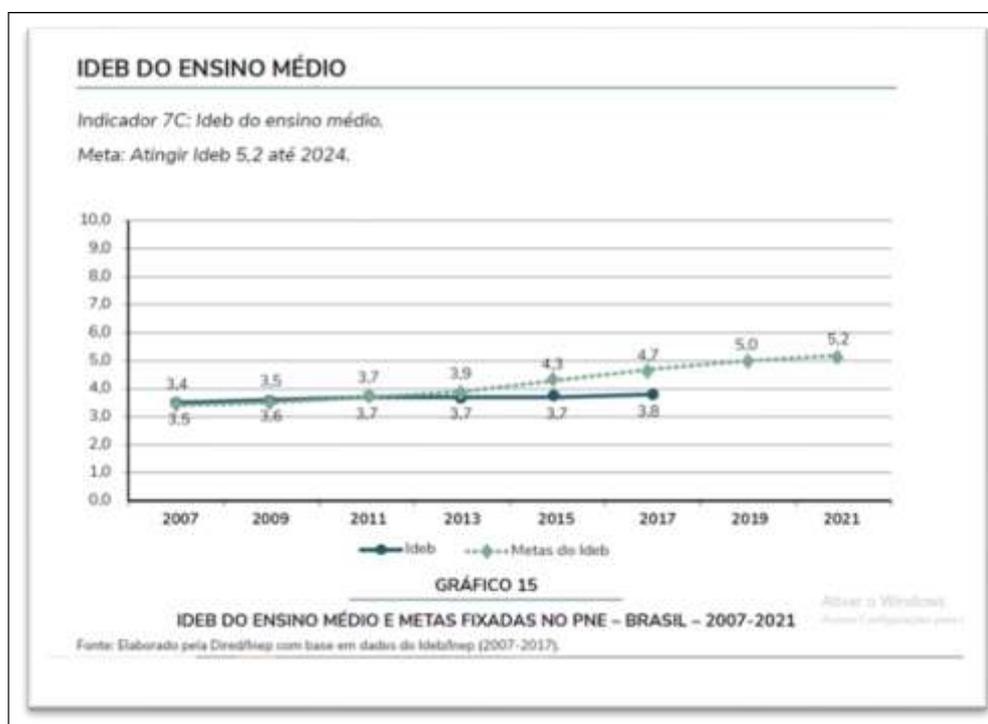
Esta pesquisa tem a intenção de discutir que esses marcadores de diferenças sociais, como as identidades de gênero e orientação sexual, são parte desse mosaico que deve ser relevante para propiciar de forma ampla e inclusiva a universalização da educação. Dos cinquenta e três indicadores apresentados pelo relatório, nenhum faz menção às discriminações por gênero ou orientação sexual, ou não apresentam indícios se os espaços ou secretarias de educação desempenham atividades que discutem, dialoguem ou enfrentem as discriminações que marcam esses temas.

O que é ainda mais sintomático e que valida a necessidade da existência de projetos como os aqui apresentados, que de alguma forma levantem esses dados, ainda que de forma local, para que sejam modelos sugeridos na aferição de dados que constem nesses relatórios para dar fôlego a políticas públicas específicas para a população LGBT's no ambiente escolar, ainda marcado de desigualdades sociais. O combate à LGBTfobia deve compor as agendas educacionais. O Relatório sugere, portanto, que:

O acesso escolar dos jovens de 15 a 17 anos não foi universalizado até 2016, como preconiza a Meta 3 do PNE. Com 93% desses jovens frequentando a escola em 2019, o Relatório evidencia a exclusão de cerca de 680 mil jovens da escola e uma melhora lenta do indicador de cobertura dessa população nos últimos sete anos, sem redução expressiva das desigualdades regionais e sociais. Ressalta-se que cerca de 1,9 milhão de jovens de 15 a 17 anos que frequentam a escola ainda estão matriculados no ensino fundamental, o que mostra a forte retenção praticada nas escolas brasileiras. Isso coloca o Brasil longe da meta do PNE de, até 2024, ter pelo menos 85% da população de 15 a 17 anos frequentando o ensino médio. Em 2019, esse indicador alcançou 73% dos jovens e apresentou expressivas desigualdades regionais e sociais (BRASIL, p.7, 2020).

Para a meta 7, o indicador utilizado para análise da qualidade da educação para o Ensino Médio foi o indicador 7C: Ideb do ensino médio (segundo o PNE, o atingimento dessa meta

deverá ocorrer até 2021). Porém no relatório não consta ainda, através do gráfico os números do Ideb para os anos de 2019 a 2021 para atingir a meta até 2024:



Nos parágrafos anteriores discutimos o que deve ser entendido como qualidade da educação básica e as estratégias responsáveis por elevar os índices e transformar as realidades dos dados educacionais. Isso perpassa diretamente pelas abordagens educacionais e sociais que existem nas realidades escolares, que alcançam a permanência e regularidade dos alunos nestes espaços. Para esta meta no Ensino médio foram expostos cinco tópicos que explicamos dados:

6. O Ideb do ensino médio, que apontava estagnação desde 2011 (3,7), apresentou um crescimento em 2017, para 3,8, continuando, no entanto, abaixo da meta intermediária fixada para esse ano (4,7).

7. Embora tenha havido aumento da taxa de aprovação no ensino médio no período, essa taxa atingiu somente 83,9% em 2017, sinalizando que a trajetória de um número considerável de alunos é irregular.

10. De modo geral, esses resultados apontam para o grande desafio do sistema educacional brasileiro: melhorar o ensino e a aprendizagem dos estudantes, garantindo a todos nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e aos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento de seu ano de estudo e uma progressão/um fluxo escolar regular (BRASIL, 2020).

As considerações finais demonstram não apenas uma estagnação, mas um crescimento abaixo da meta esperada e afere que há o aumento da taxa de aprovação, porém ressalta a trajetória irregular dos alunos. Significa dizer que as causas que podem ser somadas a essas

irregularidades são de demandas sociais, sejam por exclusão social, necessidade do aluno se incorporar ao mercado de trabalho ainda na adolescência, mas também os processos de discriminações e violências nesses espaços que precisam compor a percepção sobre essas análises, e dessa forma conseguem promover mudanças e ofertar uma educação com qualidade.

Pensando de igual forma, melhorar os desempenhos de ensino e aprendizagem extrapola os limites da sala de aula e os processos de ministração e aquisição de conteúdo, mas conotam a construção de ambientes favoráveis no cotidiano escolar, em que todos que compõem esses espaços sintam-se confortáveis e pertencentes a fim de usufruir de todos os componentes que constroem essas permanências, regularidades e direitos.

O Plano Nacional de Educação orienta as bases para melhorias educacionais e com garantia de eficácia para aplicações das estratégias que promovam transformações significativas no âmbito educacional. Desta forma, sabemos que a elaboração do plano ocasiona obrigatoriamente na criação de planos subnacionais de responsabilidade de cada unidade federativa do Brasil. Portanto, os planos estaduais de educação são subsequentemente construídos em consonância com o PNE resguardando suas peculiaridades regionais em todos as esferas sociais.

Deste modo, o Plano Estadual de Educação (PEE) aqui destacado é referente ao Governo Roseana Sarney, como a Lei 10.099, de 11 de junho de 2014, que traça metas e estratégias específicas para a educação no Maranhão e todas as demandas educacionais relevantes para melhorias nos índices e cumprimento das metas estabelecidas para o PNE.

O PEE inicia listando o diagnóstico da educação básica maranhense, para assim conseguir estabelecer suas metas e estratégias em consonância com as necessidades das demandas sociais presentes no estado. Dito isso em relação aos temas de diversidades sexual e gênero, diferente do PNE, o PEE descreve de forma específica acerca do assunto, como a citação a seguir:

As Diversidades e Temas Sociais estruturam as ações do MEC voltadas à redução de desigualdades no espaço escolar em todos os níveis e modalidades de ensino, além de pautar o processo educativo na compreensão e no respeito à diversidade.

A proposta tem foco no combate às desigualdades étnico-raciais, fiscais, ambientais, de gênero, de orientação sexual, geracional, regional e cultural, que não devem criar um fosso entre o currículo obrigatório e as diversidades e temas sociais, de acordo com o Artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) (MARANHÃO, 2014).

Portanto, no diagnóstico do plano, o objetivo de combate às desigualdades, como aquelas relacionadas à orientação sexual e gênero, se faz prioritárias, através do diálogo entre currículo obrigatório e os temas sociais como as diversidades. Essa é uma diretriz fundamental para implantação de práticas e projetos pedagógicos que consigam promover o enfrentamento de discriminações e violências nesses espaços educacionais.

O documento ainda propõe diretrizes educacionais curriculares e planos que consigam não apenas nortear a aplicabilidades dessas estratégias, mas fundamentá-las para a propagação de perspectivas educacionais voltadas à promoção de direitos e humanos e transformação dos índices e indicadores na educação estadual básica como propõe:

As políticas estaduais voltadas para diversidades e temas sociais propuseram as seguintes intervenções: um documento orientador denominado de Diretrizes Curriculares Estaduais, a implantação e implementação da Lei e do Programa Estadual de Educação Ambiental e dos Planos Estaduais de Educação em Direitos Humanos e de Educação Fiscal (MARANHÃO, 2014).

Dessa forma, o plano constrói ambiente favorável para aplicação de iniciativas como a proposta nesta pesquisa e diálogo efetivo com diversos segmentos da sociedade que se proponham a pensar temas de diversidades de gênero e sexual no âmbito da educação no Maranhão, a fim de contribuir para mudança do cenário atual.

As expectativas sobre este plano são fundamentais para uma efetiva melhoria das condições da educação no Maranhão, em específico sobre os temas transversalizados aqui abordados, que se explica pela existência estrita de metas que discutem essa temática de maneira elucidativa e explícita no texto da lei. Os esforços auxiliares erguidos pelas coexistências de pesquisas e projetos como este aqui proposto, fundamentam-se através das estratégias do próprio plano.

A meta 7 do plano tem como principal intenção garantir que toda a educação básica seja capaz de garantir condições de trabalho e discussões que permitam práticas pedagógicas voltadas para os temas socioeducacionais que abordam as transversalidades como elemento prioritário nesses espaços em todos os níveis e modalidades. Dessa maneira discorre:

META 7: Garantir 100% das escolas da Educação Básica, níveis e modalidades, condições de transversalidade para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para as diversidades e temas sociais (direitos socioeducacionais) (MARANHÃO, 2014).

Essa meta é o esteio para qualquer projeto, pesquisa ou sugestão de intervenção social para a educação básica que abordem as temáticas, a fim de garantir resultados profícuos que

permitam transformações sociais que sejam capazes de impactar nos índices educacionais, como consequências nas diversas realidades do corpo escolar. Portanto, destacamos algumas das principais estratégias elaboradas em prol da eficácia desta meta:

7.1 Implantar, em toda a Rede Estadual de Ensino, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação em Direitos Humanos - DCNEDH (Resolução CNE/CP 01/2012. Diário Oficial da União, Brasília, 31 de maio de 2012, seção 1 - p. 48) e as estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012).

7.5 Efetivar parcerias com a sociedade civil organizada, Instituições de Ensino Superior - IES e com as organizações não governamentais, para o desenvolvimento de programas e projetos regionais, locais e específicos, que estimulem a praticidade das políticas públicas para a diversidade e temas sociais.

7.6 Criar políticas e programas voltados para gestão financeira e pedagógica das diversidades e temas sociais, criando um fórum consultivo e deliberativo sobre as modalidades, diversidades e temas sociais.

7.6 Garantir dotação orçamentária para as políticas da diversidade no âmbito de toda a rede estadual de educação (MARANHÃO, 2014).

Essas primeiras estratégias são interligadas para criar espaço físico, técnico e institucionalizado que efetuem as metas. Na estratégia 7.5 percebemos que as parcerias com instituições de nível superior, assim como no PNE, são uma ponte importante, haja vista a existência dessa pesquisa, para elaborações dessas políticas e medidas socioeducativas. A construção de um órgão fiscalizador das ações é de suma importância para o monitoramento dessas atividades, bem como, para acompanhamento das dotações orçamentárias aprovadas.

No entanto, ainda no processo de construção desse texto, houve uma grande dificuldade de verificar a existência dessas equipes reguladoras e dessas parcerias de forma prática dentro da Secretária de Estado de Educação do Maranhão -SEDUC e nem nas Unidade Regionais de Educação – URE's.

A pandemia que nos acometeu dificultou bastante os processos de aquisição de dados e levantamento mais preciso de informações que pudessem ser cruzadas com a produção dissertativa aqui presente. Alguns desses órgãos, como o caso da SEDUC-MA, ficaram operando de forma remota, e os canais de acesso foram reduzidos apenas aos documentos que já estavam disponíveis antes da pandemia.

Dessa forma, algumas fragilidades não puderam ainda ser sanadas até a construção deste texto, no entanto, houve o retorno das instituições de educação e de pesquisa o que permitirá tanto as visitas para diagnósticos nas unidades escolares escolhidas para o desempenho e elaboração do produto, como acerca do levantamento dessas informações que podem ser somadas ao texto.

Dito isto, em diálogo com o PEE, algumas dessas ações embora descritas não se fazem instituídas para o bom desempenho desta meta. As parceiras com a sociedade civil se configuram de fundamental importância pois observa-se algumas pesquisas acadêmicas no âmbito da educação que construíram projetos e produção de dados e conhecimentos que intervieram nestas realidades a fim de contribuir para essas transformações, como o trabalho de Arthur Furtado Bogéa, intitulado *Discursos de gênero no espaço escolar: quais referências de masculinidades?* defendido no Programa de Pós-graduação em Educação- PPGE, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA, assim como a dissertação de título *Educação e diversidade sexual: a (in) visibilidade nos planos de ensino da área de ciências humanas e suas tecnologias no ensino médio maranhense*, de autoria de Alberto Magno Moreira Martins, também pelo Programa de Pós-graduação em Educação-PPGE/UFMA. Nesta perspectiva, destaca-se também a dissertação *(ENTRE) LINHAS E DISCURSOS: Estudo sobre homossexualidade e homofobia em livros de Sexualidade e Educação Sexual do ensino médio em escolas públicas de São Luís, Maranhão* de Alderico Segundo Santos Almeida pelo Programa de Pós-graduação em Educação-PPGE da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA. Todos esses trabalhos são no campo da Educação e discorrem sobre gênero e sexualidades de forma intensa e profícua.

Nossa pesquisa tem por intenção discorrer sobre este assunto, porém, sem sair do campo da História, pois a centralidade da ideia deste trabalho é utilizar do Ensino de História para que a partir dos conteúdos programáticos do campo da História consigamos driblar as barreiras encontradas tanto pelas normativas legais quanto pela ineficácia de políticas públicas educacionais nestes espaços para promover o enfrentamento dessas violências de homofobia. Para tanto ainda há as seguintes estratégias do Plano:

7.7 Implantar na Secretaria de Estado da Educação e em todas as Unidades Regionais de Educação - UREs, um setor ou equipe técnica especializada e multidisciplinar, da diversidade com o objetivo de realizar, acompanhar, avaliar e monitorar as atividades referentes à educação em direitos humanos, à educação para as relações étnico-raciais, para as relações de gênero, identidade de gênero e diversidade sexual, educação ambiental, educação fiscal, cultura na escola, fortalecendo parcerias entre organismos públicos, não governamentais e com os movimentos sociais (direitos humanos, ecológicos, justiça fiscal, negros, de mulheres, feministas, LGBTQTT) objetivando alcançar uma educação não discriminatória, não sexista, não machista, não racista, não homofóbica, não lesbofóbica, não transfóbica;

7.8 Institucionalizar todas as políticas públicas da diversidade (garantia de direitos aos/as negros/as, indígenas, mulheres, pessoas do segmento LGBTQTT e outros), direito ambientais, justiça fiscal e arte e cultura na escola nos Projetos Político-pedagógicos das escolas estaduais.

7.10 Fortalecer apoio técnico pedagógico a toda rede estadual de ensino para realizar, acompanhar, avaliar e monitorar as ações voltadas para a educação na perspectiva da inclusão, da diversidade e dos temas sociais.

7.11 Produzir, adquirir e distribuir materiais didáticos e paradidáticos específicos e regionais, referentes à educação em direitos humanos, as relações de gênero, étnico-raciais e à diversidade sexual, educação ambiental, cultura na escola, educação fiscal para todas as escolas estaduais;

7.14 Criar o Fórum Estadual de Discussão e Deliberações sobre a Diversidade e Temas Sociais.

7.15 Fomentar produção de materiais pedagógicos específicos e diferenciados de referência, contextualizados às realidades socioculturais para professores e alunos, contemplando a educação para as relações étnico-raciais, educação em direitos humanos, gênero e diversidade sexual, educação ambiental, educação fiscal, arte e cultura nas escolas para a Educação Básica, respeitando os interesses das comunidades indígenas, quilombolas e povos do campo.

7.16 Assessorar, acompanhar e o monitorar os planos de trabalho sobre as diversidades e temas sociais propostos pelas equipes das Unidades Regionais de Educação.

7.18 Apoiar as ações de prevenção da violência nas escolas mediante a realização de pesquisas e materiais didáticos diversificados (MARANHÃO, 2014).

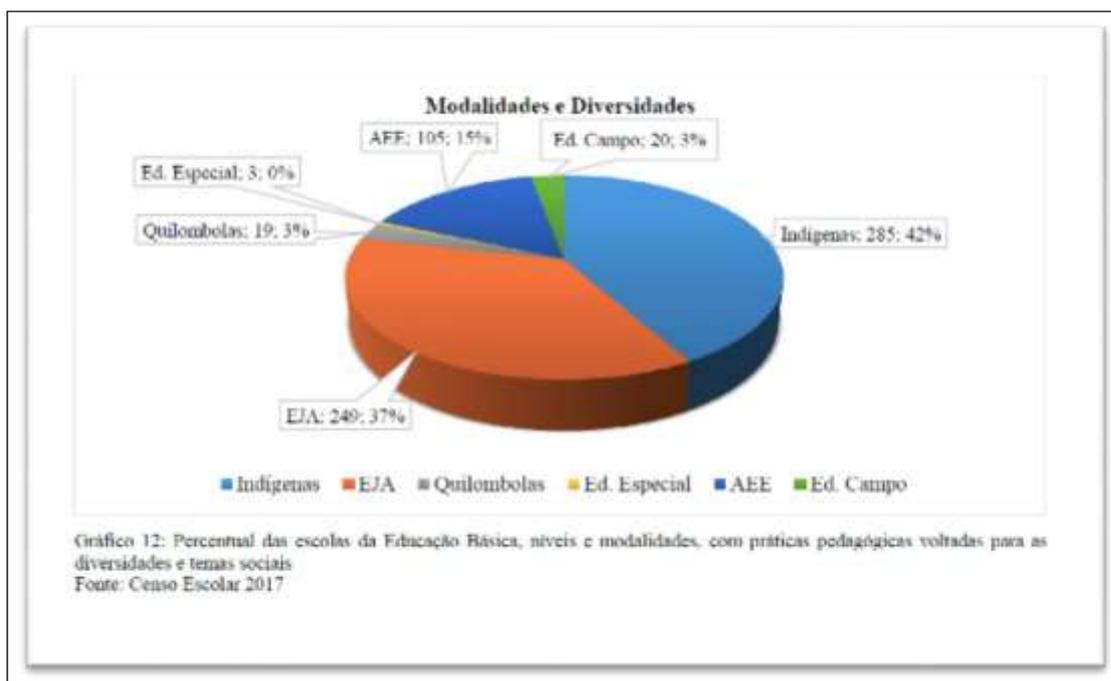
Essas estratégias compõem contextos e argumentos fundamentais que validam a produção acadêmica desta pesquisa e do produto educacional. Corroboram, portanto, para a produção de materiais paradidáticos que sejam referentes à educação em direitos humanos e produzam discussões acerca das diversidades de gênero e sexuais, sendo o poder público, através do plano, capaz de produzir, distribuir e adquiri-los. Porém, a instituição dessas equipes técnicas especializadas responsáveis por monitorar, avaliar e acompanhar esses projetos não se constitui na prática até o momento da escrita deste trabalho. A partir disso, compreendemos que existem diretrizes que elaboram arcabouço técnico, financeiro e de estrutura capaz de construir e efetivar essas ações para o combate a LGBTFobia, mas o que há é uma ausência dessas práticas.

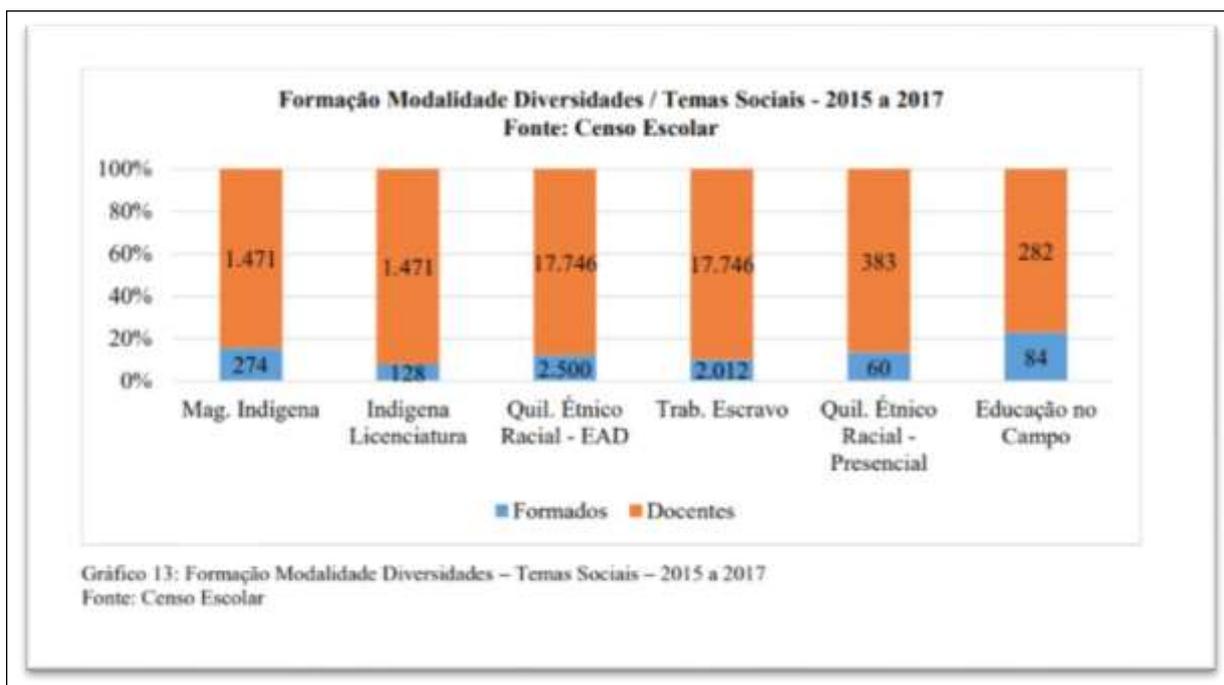
Portanto, o que conseguimos inferir é que o Plano Estadual de Educação conduz e estimula a produção acadêmica, técnica e especializada que consegue auxiliar na elaboração de políticas públicas educacionais. Supera, quanto às questões de transversalidades temáticas, a generalização que encontramos no Plano Nacional de Educação. Significa que se aplicadas todas as estratégias contidas, haverá uma transformação significativa na educação maranhense e na realidade dos alunos que impacta diretamente no meio social em que ele está inserido.

O relatório de monitoramento das ações do plano ainda não foi divulgado para que pudesse compor esta análise aqui presente, mas o previsto é que o relatório já estivesse disponível para sociedade. Contudo, nem nos relatórios de Avaliação e Monitoramento dos Planos Municipais de Educação do PNE ainda constam. Alguns municípios, como São Luís,

ainda não possuem relatório disponível na plataforma nacional. No site da SEDUC/MA só é possível verificar relatório do primeiro ciclo, referente aos anos de 2014-2017.

Neste relatório, a temática sobre identidade de gênero e orientação sexual é excluída da porção central da meta 7, o que contradiz toda a meta em si e os resultados apresentados são difundidos em outras temáticas sobre diversidades, que são de igual modo pertinentes para educação, porém mesmo o plano apresentando descritivamente as estratégias e ações explícitas quanto a esses temas é percebido uma negligência tanto no relatório, traduzida em ineficácia, ou seja, inexistem ações de políticas educacionais sobre orientação sexual e gênero aplicadas nas unidades escolares. A ausência dessa pauta nos gráficos elaborados é um sintoma grave da necessidade de existir projetos e pesquisas que possam intervir nesses espaços. Seguem os Gráficos:





Atuações de caráter preventivo, para discutir e desenvolver atividades no espaço escolar, é o caminho para erradicar gradualmente ações de violências por gênero e orientação, garantindo maior regularidade de alunos e reduzindo os altos índices de evasão escolar ocasionada por situações de hostilidades. Além disso, poderá produzir, de forma universalizada, espaços de liberdade e bem-estar nesses contextos, e, não menos importante, garantir processos indiretos por meios das gestões democráticas de formação ou capacitação ao corpo docente no tocante a estas temáticas quando abordadas dentro do ambiente escolar.

É necessário um esforço do poder público para efetivar essas atividades com urgência, com auxílio da sociedade civil e os movimentos sociais, os diversos órgãos governamentais e não governamentais que existem como conselhos estaduais, secretarias de direitos humanos, fórum e as instituições de ensino superior que produzem conhecimento. Essa ação conjunta é um panorama de transformações sociais, que, todavia, apresenta-se inoperante.

Os planos são diretrizes legais com vigências estipuladas por 10 anos, portanto, iniciam e encerram ciclos de uma geração, mas como historiador não se pode deixar passar que como lei e um texto legal é produto de um contexto e de um tempo, que, portanto, carrega as intenções e projetos políticos e ideológicos de quem, na disputa de poder, consegue gerir a máquina. Dito isso é um preâmbulo para nos voltarmos para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Segundo Diana Melo Silva (2020), a BNCC passou por diversos embate até se constituir na versão de hoje. Foram três versões que desencadearam discussões, mobilização

PARTE DO DOCUMENTO EM QUE OS TEMAS APARECEM	1ª VERSÃO	2ª VERSÃO	3ª VERSÃO
--	------------------	------------------	------------------

de professores, movimentos sociais e disputas políticas na bancada nacional. A primeira versão data de 2015. Após consultas com diretrizes que redirecionavam os currículos educacionais, foi reencaminhada para melhorias das diretrizes e demandas apresentadas nestas consultas. Em 2016, a segunda versão da trazia mais elementos incorporados ao texto, ainda com participação de especialistas e algumas participações on-line, sendo ainda levantadas questões que precisariam ser incorporados ao texto.

Essas novas avaliações foram ponto de partida para o encaminhamento de uma nova escrita do texto e reelaborações, em relação direta ao contexto social e principalmente político daquele momento. Além de organizar a base com uma estrutura mais direcionada e objetiva quanto às competências e habilidades que deveriam ser discutidas nos currículos e como consequências em sala de aula. Foi então encaminhada em 2017 a modificação do texto para a terceira versão que ocasionou na supressão das questões mais explícitas e direcionadas acerca de gênero e sexualidade da BNCC.

Quadro 1 – Comparativo da abordagem das temáticas gênero e orientação sexual nas três versões da BNCC.

Princípios Introdutórios	“Desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prazer e “cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos” (BRASIL, 2015, p. 7).	acolhimento na sua diversidade, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, convicção religiosa ou quaisquer outras formas de discriminação, bem como terem valorizados seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual devem se comprometer” (BRASIL, 2016, p. 34).	“Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106” (BRASIL, 2018, p. 11).
Ciências Humanas e Sociais	CHSO3MOA009 “Problematizar a divisão de classes no modo de produção capitalista, a divisão de trabalho segundo o sexo e as implicações para as relações de gênero e a divisão de trabalho segundo cor, raça ou etnia” (BRASIL, 2015, p. 301).	“a desnaturalização da cultura e da organização social e, em decorrência, a sensibilização e o estranhamento com diversas formas de desigualdade (socioeconômica, racial, de gênero e identidades (culturais, religiosas, étnico-raciais, geográficas)” (BRASIL, 2016, p. 628).	“Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer” (BRASIL, 2018, p. 561).

Ao diferenciarmos as versões da BNCC, percebemos que as duas primeiras abordam as questões de gênero e orientação sexual, e não apenas os conceitos corretos para efeito estético, mas fundamentados no desenvolvimento de competências e habilidades que proporcionariam ações mais objetivas nos currículos escolares, o que na prática se traduziria, desde a educação infantil, na possibilidade de estudantes e professores construírem relações nos processos de aprendizagem escolar partindo do princípio das diferenças como uma realidade social, fortalecendo tanto as identidades dos alunos quanto a elaboração de um ambiente favorável e acolhedor, sendo diluídos os marcadores de diferenças.

Com isso, abria-se a possibilidade de construir uma rede de prevenção naturalizada para o enfretamento das violências que sejam marcadas pela presença das diversidades de gênero e sexuais. Essas versões promoviam essas abordagens com relevância em todos os

níveis de ensino, sendo capazes de desnaturalizar construções sociais danosas, como o preconceito e as discriminações nestes espaços.

A última versão, que é a atual, nitidamente é marcada por um retrocesso referente a estas temáticas, colocando as discussões de gênero e orientação nas entrelinhas do texto, cabendo ao profissional docente a abordagem destas questões, encaixando-as enquanto diferenças ou diversidades, o que generaliza essa pauta para o desempenho em sala de aula. Compreendemos, portanto, que fica a cargo apenas da autonomia do docente abordar ou não estas temáticas, e dado aos processos de formações dos professores, descrito no próximo tópico, temos algumas barreiras quanto a essas abordagens voluntárias. Significa dizer que a BNCC produz uma invisibilidade nestas realidades sociais no ambiente escolar. Tornam-se, portanto, temáticas abordadas apenas transversalmente, mas que não há direcionamento curricular e orientação educacional de quais habilidades e competências desenvolver acerca destas questões, assim como uma ausência das razões sociais que validam estas discussões em sala de aula.

Segundo Silva (2020), os discursos que se opuseram para retirada desses termos e competências da BNCC têm intenções políticas, morais e religiosas, indicando que essas menções no corpo do texto do documento acarretariam em um prejuízo geracional para sociedade, incentivando e construindo ambientes que estimulariam o exercício das diversas sexualidades e gêneros, o que seria uma distorção para o caráter e moral das famílias tradicionais brasileiras. Ou seja, colocaria em risco o ideal da sociedade cristã e heterossexual para garantia do bem estar social comum, e que não há sentido a escola “ensinar” sexualidade e designar essas ações ao seio familiar.

Discursos como esses são característicos durante os percursos dos indivíduos que expressam suas sexualidades e identidades de gênero divergentes do imposto. Dessa forma, documentos norteadores como a BNCC se configuram como basilar para o avanço de violências e preconceitos para a população marginalizada nestes espaços a partir do momento que negligencia essas realidades.

Dessa forma, pesquisas que construam a partir das disciplinas obrigatórias e conteúdos programáticos se constituem como estratégias fundamentais para que esses indivíduos possam ser assistidos, amparados e acolhidos nesses espaços de poder, como é a escola e a sala de aula, e que consigam se perceber enquanto protagonistas de suas existências discordantes do modelo hegemônico imposto. Negligenciar essas experiências é invalidar a existências de diversos alunos que carregam em seus corpos essas realidades.

O papel que se designa ao professor de História a partir do manuseio da sua ciência é resgatar e impulsionar alunos a conseguirem produzir suas próprias existências nesses espaços, gozando do direito de suas liberdades individuais, assim como estimular o enfrentamento dentro desses espaços e foram dele no combate ao preconceito.

1.3 A formação docente no Brasil

A formação docente no Brasil é construída por diretrizes que orientam a função do professor em sala de aula, sendo a escola um espaço de preparação do sujeito para agir e se posicionar frente às várias situações de maneira crítica, a formação docente assume uma importância fundamental por lidar com essas questões de maneira diária.

Embora vários temas sejam abordados no currículo escolar, alguns surgem em função da dinâmica na sociedade, exigindo que as discussões ocorram dentro da escola para uma formação do sujeito frente a esses problemas. Neste sentido, inserem-se as questões das discussões dos *temas transversais*, que ajudam a trabalhar essas problemáticas em consonância com todas as disciplinas.

Para tanto, é necessário observar o processo de formação docente, identificar e planejar como deve ser a formação sobre diversidade cultural e como ela deve ser trabalhada no âmbito escolar, cumprindo as exigências legais e aproveitando para aprofundar as discussões dos variados temas. A orientação do MEC prevê uma formação docente voltada para os desafios da contemporaneidade:

As mudanças propostas para a Educação Básica no Brasil trazem enormes desafios à formação de professores. No mundo contemporâneo, o papel do professor está sendo questionado e redefinido de diversas maneiras. Para isso concorrem as novas concepções sobre a educação, as revisões e atualizações nas teorias de desenvolvimento e aprendizagem, o impacto da tecnologia da informação e das comunicações sobre os processos de ensino e de aprendizagem, suas metodologias, técnicas e materiais de apoio (BRASIL, 2000, p. 5).

Embora estejam elencadas essas proposições, o docente não recebe formação adequada para lidar com questões que vão além de seu conteúdo. O problema é saber lidar com a dinâmica da escola e as novas problemáticas que a sociedade impõe. Neste sentido é importante destacar a falta de preparo para trabalhar de acordo com esses temas e com a metodologia adequada, de acordo com Ciliato e Sartori (2000):

A proposta dos Temas Transversais, quando adequadamente entendida, interpretada e aplicada, é relevante pelo fato de potencializar a reflexão e a crítica sobre os problemas que emergem das contradições derivadas das múltiplas matrizes culturais. O problema é que a grande maioria dos professores e da própria comunidade escolar demonstra não estar preparada e, tampouco, comprometida em trabalhar com os assuntos relativos ao multiculturalismo. Isso é recorrente pelo fato de que boa parte dos docentes não assume a responsabilidade de trabalhar os Temas Transversais, conforme o que se estipula nos PCNs (MEC, 2000, pp. 66-67).

Diante dessa realidade, é necessário identificar o que trava essa formação dos professores que não permite a concepção de um currículo mais universal em se tratando de temas sobre diversidade cultural. Isso está ligado a uma estruturação dos cursos de licenciatura muito rígida em torno de disciplinas que não permitem uma visão mais geral por parte dos cursos de formação de professores no nível superior. Os dados do MEC indicam para uma formação básica de todos os professores da educação básica alguns pontos principais:

O enfrentamento do problema da segmentação da educação básica pressupõe que os professores, independentemente da etapa de escolaridade em que atuam, tenham uma visão ampla das questões educacionais, das questões escolares, do desenvolvimento humano, além de uma cultura geral e profissional mais abrangente. A formação comum para professores de todas as etapas da educação básica deverá mobilizar contribuições de diferentes áreas de conhecimento para constituir saberes pedagógicos, valores - dignidade humana, solidariedade, autonomia intelectual, respeito e acolhimento da diversidade, igualdade e justiça social, entre outros - visões de educação e sociedade, que permitam ao futuro professor compreender a realidade da educação e formular propostas de ação/intervenção na escola e/ou em nível mais amplo do processo educativo (BRASIL, 2000, pp. 68- 69).

Alguns pontos dessa formação são indicados e demonstram a falta de sensibilidade para temas da diversidade, são proposições gerais que não contemplam questões e dinâmicas da vida em sociedade. Como indica o documento do MEC:

- gerenciar a dinâmica da relação pedagógica, na sala de aula ou em outros espaços escolares, suas próprias relações com os alunos e destes entre si, a partir da constituição e do aprofundamento de conhecimentos sobre desenvolvimento e aprendizagem, cultura e comportamento de adolescentes e jovens, bem como suas formas de interação e inserção com o ambiente social;
- estabelecer formas de interação que promovam a constituição da identidade e o desenvolvimento da autonomia do aluno, a partir da compreensão do seu papel de professor na constituição da subjetividade deste último e da compreensão de suas características sociais, culturais e econômicas e de suas necessidades de desenvolvimento e aprendizagem (BRASIL, 2000, pp. 69-70).

Os temas são tratados de maneira superficial e não conseguem, dentro do âmbito da formação do professor, englobar os temas sobre diversidade de maneira abrangente. Neste sentido, é importante identificar como se dão de maneira institucional os indicativos para a formação docente, para tanto, utilizaremos o documento do Ministério da Educação Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em cursos de Nível Superior, um documento base em que as orientações para os currículos dos cursos de graduação são elencadas buscando uma formação sólida dos profissionais. Na parte geral, é possível identificar a formação continuada como base pensada para melhorar os índices de formação dos docentes, como pontua o documento do MEC:

O desenvolvimento de competências profissionais é processual e a formação inicial é, apenas, a primeira etapa do desenvolvimento profissional permanente. A perspectiva de desenvolvimento de competências exige a compreensão de que o seu trajeto de construção se estende ao processo de formação continuada, sendo, portanto, um instrumento norteador do desenvolvimento profissional permanente (BRASIL, 2000, p. 48).

Colocar a formação continuada como base para a formação do professor é primordial, dar os meios para que essa formação ocorra também. A formação continuada é colocada em função da quase capacidade real da impossibilidade de uma formação geral e focada na deficiência dos próprios cursos de nível superior, sendo assim, a formação continuada assumiria essas lacunas para preencher essas falhas na formação dos profissionais da educação:

É importante deixar claro que isso se diferencia da ideia de que cada futuro professor deva, ao final do curso, dominar plenamente todas as competências - o que seria humana e socialmente impossível - e que seu processo de formação termina nesse momento, atingindo essa meta. Ao contrário, o desenvolvimento de competências profissionais é processual e a formação inicial é apenas a primeira etapa do desenvolvimento profissional permanente. A perspectiva de desenvolvimento de competências exige a compreensão de que o seu trajeto de construção se estende ao processo de formação continuada sendo, portanto, um instrumento norteador do desenvolvimento profissional permanente (BRASIL, 2000, p. 49).

Elementos presentes na formação apresentam-se de maneira muito generalizada, pois abarcam um leque de competências para todos os cursos. Se, de alguma forma, isso é positivo na tentativa de criar valores e instrumentos universais a todos os profissionais da área de educação, eles não permitem uma formação ainda na base de temas que surjam na dinâmica da própria escola. Nesses casos, a formação continuada adentraria no preenchimento dessas lacunas.

Essas proposições gerais estão elencadas em eixos gerais. O primeiro está ligado às competências relacionadas com os valores estéticos, políticos e éticos inspiradores da sociedade democrática; o segundo, às competências referentes à compreensão do papel social da escola; o terceiro, às competências referentes ao domínio dos conteúdos a serem socializados, de seus significados em diferentes contextos e de sua articulação interdisciplinar; o quarto, relacionado às competências referentes ao domínio do conhecimento pedagógico; o quinto e último relacionado às competências referentes ao gerenciamento do próprio desenvolvimento profissional.

Embora se tenha um leque grande eixos, percebe-se a falta de aprofundamento quando se trata da formação, há uma ideia de formação bem ampla, que não permite o contato com temas que possam ser abordados no cotidiano escolar. Esse formato permite que secretarias de educação municipal ou estadual atuem nessas formações, além do próprio corpo docente que pode buscar essa formação de acordo com as especificidades e também problemáticas apresentadas em cada localidade em que a escola se encontra, permitindo assim uma formação mais sensível a temas da própria realidade local e abrindo a possibilidade de trabalhar com temas diversos na formação docente.

1.4 A formação docente continuada no campo da gestão educacional.

O processo de formação docente continuada é uma questão prevista pelo Ministério da Educação e presente em diversos tipos de gestões governamentais de estados e municípios como modelo estabelecido. Por exemplo, a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores dispõe de diversas modalidades de execução de programas de capacitação para educadores da rede básica de ensino.

Levando em conta os processos de reciclagem e/ou complementação da formação docente, o que tentamos pôr em discussão é a autonomia das unidades educacionais no auxílio desses métodos de capacitação docente. Logo, esse debate gira em torno dos mecanismos estabelecidos e escolhidos de gestão escolar.

Nessa perspectiva, há um incentivo de atribuir às unidades educacionais e seus gestores, assim como todo o corpo que as compõe, a livre iniciativa de agir no propósito da otimização do desempenho da formação dos professores. Consequência disso é a garantia de uma potencialização do processo ensino e aprendizagem no cumprimento das exigências previstas nos parâmetros curriculares para o aprimoramento da vivência escolar e comunitária.

Portanto, o princípio de uma gestão que possa partilhar esses ideais e alcançar êxito em seus processos de ensino/aprendizagem, aumento das potencialidades do corpo que compõe a equipe escolar, o cotidiano do ambiente escolar e a garantia da maximização do processo de formação discente enquanto cidadão que compõe uma sociedade diversa. Neste processo, a autonomia escolar se faz componente fundamental para estabelecimento destes objetivos como cita João Barroso (1996):

A autonomia da escola não é a autonomia dos professores, ou a autonomia dos pais, ou a autonomia dos gestores. A autonomia, neste caso, é o resultado do equilíbrio de forças, numa determinada escola, entre diferentes detentores de influência (externa ou interna), dos quais se destacam: o governo os seus representantes, os professores, os alunos, os pais e outros membros da sociedade local (BARROSO, 1996, p. 186).

A gestão compartilhada ou democrática, portanto, garante que a articulação entre estas diversas realidades possam estar aglutinadas e em pleno desenvolvimento respeitando seus espaços de execução prática e as subjetividades necessárias em cada processo sejam entre a escola e a comunidade, alunos e professores e como é nosso objetivo a relação entre Gestão e professores.

A elaboração e participação da proposta do Projeto Político Pedagógico (PPP), a descentralização das decisões, a equidade de oportunidades e a melhoria do serviço de educação são conquistas advindas do processo de gestão democrática que possibilitam melhor desempenho e instrução no processo de formação de professores dentro do ambiente escolar.

Esse movimento não depende diretamente de programas governamentais e mecanismos de gestões públicas de Estados e Municípios, podendo acontecer por iniciativa e decisão da própria unidade escolar a partir da implementação da Gestão democrática, pois a autonomia destas unidades é assegurada conforme a Lei de Diretrizes de Bases da Educação (1996), Lei nº 9.394 conforme os artigos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao **desenvolvimento profissional** [grifo nosso];

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)

Prevista em lei, a gestão democrática induz ao desenvolvimento profissional do educador tal qual pode e deve estar inserido o processo de formação continuada garantida pela unidade escolar. A escola, portanto, se constitui enquanto principal gerenciadora destes processos de capacitação docente, adquirindo um raio de alcance mais amplo na intervenção da vida prática profissional do educador que irradia ao cotidiano escolar.

Dessa forma, a unidade educacional é o principal palco de ação docente que se constrói como ferramenta principal de transformação e aprimoramento de formação do mesmo. Já discutido anteriormente, nos moldes de uma gestão participativa, democrática ou compartilhada é um espaço propício para efetuar esta ação.

A formação complementar docente passa por abordar temáticas que são de fundamental importância para a formação do indivíduo, conectada aos conteúdos programáticos previsto na PNE, PEE e na BNCC organizados em cada disciplina. Os os programas conteudistas, organizados de maneira estática, como hoje se apresentam, não proporcionam esta reflexão crítica e prática ao aluno inserido nestas questões.

Como exemplo disso, os temas transversais já discutidos apresentam objetivos importantes a serem tocados pela ação de lecionar do docente. Neste quesito, um dos pontos importantes a ressaltar é a pluralidade cultural que já definida nas páginas anteriores carregam uma gama de elementos encontrados no seio da dinâmica das relações sociais que implicam na fluidez das ações entre os indivíduos.

Cabe ao professor a sensibilidade de perceber a necessidade dos alunos e de abordar os conteúdos de forma a proporcionar uma reflexão crítica do ambiente e espaço em que está inserido, a fim de constituir no discente uma maior elasticidade nos aspectos das sociabilidades e no confronto com as diversidades sejam elas de qualquer natureza, raciais, sexuais, religiosas ou culturais.

Portanto, a pluralidade sociocultural e diversidades é um elemento a ser contextualizado e destrinchado pelo corpo docente, e que necessariamente passa pelo processo de formação do

docente enquanto possuidor de tais conhecimentos para transferir ao aluno. Em uma gestão participativa, estes elementos são absorvidos pelo professor a partir do momento em que o professor, dentro do próprio espaço escolar, participa de ações práticas e decisões que envolvem tanto a comunidade escolar como a comunidade não escolar (familiares, adjacentes a escola), e oferece ao docente uma capacidade de participação de cidadania e formação de pensamento críticos quanto as experiências existentes nestes espaços, a fim de compreender o aluno e se dedicar a explicar de que formas estas questões sociais se apresentam no cotidiano e devem ser enfrentadas através do respeito as diversidades.

É fato que a escola sempre teve encaixos quanto a abordagem de tais questões e acerca de suas execuções desses processos. O espaço escolar, portanto, não deve ignorar a existência desses aspectos e a importância de pôr em prática essas diretrizes. A formação docente continuada é a principal ferramenta para o êxito destas aplicações, como cita Moreira e Candau (2003):

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciar e neutralizar. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que esta chamada a enfrentar (CANDAU, 2003, p 161).

A discussão gira em torno do papel da escola enquanto gestora, não apenas acerca dos alunos e da vivência escolar “comum”, mas principalmente seu papel no aprimoramento das potencialidades nos docentes, que permite o desenvolvimento de capacidades que contribuam para o desempenho qualitativo de um projeto de educação mais comprometido com as metas estabelecidas. A autonomia dos educadores e suas experiências práticas educacionais se valorizadas no cotidiano escolar são uma confluência entre professores e gestão, a escola, portanto, torna-se ambiente autônomo e mais adequado à permanência e existência do processo de formação continuada e aplicabilidade de objetivos como os temas transversais a partir de uma perspectiva de gestão diferenciada, nisto os PCN's (1998) dizem:

A contribuição da escola, portanto, é a de desenvolver um projeto de educação comprometida com o desenvolvimento de capacidades que permitam intervir na realidade para transformá-la. Um projeto pedagógico com esse objetivo poderá ser orientado por três grandes diretrizes:

- posicionar-se em relação às questões sociais e interpretar a tarefa educativa como uma intervenção na realidade no momento presente;
- não tratar os valores apenas como conceitos ideais;
- incluir essa perspectiva no ensino dos conteúdos das áreas de conhecimento escolar (BRASIL, 1998, p. 24).

Vale ressaltar que a escola, ao atingir autonomia, não implica em compreender um deslocamento de planos e metas nacionais e estaduais, mas sim uma estratégia a mais no enfrentamento e aumento do processo de formação continuada gerando qualitativamente índices mais eficazes nos trâmites de melhoria da educação.

Como discutido anteriormente, o procedimento existente de formação oficial de professores demonstra fissuras que ocasionam vários entraves para o desempenho pessoal e coletivo no espaço escolar dos profissionais de educação, contudo, não deve ser compreendido como um arremate final decisivo do seu futuro profissional, pois a carreira do magistério renova-se ciclicamente a partir das novas percepções e perspectivas acerca da educação enquanto ferramenta social, novas abordagens teóricas norteadoras de explicações para compreensão de ensino-aprendizagem e o próprio desempenho estimado dos órgãos e centros educacionais planejados e estabelecidos.

Um professor que se dispõe a aplicabilidade de temas transversais apenas com seus princípios norteadores da formação inicial pode achar desafios que dificultem seu processo laboral no espaço escolar, no entanto, a garantia de uma escola atenta aos problemas diagnosticados encontra através das políticas gestacionais autônomas iniciativas que auxiliam o docente em execução de seus ofícios quanto a questões já citadas.

A pluralidade cultural, por exemplo, é um déficit encontrado em grande escala no processo de formação dos professores, partindo do princípio de uma educação superior sedimentada em aportes teóricos metodológicos que destoam da realidade brasileira e são modelos em blocos de paradigmas importados de regiões que possuem uma gama sociocultural e histórica completamente divergente do que pode ser compreendido no Brasil, em grande parte uma cultura europeia que baliza todos os princípios de conteúdos e discussões que formam os docentes.

Estes profissionais na prática, portanto, não terão ferramentas necessárias para discutir e relacionar em ambiente de trabalho (a escola) acerca da diversidade pluricultural existente, embora haja um esforço das políticas de governabilidade e legislativa de criar e implementar leis para sanar este déficit no processo de formação docente, tais como a Lei nº 10.639, que estabelece a obrigatoriedade no currículo da História e Cultura Afro-Brasileira, a Lei nº 11.645, que cria a obrigatoriedade de inserir no currículo o ensino da História Indígena, houve veto a uma lei que discuta Gênero e Sexualidade.

É notável que estas leis estabeleçam uma mudança curricular que reverbera no processo de formação dos professores, no entanto, o que pode ser aferido por enquanto da vigência

destas leis recentes é uma inabilidade e inaplicabilidade para reparação do combate de discriminação e preconceito diário existente no espaço escolar e social.

A formação teórica nas instâncias de ensino ainda não incorporam de fato estas mudanças curriculares a fim de tornar prático o enfrentamento desses profissionais em campo, diferentemente da ação direta e eficaz do processo de formação de iniciativa das políticas gestacionais autônomas das unidades de ensino, e que em parcerias com Instituições de Ensino Superior e sociedade civil, que em tese teriam um procedimento metodológico prático e estimado a partir das próprias experiências que circundam o espaço educacional.

Não apenas deixar a cargo das gestões democráticas autônomas o processo de formação continuada para os enfrentamentos das questões como diversidade, identidade de gênero e orientação sexual, é a solução remediável e definitiva, mas estimular o crescimento dessas iniciativas somadas aos processos anteriores já existentes de formação poderá gerar uma catarse com um raio de ação maior na efetivação de um processo de formação continuada docente mais impactante que alteraria os índices do ambiente escolar e sociais.

A escola continua sendo à base do processo de formação docente, pois além de campo de experimentação do mesmo, é também termômetro das mudanças que podem e devem ocorrer no processo metodológico e teórico vigente nos cursos superiores de licenciatura. O foco ainda devem ser o espaço escolar, o planejamento e processos de gestão pedagógicos em prol do êxito da educação e de todos os processos que estão envolvidos, inclusive o processo de formação continuada docente.

Desta forma, compreendemos que utilizar destas autonomias e do professor de história nestes espaços permite uma capacitação e instrumentalização desses docentes para conseguir agir em situações do cotidiano escolar em que esses temas se apresentem. Durante todo o processo de construção dos materiais para as oficinas aqui propostas, o contato com a escola, com as turmas e com o professor é fundamental para que esse processo de formação continua indireta seja praticado e eficiente.

A partir dessas experiências, será possível elaborar, como parte integrante do caderno de Aulas-Oficinas, situações previstas que podem conter diretrizes de como o professor pode agir diante desses contextos. Portanto, não se construirá um manual. As oficinas não otimizam apenas o processo de aprendizagem dos discente, porém atualizam o professor e concedem a ele possibilidades para compreensão de seus alunos e das realidades que o circundam.

CAPÍTULO 2. DITADURA E HOMOSSEXUALIDADES: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA.

Introdução

Este capítulo apresenta uma discussão acerca da instauração da ditadura empresarial militar referente a uma reconfiguração de Estado no país. Dessa maneira, destaca os processos responsáveis pela regulação dos indivíduos homossexuais durante este período a fim de dialogar com processos atuais de permanências destas locuções. Além de demonstrar um panorama do cenário social e político para estes homossexuais no Maranhão, discute de forma teórica e metodológica de que maneira são produzidos discursos reguladores de diversas instâncias sociais sobre estas sociabilidades, destacando de que maneira é possível extrair dessas documentações essas experiências passadas. Propõe, ainda, a partir dessas análises, uma estratégia para construção, com transformação das linguagens, de material didático-educacional dentro do campo da História.

2.1 Homofobia: a falência de um projeto societário

O caso do rapaz Lucas Silva de Oliveira, de 17 anos, que foi encontrado morto com o pescoço cortado em uma pista de motocross, no bairro da Divineia, na última quinta-feira (1), chocou toda a capital maranhense. Até o momento, a autoria e a motivação permanecem uma incógnita. A polícia alega que a última hipótese a ser trabalhada é a de que o jovem tenha sido morto por homofobia.[...] (IMPARCIAL, 08/06/2017)⁷

SÃO LUÍS- A polícia ainda ontem não tinha conseguido prender o principal acusado de ter assassinado a golpes de martelo, o homossexual Josivaldo Mendes Marques, de 35 anos. O corpo da vítima foi encontrado em sua residência, no bairro da Vila Palmeira, na noite de terça-feira. Há possibilidade de o jovem ter sido vítima de crime de homofobia (IMIRANTE, 27/06/2019)⁸. O caso envolvendo a transexual Stheffany Pereira, de 23 anos, que foi, segundo ela, vítima de preconceito na escola Liceu Maranhense, ao ser proibida de utilizar as instalações do banheiro feminino da instituição, reforça a necessidade de se discutir no âmbito escolar questões relacionadas à identidade de gênero nas políticas educacionais (IMIRANTE, 28/06/2015)⁹.

⁷ Disponível em <https://oimparcial.com.br/cidades/2017/06/caso-lucas-continua-uma-incognita/>

⁸ Disponível em <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2019/06/27/policia-investiga-assassinato-de-homossexual-na-vila-palmeira/>

⁹ Disponível em <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2015/06/28/plano-estadual-de-educacao-preve-politica-de-combate-as-desigualdades/>

As reportagens em destaque servem para reflexão do quanto as promessas presentes no projeto da modernidade foram falhas e adquiriram seus próprios modos de existir, independente do seu processo gestacional, levando à falibilidade do que se esperava dos padrões societários de igualdade e de civilidade.

Indivíduos homossexuais¹⁰, ainda no século XXI, são perseguidos de diversas formas, seja moralmente, politicamente ou por violência física e verbal. As homossexualidades, mesmo na contemporaneidade, ainda incitam padrões de comportamento violentos em reação à sua existência, oprimindo aqueles que são homossexuais e subjugando-os a condições sociais insalubres. A tolerância diante da diferença e os princípios de liberdade e igualdade, baluartes de uma concepção modernizante de sociedade, estão atualmente profundamente ameaçados.

As homossexualidades no Ocidente têm um percurso histórico bastante difícil e são vistas como tabu, por diversas vezes classificadas como doenças, maldições ou antinaturais, impróprias para o convívio salutar em sociedade. Em 1964, instaura-se um regime ditatorial que duraria vinte e um anos e que marcaria a história política do Brasil. Oriundo de uma articulação entre setores empresariais brasileiros, capital estrangeiro e forças armadas, o período foi marcado principalmente por intensa repressão às classes trabalhadoras, marginalização dos que destoavam das normas de comportamento social, perseguição política de opositores, excessiva concentração de renda e censura aos meios de comunicação e manifestações culturais.

2.2. A ditadura empresarial-militar brasileira como baluarte da homofobia nacional

Na concepção de Dreifuss (1981), a articulação empresarial-militar elaborou um grande e eficaz projeto para a tomada de poder, pautado no controle de todos os mecanismos disponíveis e possíveis da sociedade civil na busca de um consenso¹¹ em torno do projeto que então estava a ser implementado. Sendo assim, o controle dos meios de comunicação era

¹⁰ Nesta análise é importante frisar que o termo homossexual/homossexualidades não designa apenas indivíduos que estabelecem vínculo afetivo, sexual e amoroso com indivíduos do mesmo sexo. Para fugir do anacronismo, utilizamos o termo homossexual com uma funcionalidade mais ampla, na qual a orientação sexual não é apenas o único fator que determina a prática homossexual, estando também incluídos a expressão e comportamento de gênero. Indivíduos que possuíam uma identidade comportamental de gênero diferente da estabelecida socialmente eram compreendidos durante o período da ditadura empresarial-militar como indivíduos homossexuais. Assim, quando o leitor avistar os termos “homossexuais” ou homossexualidades deve estar ciente que estão inseridos homossexuais masculinos e femininos, bem como travestis, transgêneros femininos e masculinos, bissexuais, queers e intersexos.

¹¹ Os conceitos de Sociedade Civil, Sociedade Política, Hegemonia, Consenso, Estado Ampliado, aqui basilares, são oriundos da obra de Antônio Gramsci, como detalhado no tópico da fundamentação teórica.

condição primordial para desestabilização do governo João Goulart, promovendo um ambiente favorável para aqueles que buscavam uma solução autoritária para os "problemas" do país e para a fundamentação de um novo modelo de Estado, sendo balizador de padrões, valores e direcionamentos políticos e sociais em torno de um projeto.

O Estado passou a intervir ainda mais na vida social do indivíduo no sentido de garantir uma normatização da esfera pública com vistas a, pretensamente, assegurar o dito bem-estar social. Segundo Nilson Borges (2003), a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND)¹², tem origem nos Estados Unidos durante o período da "Guerra Fria" (1945-1991). Seus fundamentos básicos são a manutenção de um Estado forte, da ordem social e da concepção de guerra permanente e total entre capitalismo e comunismo. Nesse contexto, o exército brasileiro teorizou essa ideologia na Escola Superior de Guerra¹³, preparando quadros para gestar um Estado em regime de exceção como propósito claro de:

[...] defender os interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro e destruir as tendências de questionamento social e de exigência de mudança estrutural promovidas pelas organizações populares. Essa experiência teve paralelo, concretamente, nos regimes semelhantes que se disseminaram pelo Cone sul latino-americano, entre as décadas de 1960 a 1980 (PADRÓS, 2005, p. 16).

Nesse sentido, a dita degenerescência dos sagrados valores instituídos pela família e pela Igreja, instâncias reguladores da ordem social, atribuída aos indivíduos homossexuais, expressa principalmente na sua busca por uma liberalidade sexual, desvinculada de normas ou padrões, passa a ser vista como expressão direta não só da anormalidade da sua natureza pervertida, como também uma clara associação ao sentido subversivo e desagregador do "ateísmo comunista" e, como tal, deveriam ser diretamente combatidos por sua essência "pecadora e corruptora" haja vista o estabelecimento de um estado constante de guerra, em que se pretende eliminar, segundo os interesses das classes que ascenderam ao poder, os inimigos internos que levariam a subversão e corrosão da nação. Dentro desse espectro estavam os homossexuais, tidos como depreciadores natos da moral nacional.

Os discursos produzidos pelos meios de comunicação, doutrinas, escola, Igreja Católica e imprensa durante o regime autoritário expressam diretamente o projeto da fração de classe

¹² Essa doutrina, transformada em lei em 1968, com a publicação do decreto-lei nº. 314/68, tinha como objetivo principal identificar e eliminar os "inimigos internos", ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que os "inimigos internos" eram, antes de tudo, os comunistas e aqueles considerados como subversivos.

¹³ Segundo Maria Helena Alves (1985), a Escola Superior de Guerra foi criada em 20 de agosto de 1949 sob a influência das experiências obtidas por um grupo de militares, capitaneados pelo Marechal César Obino, após o segundo conflito mundial e diante dos prenúncios de uma nova ordem apontados pelo início da guerra fria.

dominante que ascende ao poder, em uma relação intrínseca entre a sociedade política e a sociedade civil, na concepção gramsciana, que em um jogo político e discursivo ditam as diretrizes econômicas, sociais e morais em vigência durante o regime ditatorial, visando sua manutenção.

A ditadura empresarial-militar implementada no Brasil feriu profundamente o respeito, o direito civil, as liberdades individuais e, sobretudo, violou os direitos humanos. Assim, esta pesquisa tem por objetivo investigar como a homossexualidade foi percebida durante a ditadura empresarial-militar brasileira por meio da análise dos discursos em defesa de uma prática moral e de uma regulação destas sexualidades por parte do Estado, alcançando a imprensa e outras instâncias sociais, como a escola e a Igreja Católica, legitimando a supressão social destes indivíduos, partindo do pressuposto de caracterização da ditadura como um período de elaboração sofisticada de discursos de ódio e preconceito, sustentados e presentes até os dias atuais.

Dada às diferenças regionais do Brasil, estes mecanismos de opressões não coercitivas foram percebidos e sentidos de uma forma pulverizada pelos quatro cantos da nação. Nos centros urbanos mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro e São Paulo, havia uma repressão mais incisiva, que denotava nitidamente o braço e violência do Estado em relação a indivíduos como os homossexuais. No entanto, há diversas lacunas sobre o período estudado no Maranhão, principalmente relacionado às homossexualidades existentes durante a ditadura empresarial-militar, o que torna os objetivos desta pesquisa de interesse não só da população LGBT+¹⁴, mas também dos pesquisadores da história contemporânea maranhense e, principalmente, da sociedade.

Na semana seguinte ao golpe, torna-se perceptível, tendo em vista a historiografia tradicional sobre o tema, a implantação de mecanismos de repressão política e moral. A historiografia sempre esteve dividida em relação aos projetos e intenções efetivas do movimento golpista de 1964 e sua liderança. O questionamento posterior a isso seria, o que a classe (ou fração de classe) que ascendeu ao poder faria a partir de então, após a instauração do golpe empresarial-militar?

É nítido perceber que havia uma divisão dentro do próprio movimento golpista. De um lado, desejava-se remover o Presidente João Goulart e legitimar o golpe aprovado pelo corpo parlamentar por meio de expediente jurídico, e com o retorno das forças armadas aos seus quartéis haveria a volta da vida institucional, como nos moldes anteriores; de outro lado,

¹⁴ Sigla que designa indivíduos que se declaram Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

alguns desejavam uma correção, uma “operação limpeza” mais eficaz, enquanto outros, especialmente ligados ao Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), pensavam ter um projeto global diferente da situação existente.

Após a instauração do golpe empresarial-militar, tendo em vista a vitória em mãos, era necessário, entretanto, a tomada de decisões que desmanchasse todo o aparato do governo deposto, sendo justificada a posição adotada, como um posicionamento político almejado para a nação brasileira. Para conferir legitimidade e legalidade, foi necessário adotar medidas legislativas emergenciais. Dessa forma, o novo regime apresentou como ação inicial um Ato Institucional, que a historiografia mais tarde classificou como “AI-1” devido às edições de novos atos semelhantes.

Segundo Maria Helena Moreira Alves (1984), no dia nove de abril de 1964 o Ato Institucional nº1 foi assinado pelo então General Arthur da Costa e Silva, o vice-Almirante Augusto Hamann Rademaker Grunewald e o Tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia e Melo, militares que constituíram a liderança do Comando Supremo Revolucionário, declarado após a queda de Jango, apresentando-se como o novo poder de fato no país. Estes posteriormente foram nomeados como os novos ministros militares pelo presidente interino Ranieri Mazzili, substituto legal de João Goulart, após da declaração de "vacância de poder", de acordo com os termos da Constituição vigente de 1946.

A elaboração do Ato é atribuída tanto a Francisco Campos, autor da constituição de 1937 para a consolidação do Estado Novo, quanto a Carlos Medeiros, advogado de posicionamento conservador (SKIDMORE, 1988, p. 48). O Ato Institucional nº 1 (AI-1) afirmava que o movimento que derrubou o governo de João Goulart era de caráter civil e militar e que era uma “revolução” de cunho autêntico que representava o anseio da nação brasileira certificando ao novo governo mecanismos indispensáveis para a ação restauradora da reconstrução financeira, moral, econômica e política proposta pela “Revolução de 31 de Março” no Brasil (CAMPANHOLE, 1971, p. 09).

Ou seja, o projeto estruturado em 1964, como editado no primeiro ato, deixa explícito o caráter ideológico previsto para ser posto em prática para reorganização da sociedade brasileira. Diante disso, destacam os a pretensa “ação restauradora da reconstrução moral”, que nos interessa para perceber a estruturação de poder que estava sendo posta em prática para o país. A moral que deveria ser restaurada era pautada em valores militares e cristãos atribuindo padrões de condutas de acordo com os “bons costumes e a moral”, bem como “No interesse da paz e da honra nacional e sem as limitações previstas na Constituição...” (*Jornal Pequeno*, 03 de setembro de 1964, p. 4)..

Os discursos produzidos por diferentes instancias durante o regime autoritário expressam o desejo da fração de classe dominante que ascende ao poder, em uma relação intrínseca com a sociedade política e a sociedade civil, ou seja, em um jogo político e discursivo ditam as diretrizes econômicas, sociais e morais postas em vigência durante o regime de exceção em qualquer caracterização de regime autoritário, seja militar, socialista ou totalitário, visando a sua manutenção.

Portanto, a atenção aos discursos produzidos acerca dos indivíduos homossexuais durante este período no Brasil e no Maranhão, se faz necessário para compreender hoje, a partir de um percurso histórico, como se compreende e qual o lugar destinado aos individuo homossexuais pós regime autoritário, quais são, portanto, o legado de consequências e direitos adquiridos e concedidos a estes indivíduos pós regulação e repressão moral.

Diante disso, esta pesquisa analisará o posicionamento institucional dos periódicos¹⁵: *Jornal Pequeno*, *o Jornal do Dia*¹⁶, *Jornal O Estado do Maranhão*. A escolha desse arcabouço documental se justifica pelo fato destes jornais serem, à época, os principais veículos de comunicação impressa de São Luís nas décadas de 1960, 1970 e 1980; temos ainda o livro didático da disciplina obrigatória de Educação Moral e Cívica, de autoria de Néelson Barbosa e utilizado nas escolas; materiais de cunho religioso produzido pela Igreja, como o *Jornal do Maranhão : Semanário de orientação Católica- Jornal a serviço da família e do Povo (MA)* e a *Revista Brasileira*; e, por fim, *Os Fundamentos da Doutrina - Escola Superior de Guerra* que são os fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional bases discursiva e ideológica do Regime Empresarial Militar.

As principais questões abordadas serão relacionadas à homossexualidade durante o contexto da ditadura empresarial-militar, relacionando o comportamento destes indivíduos como ameaça não apenas ao novo governo instaurado, mas um risco em forma de degradação moral da sociedade. Ameaça esta que deveria ser evitada e suprimida do meio social, estabelecendo, através dos meios de comunicação – impressos, e dos discursos dos Aparelhos

¹⁵ Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado, na obra *O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal "O Estado de S. Paulo"* (1974), afirmam que as fontes impressas produzem eficazes resultados no que tange à produção historiográfica. Antes tidos e vistos como elementos secundários de arcabouço documental, os jornais apresentam, segundo as autoras, subsídios necessários de identificação de intervenção social e manipulação em prol de determinados projetos.

¹⁶ A Biblioteca Pública Benedito Leite só possui as edições do *Jornal do Dia* de 8 de março de 1953 até 30 de setembro de 1958 e de 17 de janeiro de 1960 até 01 de maio de 1973, quando mudou de nome para se tornar *O Estado do Maranhão*.

Privados de Hegemonia¹⁷ (APH) um comportamento normativo a ser seguido, ainda que não seja um discurso objetivamente nítido.

Logo, este trabalho se propõe a responder importantes questões, tais como: de que maneira se efetuou uma regulação da sexualidade e do comportamento moral na sociedade? Quais os discursos ideológicos e morais utilizados para o convencimento na sociedade civil acerca de regulação da sexualidade? De que forma os homossexuais eram compreendidos e perseguidos moralmente? Portanto, propõe-se a analisar o esforço de uma regulação moral ao longo das fases do regime, tendo como foco principal, os indivíduos homossexuais, desde o início ao auge da repressão e no processo de transição para democracia.

2.3. História e homossexualidades: discursos e regulações

O caráter inovador da presente análise dá-se no sentido de uma investigação da temática a partir de uma perspectiva teórica gramsciana e bakhtiniana, ou seja, dando ênfase ao controle e a repressão moral aos indivíduos homossexuais, atrelando a isto uma demanda da pauta de uma fração da classe dominante instaurada, configurando uma articulação de um projeto de uma classe com vistas a uma moralização nacional. Não apenas investigando o controle institucionais, mas buscando perceber de que forma os jornais, escola e igreja materializam e legitimam esse projeto de moralização junto à opinião pública.

Levando-se em consideração as peculiaridades regionais, entender como esses acontecimentos de regulação moral a essa parcela da população reverberaram no Estado do Maranhão, colocando-o no cenário nacional dos estudos sobre homossexualidade e ditadura, desse modo, despertando o interesse para a produção historiográfica local, uma vez que a maioria dessas pesquisas ainda se concentram nos eixos centro-sul do país.

Como importante subsídio teórico desta pesquisa, temos as elaborações do filósofo italiano Antonio Gramsci¹⁸. Seus pressupostos construídos ainda na primeira metade do século XX deram um novo fôlego ao marxismo contemporâneo. Conceitos como Hegemonia, Sociedade Civil, Sociedade Política, Estado Ampliado, Intelectual Orgânico e Partido ajudam de forma sistemática a se pensar novas alternativas teórico-metodológicas acerca do

¹⁷ Conceito designado por Gramsci para explicar que a atuação do poder que antes estava definido apenas por parte do Estado, compreendido no seu sentido restrito, agora também estava reproduzido dentro da sociedade civil, de diversas maneiras de organizações para os encontros das classes em torno da construção da hegemonia de um projeto da fração de classe dominante. Através do consenso ideológico e político é que tenta-se construir esta hegemonia, como um convencimento dos aspectos morais, ideológicos e políticos instaurado dentro do seio da Sociedade Civil, classificados como “Aparelhos Privados de Hegemonia”

¹⁸ Antonio Gramsci (Ales, 22 de janeiro de 1891 — Roma, 27 de abril de 1937) foi um filósofo, político, cientista político, comunista e antifascista italiano

protagonismo da imprensa escrita na construção de consensos e dissensos dentro da sociedade.

A categoria teórica “Sociedade Civil”, aperfeiçoada por Gramsci, contribuiu de maneira extremamente positiva para o materialismo histórico, enriquecendo a teoria marxista sobre o Estado e ratificando seu caráter classista. Isto posto, o aparelho estatal constitui-se em sentido amplo, comportando duas grandes esferas: a Sociedade Civil e seus organismos "privados", que para Gramsci podem ser a Igreja, os meios de comunicação, os partidos políticos, as associações de classe e até o sistema educacional, responsáveis pela processo de formulação edifusão de ideologias; e a Sociedade Política, o Estado em seu sentido mais restrito, dotado de meios coercitivos como a burocracia, a polícia, o exército e o sistema jurídico.

Além dos conceitos Sociedade Civil e Sociedade Política, Gramsci destaca-se pela formulação de uma nova caracterização da categoria Hegemonia. Este conceito pode ser lido como um direcionamento político, intelectual, cultural e moral. No entanto, essa orientação está revestida de um caráter coercivo, representado pela dominação de uma classe ou fração de classe através da prevalência política, ideológica e cultural sobre outras classes ou grupo de classes.

A partir da “supremacia exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e bloco de classes e frações de classe” (ALMEIDA, 2011, p. 121), reflexo da combinação entre coerção e consenso, a hegemonia é exercida. O processo de desenvolvimento desta é quase sempre fruto do protagonismo político-social de uma classe ou fração de classe. Sendo assim, ao falarmos sobre hegemonia, faz-se necessário retornarmos a Gramsci neste ponto:

O critério metodológico sobre o qual se deve basear o próprio exame é este: que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa ‘liquidar’ ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’ (GRAMSCI, 2005, p. 62).

Através da análise dos escritos gramscianianos, percebemos que a Hegemonia se constrói dentro da Sociedade Civil, a partir de suas entidades privadas, e acaba se consolidando dentro do Estado restrito. No entanto, a construção da hegemonia pode ser dada de forma passiva, mediante apoio disperso à fração de classe dirigente e dominante, e também

ativa, através de uma adesão coletiva. Ações coordenadas e leituras eficazes dos quadros sociais, políticos e econômicos são de extremamente caros à afirmação classista dentro da sociedade.

As frações de classe dirigente e dominante em determinadas sociedades estabelecem sua hegemonia através de secundárias concessões econômicas às classes dominadas e também mediante busca incessante pelo consenso político, cultural (moral) e ideológico. Segundo Gramsci, “dominar” não é igual a “dirigir”: a direção exige determinadas concessões aos grupos subordinados, para que estes “concedam”, por vez indiretamente, e se tornem parte do projeto de dominação de dado grupo ou classe. Este convencimento é estabelecido dentro da sociedade civil a partir dos chamados "Aparelhos Privados de Hegemonia", citados anteriormente.

Os planos superestruturais, formados pela Sociedade Civil e pela Sociedade Política, e seus correspondentes aparelhos, contêm disputas econômicas, políticas e ético-culturais que suscitam o estabelecimento de uma hegemonia momentânea. Aquela classe, grupo de classes ou frações de classes que conseguem se tornar hegemônicas legitimam e universalizam seus modelos de práticas, saberes, modos de representação e autoridade.

Portanto, torna-se claro o quanto oneroso é estabelecer a hegemonia dentro da política, pois este processo demanda a modificação de valores e pontos de vista mediante construção de novas premissas éticas que fomentam o consenso e facilitam o direcionamento ético e político de uma classe ou bloco de classes. Logo, aglutinar apoios e consensos carece de mecanismos e estratégias de persuasão e convencimento.

Considerando o sentido dos termos adotados por Gramsci como Sociedade Civil, Sociedade Política e Hegemonia, percebemos uma estreita relação entre tais. Dentro do campo da Sociedade Civil que se desenvolve e se promove a Hegemonia, mediante direção e consenso. Portanto, na Sociedade Civil existe a asserção de universalização de um projeto de classe ou de um bloco de classes, mediante os já citados “Aparelhos Privados de Hegemonia”, (Igreja, sindicatos, partidos políticos, sistema educacional como escolas e universidades, meios de comunicação, empresas, organismos civis e científicos).

Para compreendermos com maior clareza este processo de ampliação do Estado através da Sociedade Civil, Carlos Nelson Coutinho (1989) nos aponta o processo de laicização do Estado no século XIX como de fundamental importância no progresso da chamada “privatização” dos dispositivos ideológicos de legitimação, como sugere:

Os instrumentos ideológicos de legitimação, a começar pelas Igrejas, passam a ser algo "privado" em relação ao "público"; o Estado já não impõe coercitivamente uma religião; e até mesmo o sistema escolar, controlado agora em grande parte pelo Estado, passa a admitir cada vez mais uma disputa ideológica em seu próprio interior. As ideologias, ainda que naturalmente não sejam indiferentes ao Estado, tornam-se algo "privado" em relação a ele: a adesão às ideologias em disputa torna-se um ato voluntário (ou relativamente voluntário), e não mais algo imposto coercitivamente (COUTINHO, 1989, p. 80).

Ao assimilarmos as elaborações teóricas de Antonio Gramsci em torno da noção de Hegemonia, com importante destaque para os "Aparelhos Privados de Hegemonia", identificamos na sociedade civil um espaço de disputa pela hegemonia das classes dirigentes e dominantes. Paralelamente, e em direção contrária, coexistem setores da sociedade que objetivam promover seus projetos contra hegemônicos, enfrentando a dominação cultural, ideológica, política e econômica pelos são submetidos.

Neste sentido, para Antonio Gramsci o exercício normal da Hegemonia “caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria” (GRAMSCI, 2005, p. 95).

Chega-se à conclusão de que o exercício da Hegemonia se constitui enquanto exitosas tentativas de uma classe, frações de classe ou grupo de classes de estabelecerem um direcionamento cultural, moral, político e ideológico. Em consequência dessa orientação existe, por parte do projeto de classe hegemônico, a instauração de uma leitura de mundo classista como universal, dirigindo as necessidades das facções subordinadas. Por conseguinte, em certas situações, a hegemonia conquistada se concretiza no poder dos setores dominantes através da representação, legitimação e autogoverno.

Desse modo, julga-se primordial para o entendimento das especificidades históricas locais a investigação do posicionamento ideológico dos jornais, escola, Igreja e dos discursos oficiais produzidos pela Escola Superior de Guerra no estabelecimento norteador das bases do regime instaurado que é a Doutrina de Segurança Nacional. Buscando assim contribuir com a ampliação do horizonte de narrativas sobre a construção da história da Ditadura Empresarial Militar e os Homossexuais no cenário nacional.

Já entendido esse momento de conceituação a partir de Gramsci, é necessário revisarmos algumas elaborações teóricas de Mikhail Bakhtin¹⁹ denominado Vozes do discurso. Bakhtin estava preocupado em produzir uma teoria acerca dos discursos de forma

¹⁹ Mikhail Mikhailovich Bakhtin foi um pensador russo que nasceu em 1895 em uma cidade provincial chamada Orel, e que morreu em 1975, na capital da Rússia, Moscou

dialética através da interação entre o campo da linguística e do social que não ocasionasse um entendimento estático sobre os enunciados, a enunciação e enunciatário. De forma heterodoxa Bakhtin percebe que os enunciados (ou discursos) são sempre carregados de outros discursos, ou seja, são constituídos no processo de elaboração da enunciação de elementos presentes em outros discursos e que reproduzem em seus enunciados heranças discursivas.

Em outras palavras, o enunciado, ou os discursos produzidos, são permeados por discursos antecessores ao mesmo e que são por sequência reproduzidos. É de fundamental importância ressaltar que esses enunciados que antecedem o discurso produzido não necessariamente precisam pertencer a um indivíduo. Levando em consideração o aspecto social na obra, e conceitos de Bakhtin, deve-se considerar a importância do meio social ao qual pertence quem ou algo que enuncia.

Vozes do discurso pode ser compreendido por outras formas de denominação como heteroglossia, plurivocidade e bivocalidade, porém em alguns momentos o conceito de Vozes de discurso é comumente confundido com o conceito de polifonia elaborado por Bakhtin para resignar-se ao modelo estético proposto por Dostoievski, que relaciona literariamente as vozes do autor com as vozes dos personagens em que ambos simbioticamente pronunciavam-se na mesma sintonia dentro da obra literária. Ou seja, o conceito de vozes de discurso se compreende diferente de polifonia, pois nas vozes do discurso além de quem enuncia e o enunciatário existem as vozes anteriores que estão presentes na elaboração do enunciado em relação ao que está sendo discursado segundo Bakhtin:

Todo conjunto verbal, se for grande e criativo, constitui um sistema de relações marcado pela complexidade e pela pluralidade de seus níveis. Uma atitude fecunda para com a língua exclui a palavra separada da voz, a palavra da pessoa. Em cada palavra há vozes, vozes que podem ser infinitamente longínquas, anônimas, quase despersonalizadas (a voz dos matizes lexicais, dos estilos, etc.), inapreensíveis, e vozes próximas que soam simultaneamente (Bakhtin, 1997, p. 353).

Dessa maneira, os discursos apresentados nos jornais acerca dos indivíduos homossexuais, estão sempre envoltos de discursos concomitantes que reproduzem o mesmo tom enunciativo, como apontado neste texto anteriormente sobre a Doutrina de Segurança Nacional, pautada em uma ideia moralizadora em que assegura a unidade familiar instruída apenas entre os agentes sociais como homem e mulher em um modelo cristão. Que também são os discursos apresentados e produzidos pela igreja em suas liturgias e direcionamento ideológico religioso a partir da bíblia e de materiais eclesiais doutrinários, assim como os discursos direcionado ao condicionamento moral e civil oferecido nas escolas pela Educação

Moral e Cívica obrigatória a fim de moldar esses corpos sociais para um fim útil ao convívio em sociedade, a partir de uma perspectiva padrão e moralizatória expressas nos livros didáticos.

Condenam, desta forma, toda e qualquer configuração familiar e de comportamento que torne disforme esta concepção institucional (família), que neste caso põe em risco o comportamento e existência social dos indivíduos homossexuais. Que são destoantes destes parâmetros veemente assegurados pela base do regime empresarial-militar, que se reproduzem nos discursos dos aparelhos privados de hegemonia dentro da sociedade civil a fim de desconstruir este consenso em torno destes comportamentos rerepresentando estes discursos a partir de enunciados existentes anteriormente a eles, as vozes do discurso, pois o discurso segundo Bakhtin

A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político, etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios (BAKHTIN, 2009, p. 42).

O que daria origem a esta forma de construção do consenso, a partir do uso de aparelhos privados que presentes na sociedade civil, como jornais, mídias em suas diversas naturezas como rádio e tv, Igreja, escola de forma discursiva que demonstrem o tom ideológico e moral contido nestes enunciados a fim de cumprir um papel legitimador para a regulação da sexualidade dos corpos sociais, alcançando diretamente na materialização dos comportamentos sociais para a instituição de um padrão. Dessa maneira na tentativa da construção de consenso e de coerção do indivíduo, para este estabelecimento de regulação moral pois segundo Bakhtin os discursos produzidos “influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação... no processo de explicitação dos principais modos de comportamento” (BAKHTIN, 2009, p. 44-45).

Portanto, compreende-se que discursivamente exista uma tentativa de materializar uma conduta comportamental a partir dos padrões compreendidos e ordenados pelo próprio regime, acerca de uma orientação sexual única e de um comportamento de dominação da expressão de comportamento de homens e mulheres. A partir de outros discursos de APH presentes e afinados com o discurso oficial, ou seja, uma anunciação de base ideológica pois “a palavra pode preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa” (BAKHTIN, 2009, p. 37).

É um projeto de reorganização moral da sociedade com base em elementos de reconstrução moral em prol de um ordenamento social, uma seguridade da instituição familiar

em nome da segurança nacional. Portanto ideologicamente estas regulações se apresentam legitimadoras de um processo ideológico nestas instancias privadas na sociedade civil atrelada a fração de classe que ascendeu ao poder durante o regime empresarial-militar em que estão situados dentro de uma classe média brasileira moldada em bases cristãs e assegurando junto aos militares os valores que devem ser mantidos em manutenção, configurando portanto na perspectiva de um Estado Ampliado, uma ação de poder pois segundo Bakhtin

[...] toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro, ou à coletividade (BAKHTIN, 2009, p. 117).

Os elementos utilizados para efetuar na sociedade civil discursivamente essas regulações de comportamento e sexualidade, extirpando qualquer conduta que considerada “desviante” do padrão por estes estabelecidos, são de caráter ideológico moral. Os APH elaboram no campo discursivo a forma como estes sujeitos são constituídos socialmente pois “toda palavra é ideológica” (BAKHTIN, 2009, p. 126), e a ideologia é propagar que as práticas homossexuais são uma violação a moral e aos bons costumes, condutas sociaisaprazíveis a ordem social e ao bem comum a humanidade. Portanto, é demonstrar que se deve estar atento a corrosão que estes indivíduos podem trazer para a dinâmica social com vistas a um caos da moralidade que levaria a todos a um grau de subversão e desordem propensos as práticas antinaturais, ao ateísmo e ao comunismo.

Desta maneira, é necessário manter um respeito às normas estabelecidas pelo regime empresarial-militar atrelado aos discursos de outras instituições na sociedade civil, os APH, para a saúde dos valores e regras morais e sociais instauradas. Desta forma, compreendemos que o uso dos APH tem uma função discursiva ideológica para uma ação não somentecoercitiva, mas da tentativa da organização da vontade coletiva, pois, “todos os índices de valor com características ideológicas realizadas por um organismo individual constituem índices sociais de valor, com pretensões ao consenso social, e apenas em nome deste consensoé que eles se exteriorizam no material ideológico” (BAKHTIN, 2009, p. 46). Através do consenso ideológico e político é que se tenta construir esta hegemonia, como um convencimento dos aspectos morais, ideológicos e políticos instaurado dentro do seio da Sociedade Civil,

Estes APH tentam consensualmente através dos discursos condicionar dentro da sociedade civil estes indivíduos homossexuais como não adequados à sociedade, marcando-os

discursivamente como corpos não docilizados para o meio da capacidade de sociabilidade dentro dos valores, normas e condutas morais estabelecidas, pois são corpos que não possuem utilidade discursivamente. Os discursos reguladores que almejam o processo de dominação e controle dos corpos sociais, a fim de conquistar a sujeição intermitente, estabelece nos indivíduos destoantes da norma ou padrão posto um enquadramento impositivo de comportamento, produzindo a aceitabilidade da existência social e funcional dentro das relações de ser e estar de uma perspectiva de aceitabilidade moral, ideológica e comportamental, a este processo configuram ao imaginário social o desenho ideal e ideológico sobre os indivíduos.

Seria uma maneira de utilização dos discursos reguladores a fim de tornar possível uma otimização potencializada destes corpos no bojo social impresso pelo poder estabelecido, materializando uma padronização comportamental pautada na sujeição e funcionalidade. Os dispositivos reguladores objetivam estabelecer não apenas um aprimoramento do corpo social e um processo de assujeitamento mais eficaz, porém uma engrenagem discursiva, que pretende constituir indivíduos que alcancem uma obediência social de comportamento com a ideologia e moral estabelecida objetifica uma utilidade social em uma correlação direta a constituição da representação e do imaginário social construído.

Uma vez criadas, tanto as significações imaginárias sociais quanto as instituições se cristalizam ou se solidificam, e é isso que chamo de imaginário social instituído, o qual assegura a continuidade da sociedade, a reprodução e a repetição das mesmas formas que a partir daí regulam a vida dos homens e que permanecem o tempo necessário para que uma mudança histórica lenta ou uma nova criação maciça venha transformá-la ou substituí-la por outra (CASTORIADIS, 2004, p. 130).

A relação do todo social e do corpo social (indivíduo) possibilita esmiuçar a projeção de ideologias, valores e intenções que interpretamos como representação e destarte analisá-la como objeto para aquisição de elaborações sobre saberes e do conhecimento historicizado. Essas representações podem e adquirem diversos gêneros e naturezas de ser e estar produzidas como imagens, símbolos, discursos e etc. No entanto, são sempre criadas ou produzidas por determinados atores e agentes sociais. Dessa maneira, a compreensão sobre os indivíduos se faz necessária para corroborar com a intenção da existência sobre as representações dentro do imaginário social, ao mesmo tempo em que estes grupos sociais e/ou indivíduos ainda que constituam e elaborem essas representações, não estão descolados dos seus contextos temporais, portanto, assim como elaboram também são elaborados.

Compreende-se, portanto, que representação é a forma como os indivíduos, grupos de indivíduos e instancias percebem o mundo e a maneira como expressão suas ideologias, crenças, valores na intenção interacional de comunicação, produção da condição de existências ou até mesmo de subjugação. Existem diversos dispositivos que produzem ou auxiliam a produção dessas representações de naturezas plurais (discursos, música, imagens e etc) que desembocam no bojo social coletivo e que conseguem legitimar novo paradigmas sociais, padrões comportamentais, novas alegorias filosóficas e éticas que interferem diretamente nas sociabilidades e relações sociais destas coletividades. Ou seja, portanto, essas redes de sociabilidades humanas são mediadas e reguladas por estes conjugados de representações do imaginário produzidos que constituem o mundo social real e que tem por finalidade o êxito da materialidade ideológica por ele forjado. Castoriadis afirma:

O mundo social é cada vez constituído e articulado em função de um sistema de tais significações, e essas significações existem, uma vez constituídas, na forma do que chamamos o imaginário efetivo (ou o imaginado). É só relativamente a essas significações que podemos compreender, tanto a “escolha” que cada sociedade faz de seu simbolismo, e principalmente de seu simbolismo institucional, como os fins aos quais ela subordina a “funcionalidade” (CASTORIADIS, p. 177, 1982).

Para tanto, compreendemos que as representações dentro do campo do que denominamos aqui imaginário social, é designo de interesses que competem também discursivamente para aquisição das elaborações sobre o real e dessa forma emitir, pronunciar e articular ideologias, complexo de valores e regulações sociais a fim de garantir sujeição social em prol da eficácia do projeto elaborado e instituído com intenções de hegemonia, ainda que saibamos que estas articulações provocam ações sociais e processos de *locus* de resistências e enfretamentos ativos.

É possível perceber de forma estes indivíduos homossexuais que não estão estabelecidos dentro da perspectiva moral vigente e do comportamento padrão, que expressão a sua sexualidade em uma esfera que diverge com o “adequado” imposto, estes indivíduos dentro da dinâmica social estabelecida são percebidos e sobrepujados nos espaços sociais existentes.

No campo do mundo capitalista do mercado de trabalho são não adequados ao desempenho da atividade laboral por serem marcados como desprovidos de uma representação viril, máscula que agride a imagem do homem padrão que reafirma a força e a capacidade latente da competência a estes corpos, o homem militar destemido, forte e viril, assim como as mulheres homossexuais como de uma incapacidade produtiva por seres

mulheres e serem desviantes de um comportamento que lhes deveriam ser naturais para o desempenho das atividades domésticas e não no mundo do trabalho.

Nos espaços das atividades religiosas como a Igreja, os corpos homossexuais eram marcados como não úteis por causa de suas práticas sexuais “invertidas” corrompendo a condição da naturalidade da sexualidade humana condicionado apenas ao ato da reprodução. Além de romper com os papéis estabelecidos pela ética cristã pautados nas atividades normatizadas da divisão entre homens e mulheres no matrimônio do casamento e na instituição familiar, que ocasionaria uma trágica inversão de papéis, tornando, portanto, corpos pecaminosos destinados às condições insalubres no plano terreno e da salvação, pois desafiam o projeto da criação divina e põe em xeque o destino na humanidade.

Seria de igual forma corpos não úteis para o jogo das redes de sociabilidades para a garantia de uma formação de um cidadão, “um cidadão de bem”, pois seriam indivíduos compreendidos como percussores dos desempenhos sociais corrompidos a partir de um descarte cívico e moral, no qual homens e mulheres precisam ter para a aquisição de um desenvolvimento das atividades sociais para a garantia de uma segurança da família e das relações sociais. Portanto a escola destina-se a constituição deste traço do aspecto do indivíduo com uma construção discursiva de uma educação moral e cívica a fim de materializar a docilização destes indivíduos.

Portanto, a produção discursiva acerca destes indivíduos parte de uma produção ideológica dentro dos aparelhos privados de hegemonia para fazer cumprir o projeto moral instituído, e materializar no corpo social destes homossexuais como corpos não úteis. E dessa maneira inadequados aos espaços de socialização a partir dos dispositivos capitalistas, religiosos, ideológicos e moral, a fim de torná-los úteis a condição de dominação e enquadramento comportamental, dóceis para o uso da exploração capitalista, da crença e exercício da fé e das sociabilidades.

Vale ressaltar que os homossexuais, mesmo através de uma força ideológica e cultural que os oprimiam moralmente na sociedade, encontram socialmente suas próprias condições de existência ou ainda, seu modo de produção da existência dentro do sistema do Regime que os perseguia cultural e moralmente.

Desta forma, busca-se compreender processos que levaram às perseguições aos homossexuais na ditadura empresarial-militar, não apenas por suas práticas sexuais “invertidas” ou suas filiações políticas (comunistas ou não) mas pelo seu “desvio” de conduta, entendendo um discurso de repressão moral imbricado em um discurso político. Através do processo de formação de consenso nesta sociedade, diante dos discursos apresentados nos

jornais, nas práticas educativas das disciplinas escolares e os discursos contidos nos livros didáticos representando na escola, a Igreja através dos enunciados nos materiais religiosos e os produzidos pelo próprio regime através da doutrina segurança nacional a partir dos fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra. Pois eram indivíduos expurgados pelo regime autoritário, por diversos momentos repudiados pela esquerda e condenados pela igreja à sociedade.

Nesta pesquisa a intenção primordial é pôr em destaque categorias e conceitos que antes eram trabalhados apenas no campo da sociologia e antropologia de maneiras conceituais e identitárias, e que no campo da História em sua grande maioria por muito tempo não poderiam ser temas relevantes, apenas coadjuvantes de títulos mais amplos e considerados formalmente mais importantes.

Abrir esta discussão a partir de dados e ações do presente com documentação e atividades oficiais são importantes, legitimam discursos, práticas, afirmam a existência e necessidade de dissertar sobre estas temáticas. Porém, metodologicamente não deve aqui ser limitante tanto para a compreensão de documento histórico quanto para abordagem do temano campo da História, e conseqüentemente do Ensino de História.

Metodologicamente existem possibilidades de realizar este trabalho para além das sombras quantitativas e formais de documentação que este assunto apresenta no cenário documental. A homossexualidade, ou melhor, o comportamento compreendido como homossexual e as relações que circundavam os indivíduos praticantes desse comportamento, nem sempre eram descritos de forma direta, representados unilateralmente e nem sempre citados. O que não significa que não existiam, e para a História e o historiador este é o trabalho investigativo e analítico.

A provocação feita aqui chama atenção para a forma categórica e metodológica que se pretende compreender e destacar tanto esses objetos quanto quais tipos de fontes serão e de que forma serão analisadas. Anteriormente citado, explicamos o contexto e a temporalidade definida para esta pesquisa, a Ditadura Empresarial Militar Brasileira, mas que o foco seriam as formas de sociabilidades e as maneiras de regulação dos indivíduos homossexuais neste período no intuito de estabelecer uma transposição deste conhecimento acadêmico para o escolar.

Isso implica em compreendermos estes objetos como protagonistas desta história aqui tecida, uma ideia de categoria inteira e que exige, portanto, para além de números, notas e dados já descritos o farejar mais apurado do historiador de forma analítica e comparativa, para conseguir desenhar os contextos que ora podem aparecer em sua documentação, ora não será

descrita de forma nítida. A atenção qualitativa e o esforço de debruçar-se sobre outras possibilidades de fontes, de correlacionar contextos mais amplos e até confrontar dados será necessária para pôr em destaque o que está sendo proposto aqui.

Segundo Thompson (2011) “À metodologia quantitativa não deve ser permitido se manter ileso quando elimina (como "literário" ou "atípicos") inteiras categorias de evidencia. A Revolução Industrial não só acarretou uma alteração na taxa de crescimento econômico, ela também implicou mudanças de longo alcance no modo de vida do povo” (THOMPSON, 2011, p. 196). Assim, compreendemos que os processos ditatoriais, para além dos gráficos e tabelas econômicas, as ações de políticas públicas alteraram significativamente as relações sociais e de sociabilidade de parte da população, principalmente os marginalizados como é o caso dos homossexuais.

A proposta fincada aqui é exercer não uma “História Vista de Baixo”, como propõe Thompson, mas de maneira técnica conseguir perceber no olhar destas fontes, no exercício dessa correlação das forças e na ampliação e aproximação dessas lentes analíticas, como esses indivíduos se movimentam, conseguem se contrapor, quais representações somos capazes de aferir e acima de tudo, pôr em destaque narrativas dessas experiências humanas únicas.

2.4 Sociabilidades de homossexuais em meio à ditadura empresarial-militar

Compreendemos que demarcar essas percepções analíticas de forma metodológica e não apenas teórica consegue posicionar melhor as pinças utilizadas dentro das documentações selecionadas no processo de investigação e otimizar a escrita da narrativa histórica, levando em consideração de forma um pouco mais holística esses indivíduos e o contexto inserido. Permitir ver o reflexo das ações daquilo que é macro (regime) sob aquilo que é menor, mas com essa flexibilidade metodológica e conseguir enxergar de que modo o que é menor transforma essa percepção daquela realidade fincada e imposta que altera os resultados desses projetos hegemônicos.

Dosse (2003) em “A Imputação Causal” e os autores Bourdieu e Martin (1983) em “As Escolas Históricas” propõem uma discussão sobre as concepções acerca da História, o que inevitavelmente está intrinsecamente ligado a toda pesquisa no campo da História. Dosse (2003) nesta obra nos convida a repensar nosso posicionamento enquanto artesãos de Clio, e no caso desta pesquisa, a elaboração do discurso histórico profissional pode e deve ser compreendida como a aula de História e todos os desdobramentos causados a partir deste entendimento, nos impulsiona portanto a repensar toda a concepção dos processos de História,

tanto pela forma de Escrita e o que deve ser considerado Escrita da História quanto a percepção aderida para aplicabilidade dos conceitos e a posição em que o objeto escolhido deve ocupar na produção da historiografia desta pesquisa.

Este convite é um caminho para um processo gradativo tanto da renovação historiográfica, ampliação dos espaços e dos campos da História e uma otimizada expansão dos espaços destinados ao Historiador, neste caso, o espaço escolar. É uma forma integrada de percepção dessas experiências passadas, que calcadas em seu chão históricos são desenhadas conforme suas ações e papéis sociais definidas pelo tempo, cultura e costume por dissenções ou padrão estabelecido.

A partir disso, dentro do campo do Ensino da História, observar que aproximações conseguimos ainda correlacionar com esses comportamentos e os desdobramentos dessas experiências ao tempo presente, torna-se potencializador para o discurso histórico e aprendizagem da História. As informações históricas contidas nas documentações catalogadas e selecionadas, passam, portanto, a necessitar de uma análise técnica descritiva, analítica e crítica para que possa extrair informações importantes de experiências passadas, e neste caso dos indivíduos homossexuais imersos na ditadura, resguardando seus contextos e sociabilidades.

A fim de, através de uma concepção teórica, elucidar após coleta dessas informações de que maneira metodológica e pedagógica utilizar dessas extrações históricas para o ambiente escolar. Portanto a atenção a essa análise rigorosa das fontes se faz presente como subsidio para construção de estratégias e ferramentas para construção de um produto educacional.

Apresentaremos a análise teórica e descritiva de algumas das documentações, diversificando não apenas a natureza de fontes, como o lugar nas diversas esferas sociais ao qual pertenciam, para assim conseguir de forma mais abrangente captar as sociabilidades dos homossexuais durante a ditadura e mapear os processos e formas de opressão experimentadas por elas por diversas instituições sociais, por consequência uma breve reconstrução de contextos dessa temporalidade. Iniciamos citando o jornal O Lampião da Esquina:

Amigos, antes de tudo quero parabeniza-los pela publicação desse jornal maravilhoso, que nos dá uma pá de informações incríveis! Aqui no Maranhão, muita gente não sabe da existência desse jornal (eu mesmo não o conhecia, graças a amizade que tenho com uma pessoa residente ai é que ele me chegou a mãos, junto com Peteca, Correio de Copacabana, etc). Gostaria de falar-he um pouco sobre minha cidade. São Luís do Maranhão é uma cidade de 400 mil habitantes, cercada de praia maravilhosas por todos os lados. Fundada por franceses, colonizada por portugueses, herdamos desses últimos sua arquitetura, onde os sobradões de azulejos são uma constante por

quase todas as ruas centrais da cidade (LAMPPIÃO DA ESQUINA, nº5, 1978, p. 15).

Esta é uma reportagem do Lampião da Esquina, um jornal da imprensa alternativa durante a década de 70 no Rio de Janeiro. É um impresso de grande relevância nacional, tem-se por expoente como resistência deste processo de enfretamento ao regime autoritário, que tinha uma proposta de identidade homossexual para a continuidade dos processos de permanências e autoafirmação desta parcela da sociedade, não somente por um cunho político, mas como uma das formas de expressar os pensamentos e desejos deste grupo reprimido, e de como reagia à sociedade a partir de seu comportamento.

O jornal tinha um espaço no chamado “Cartas na Mesa” no qual era destinado a receber dos leitores cartas, comentários para que houvesse uma troca do jornal com o público a ele destinado e assim funcionar como uma espécie de termômetro e voz da comunidade homossexual. Neste trecho supracitado, o leitor que na reportagem se identifica por Tony, relata o contexto da ilha de São Luís e as experiências vivida por partes dos homossexuais. Neste primeiro momento identificamos que, no Maranhão, ao menos na capital se encontrava nesse momento ainda, mesmo que já seja no final da década de 70 na periferia sobre as informações sobre agrupamentos, organização coletiva e ação sobre o movimento homossexual.

Ele relata que embora o jornal seja de extrema importância para troca de informações sobre as experiências homossexuais e seus espaços e lutas. Em São Luís por exemplo havia uma inexistência de uma imprensa alternativa que ajudasse a forjar essa identidade e esses agrupamentos de enfretamento. Além disso, invoca que o acesso a essas informações, ainda que o Lampião existisse se dava por processos informais, de relações fraternais, demonstra, portanto, a dificuldade de indivíduos homossexuais residentes aqui de trocar informações, experiências e ainda da inexistência de elementos locais importantes como o Lampião da esquina estava para o eixo Rio de Janeiro e São Paulo, traz importantes considerações sobre o contexto local da vida desses homossexuais.

No entanto este leitor evoca em suas palavras uma quimera de elogios a São Luís e suas belezas naturais, além de ressaltar com bastante conhecimento e um certo tom de vaidade acerca da História da formação cultural de São Luís, o que nos faz inferir o quão latente é a ideia de pertencimento, de identificação com a cultura local e o quanto, ainda que possuísse apenas 400 mil habitantes até a esta data, denota um certo envaidecimento que pairava sobre pertencer ao lugar e de adjetivos ao cenário local, mesmo que dentro de um contexto ditatorial. O leitor continua:

Agora vamos ao assunto que me levou a escrever para vocês: São Luís é uma cidade que possui todos os problemas de cidades grandes e, o que é pior, das provincianas. De alguns anos pra cá ela tomou “ares” de independência e procurou soltar suas “plumas”. Eu não sou um guei assumido, porém tenho muitos amigos gueis; por força das circunstâncias temos que viver como héteros para preservar nossa moral. Na periferia da cidade existe um dancing com o duvidoso nome de “Pop's Bar”, onde a comunidade guei da ilha se reúne para bater papo e “travoltar” um pouco. Acasa é uma espelunca. Como não temos opção melhor, somos obrigados a frequentá-la. Outro problema seríssimo é saber como e onde fazer. A solução adotada foi “comungarmos” junto com casais heteros as mesmas casas de encontros (chatôs). Tony São Luís do Maranhão (LAMPÃO DA ESQUINA, nº5, 1978, p. 15).

Nesta parte da reportagem o autor endossa o real motivo de escrever ao jornal para revelar notícias das sociabilidades de homossexuais no Maranhão. No primeiro momento, Tony descreve a capital do Maranhão como uma cidade grande, dar nota de que São Luís como todas as outras possui os mesmos problemas em geral, talvez pudéssemos inferir que se referia a problemas de infraestrutura, políticos, econômicos e sociais. Chama a cidade de provinciana, ou seja ainda que seja uma capital ela dispõe de aspectos provincianos, que de forma pejorativa que designar uma cidade atrasada diante do contexto de outras capitais, distante das modernizações, longe dos processos urbanos desejados, demonstra uma cidade que ainda carregava oligarquias que mandavam e desmandavam.

Destarte o leitor enfatiza que mesmo assim, a cidade parece começar a mudar “ares de independência” relata, portanto, que verifica uma tendência em tentar modernizar-se dentro dos moldes urbanos propalados para as capitais e cidades grandes, que amplia os espaços de entretenimento e sociabilidades, que facilita o acesso para o ir e vir.

Para tanto, ainda nesse trecho narra de forma esclarecedora o clima instaurado na cidade sobre pertencer a comunidade “guei”. Nosso personagem descreve-se como “Eu não sou um guei assumido, porém tenho muitos amigos gueis” esta frase nos transporta para o contexto do qual estamos discutindo nesta pesquisa o da regulação moral propagada pelo regime autoritário. Assumir-se “guei” é um risco moral que se desdobrava para todos os aspectos da vida do indivíduo. Pode-se inferir que, naquele contexto, assumir a expressão de sexualidade era, portanto, travar um enfrentamento social constante de existir e resistir, e no Maranhão isso não fora diferente do restante do país durante este período. Além disso, há nesta fala uma auto regulação de sua sexualidade bem como uma regulação sobre a sexualidade do entorno.

O aspecto que identificamos como principal elemento de regulação é a moral, o personagem exprime “por força das circunstâncias temos que viver como héteros para

preservar nossa moral” (LAMPÃO DA ESQUINA, nº5, 1978, p. 15), preservar a moral significaria preservar a sua condição de existência social, desde manter seu núcleo familiar intacto, garantir seu espaço no mercado de trabalho, o respeito enquanto cidadão e a manutenção da sua garantia de vida. Para tanto identificamos o grau de violência quanto as suas liberdades individuais do quais são privados de serem como são e o que são e são obrigados “a viver como hétero”, essa expressão exprime uma violação de direito e demonstra atmosfera local reservada para a população homossexual que aqui residia. Há, portanto, uma coação, repressão, regulação todas discursivamente propagadas através de uma moralidade que se materializa nas experiências individuais, coletivas e históricas desses personagens.

Ainda que haja um esforço para a supressão dessa representatividade e desse comportamento social, é possível através dessa descrição local perceber que os mecanismos de regulação ainda que eficazes em vários momentos não são totais, existe uma coexistência de enfrentamento, de resistências ainda que inconsciente, no sentido não de uma experiência de enfrentamento e resistências formalizadas e agrupadas, mas uma ação de resistir quanto a oportunidade de experimentar e viver suas liberdades sexuais e identitárias, pois encontravam táticas de garantir suas sociabilidades e resistir aos processos.

Dessa forma, Tony demonstra que mesmo com essas tentativas reguladoras havia em São Luís por exemplo a existências de lugares específicos para as sociabilidades destes homossexuais, localizados nas periferias, o personagem ainda descreve que mesmo não sendo espaços com qualidade e garantia de conforto, o que chama de espelunca, mas são os lugares encontrados para que não deixassem de vivenciar suas experiências.

O leitor ainda traz descrições mais precisas quanto as dificuldades para além da diversão de lazer, mas os espaços para o exercício de suas práticas sexuais, e demonstra que na época eram obrigados a compartilhar de suas experiências sexuais em lugares destinados ao público heterossexual, o que novamente demonstra as dificuldades destes indivíduos de exercerem sua sexualidade de maneira plena acerca de necessidades básicas de qualquer ser humano, o que para héteros parecia natural e comum, para os homossexuais o livre exercício de suas liberdades individuais de direitos era negado. Essa reportagem dimensiona os aspectos temporais, sociais, físicos e históricos do contexto em São Luís, acerca das possibilidades da condição de existências de indivíduos homossexuais durante o regime empresarial militar.

No bojo do cenário político instaurado pós 1964, é possível inferir de que maneira, não apenas as mulheres como representantes máximos da feminilidade, mas também, homens que adquirissem um comportamento social que se aproximasse ou assemelhasse a este padrão

feminino eram vistos como “padrão desviante”²⁰. A estes era destinado um lugar mais insalubre de condições sociais, não apenas pela sua orientação sexual, que se resumia apenas pelas práticas sexuais “invertidas”, “abomináveis”, “pecadoras”, mas também pelo comportamento caricato e próximo daqueles destinados apenas às mulheres.

Neste cenário, estes processos de opressão de comportamento, padronização de comportamento social, condicionamento de expressão e uma construção de consenso em torno destes padrões normalizantes, vão assumir posturas de enfrentamentos diretos a refração destes indivíduos no meio social.

A Escola Superior de Guerra, através da aplicabilidade da Doutrina de Segurança Nacional²¹, elenca pontos sobre a instituição familiar que vão definir o que é considerado “normal” e valorativo, partindo de princípios cristãos e paradigmáticos para cerceamentos dos indivíduos, e ainda uma identificação mais rápida dos que fogem a tais normas estabelecidas como saudáveis para a sociedade e o regime político, travestindo um discurso ainda rançoso de um Estado de Bem Estar Social²².

A família é um dos pontos relevantes para entender de que maneira estas organizações sociais configuram-se e discursivamente propõe a constituição dos sujeitos. Em um modelo cristão, a constituição da família se dá de maneira sólida apenas na união entre um homem e uma mulher, definidos socialmente, o que não deixa brechas e nem arestas para qualquer outro tipo de natureza de relações.

O ambiente, de modo geral, não é favorável à família. A imoralidade dos costumes numa sociedade permissiva, a exaltação do divórcio, a prática do aborto. A instabilidade da família é acoroçada pela concepção hedonista segundo a qual um número sempre maior de jovens nubentes vê no casamento não uma responsabilidade, mas apenas uma oportunidade de prazer. Pouco depois arrefece o amor sensual, vem a ruptura e cada cônjuge vai tentar novas aventuras votadas todas ao mesmo fracasso porque inspiradas na mesma concepção. E fala-se abertamente e tranquilamente em novo casamento. Demais a mais a família atravessa uma crise peculiar a países em desenvolvimento, perde a proteção emocional, afetiva e econômica que encontrava no sistema patriarcal, em dissolução, e não recebe

²⁰ Desempenha um padrão de comportamento social diferente daquele que era esperado para o sexo biológico que possui, atua em descompasso a sua natureza biológica.

²¹ Foi dentro da ESG que se formulou os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e alguns dos seus subprodutos, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Essa doutrina, que vai virar lei em 1968, com a publicação do decreto-lei no. 314/68, tinha como objetivo principal identificar e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido. E é bom que se diga que “inimigo interno” era antes de tudo, comunista e subversivos.

²² Organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. Nesta orientação, o Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas, em níveis diferentes, de acordo com o país em questão. Cabe ao Estado do bem-estar social garantir serviços públicos e proteção à população. Teve sua formulação no pensamento Keynesiano.

da sociedade os substitutivos que a poderiam ajudar no desenvolvimento das suas funções. Assim, tende a diminuir de dimensão e a perder a estabilidade” (Campo Psicossocial – A Família, ESG, 1975).

Desta forma, a utilização do discurso em proteção da família, tendo em vistas os subversivos não apenas da ordem moral, mas incluindo em um tipo de desordem natural da condição humana, os homossexuais são alvo fácil e rápido como principais agentes sociais danosos à continuidade do bem estar de convívio social, são caracterizados como indivíduos não preparados para conviver socialmente e uma ameaça latente à preservação da instituição familiar.

O conhecimento das características estruturais e do funcionamento das instituições sociais mais significativas de uma nação é indispensável à compreensão da forma como atua seu Poder Nacional. Esses aspectos conquanto abrangentes, ficarão incompletos se não se levarem em conta os valores do grupo (Manual Básico, 1986: p. 88).

Dentre as inúmeras mudanças que ocorreram na família, destacam-se as do sistema de papéis e, em decorrência, as do conjunto de direitos e deveres de cada um de seus membros. O diálogo espontâneo entre pais e filhos, entre cônjuges e entre irmãos, vai crescendo em importância facilitando os relacionamentos através da participação e do companheirismo, acelerando o processo de maturidade. O diálogo aparece também como substitutivo de todo um sistema de autoritarismo e intolerância dos pais e, através dele, em vez de imposição de vontades e de pontos de vista intransigentes, transmitem-se e cotejam-se experiências (Manual Básico, 1986, p. 89).

Tal discurso produzido por conservadores de direita e pelos militares, que possuem uma extrema aversão aos homossexuais, que são vistos como prova do fracasso da condição de macho e de homem, traidores da natureza masculina, considerados, também, incapazes de desenvolver qualquer trabalho dentro da corporação que lhe exigisse força ou alguma habilidade que lhe impusesse coragem ou agilidade, desprovidos de quaisquer uma dessas virtudes, eram chamados de pederastas²³.

Estes discursos constituem aplicabilidade prática nas sociabilidades e constituição destes indivíduos, que são suprimidos, perseguidos e rechaçados discursivamente emoralmente no meio social a partir destes elementos paradigmáticos trazidos nos jornais ouem qualquer meio de comunicação, que de alguma maneira estão afinados com o discursobase para a instauração e manutenção do regime empresarial-militar instaurado.

Uma outra interdiscursividade com os jornais são os próprios regimentos na corporação militar. Os militares preveem em seu Código Penal Militar punição para a pratica de

²³ Homens que mantinham práticas sexuais como outros homens e que na Grécia era uma relação mantida entre um neófito e um homem experiente.

“Pederastias” ficando claro o posicionamento dentro da corporação militar reacionário às práticas homossexuais. Segundo o Código Penal Militar,

inclui-se entre os crimes sexuais nova figura: a pederastia ou outro ato de libidinagem, quando a sua prática se der em lugar sujeito à administração militar. É a maneira de tornar mais severa a repressão contra o mal, onde os regulamentos disciplinares se revelam insuficientes (Lei Nº 1.001- de 21/10/1969).

O Homossexual não poderia assegurar a continuidade familiar, considerada parcela estérea da relação humana, o que levaria a um total colapso sobre a preservação humana de continuidade. Representa um tipo de perversão moral que contagia aos menores e a idoneidade do lar com a sua promiscuidade latente pelos seus desejos libidinosos expressivos. Sob tais discursos, se propagava a supressão dos homossexuais do seio da sociedade não apenas civil, mas militar.

Neste cenário político tenso de polarização entre a Direita e Militares de um lado e Esquerda (Comunistas/Subversivos) de outro, poderia inferir que a esquerda tinha como principal objetivo atender as demandas de subversão da sociedade com o objetivo da derrubada do regime autoritário vigente, apoiando, por sua vez, movimentos ou agrupamentos de cunho subversivo. A partir disso, influenciados pela bandeira do comunismo, pautada na liberdade revelada e executada em todas as suas faces, deu-se o destoar entre as práticas de luta dos movimentos de esquerda e a não inserção da causa dos homossexuais como ponto de reflexão.

A esquerda, mesmo que sustentada por estes ideais, não demonstra através de suas ações apoio à causa dos homossexuais. Pelo contrário, o movimento dos homossexuais não encontra apoio na esquerda, esbarrando diante também de outro enfretamento dentro da própria esquerda, o que provoca o isolamento dos homossexuais. Assim a fração conservadora provoca o esfacelamento de homossexuais declarando seu expurgo, e a esquerda assume a mesma postura, absorvendo o mesmo discurso diante desta realidade, assegurando que homossexuais são realmente o problema de padrão desviante.

Assim, as lutas de mulheres, homossexuais e negros não passam a ser prioridade de pauta deste lado da linha partidária, não sendo visto como propício um enfretamento de ordenamento minoritário, dentro do arco das lutas maiores, de combate do operariado em oposição às forças capitalistas de opressão. Todos os outros movimentos sociais de lutas são subjugados ao movimento do operariado.

Neste sentido, o impresso aqui analisado, *O Jornal Pequeno*²⁴, marcado por um forte cunho popular, posiciona-se politicamente contrário as atitudes do governo do estado do Maranhão. Seu apelo popular e sua opinião ao governo estadual não impedem que o impresso demonstre o mesmo posicionamento em relação aos homossexuais, considerados como “Transviados”.

A Lei não proíbe que o indivíduo se vista como bem entende, contanto que o faça em sua própria casa, longe das vistas do público. Pode andar de vestido de mulher, de porco, de onça, com cabeleira frisada, maquiagem feminina ou bovina, como bem entenda. Isso não tem a menor importância se o indivíduo não passar além dos batentes da sua casa (Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969).

A reportagem mostra que homens “anormais” devem se portar apenas no ambiente privado segundo suas necessidades de uso de trajes, e não devem avançar ao seio da dinâmica social. Neste caso, fica nítida a construção que é feita sobre o homossexual, assim como o tipo de atuação na corporação policial deveria ter “pode delegado de polícia prender homem que anda pela via pública vestido de roupas femininas, com cabeleira e enfeites femininos, provocando escândalo, ou simplesmente atraindo a atenção pública? Pode e deve” (Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969).

A Polícia, portanto, tem posturas violentas e agressivas com indivíduos que apresentam comportamento semelhante aos homossexuais sendo necessário, portanto, prendê-los para assegurar a ordem pública. Discursos como estes em jornais tentam construir consenso sobre a postura desordenada e “anormal” que estes homossexuais têm na cidade de São Luís. Esta reportagem é transcrita do jornal *O Povo*²⁵, da cidade de Fortaleza, relatando a vida social da cidade questionando a ida de “invertidos” às casas e clubes de “bom comportamento”, impedindo a circularidade de tais indivíduos por uma questão moral.

A presença de discursos transcritos de outras cidades para São Luís nos faz refletir sobre o propósito de reportagens, como estas, estarem asseguradas dentro das páginas do impresso ludovicense, uma vez que o ocorrido não se passou em São Luís. É a partir disto que se encontra espaço para entender a construção do consenso em torno desta temática.

Os homossexuais como ameaças que são, precisavam de alguma forma ser detidos e toda a sociedade brasileira precisaria ser alertada. Trechos como esses transcritos nos fazem

²⁴ Jornal Pequeno é um jornal brasileiro que circula em São Luís, capital do Maranhão. É o segundo jornal mais antigo do estado, perdendo apenas para O Imparcial. Circula desde 1951. O Jornal Pequeno se notabiliza pelo combate ao esquema político chefiado e instalado pelo José Sarney em 1966.

²⁵ Fundado em 7 de janeiro de 1928 por Demócrito Rocha, em seu primeiro editorial, O Povo defendeu o propósito de um jornal "defender dos interesses da sociedade contra as oligarquias dominantes", da época, e capaz de "levar o desenvolvimento ao Ceará".

inferir primeiro sobre o mecanismo de interligação de notícias que circulam nacionalmente, do discurso da ditadura empresarial-militar autoritário sustentado nos preceitos de ordem social e segurança nacional da ESG.

As notícias reproduzidas tem o intuito de atingir propósitos específicos. Assim, ao relatar o caso de homossexuais circulantes nas casas de boas condutas da cidade de Fortaleza que incomodam a sociedade “casta” e moralista, compartilham as ideias de realocação destes indivíduos cada vez mais em espaços privados, sua condenação como corrosivos à moral e, principalmente, como agentes mensageiros da subversão. Aqui é atribuído um segundo aspecto: a dimensão pedagógica (de uma autoritária pedagogia), através deste tipo de censura moral, de acordo com Carlos Fico (2001).

Neste sentido, os jornais apresentam um discurso afinado com o planejamento de moralização da sociedade. Os considerados como "transviados" deveriam ter espaços reduzidos socialmente, e seu comportamento lapidado e enquadrado.

Setores da sociedade, regidos pelos embasamentos morais cristãos, em honraria e assecuridade da família pelo convívio com os homossexuais seria afetada, uma vez que, conforme a reportagem, “se sair porém para via pública haverá de convir que provocará escândalo com a sua anormalidade com prejuízo para formação de jovens de ambos os sexos, especialmente crianças” (Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969).

Absorvem cada vez mais o discurso de anormalidade destes indivíduos, tornam-se indesejáveis, não apenas pelo próprio regime, porém por parte considerável da sociedade civil. Esta condição entre a animalidade e a humanidade sobre os homossexuais era comumente propalada. Como exemplo, podem ser citadas as disciplinas de caráter normalizador presentes nas Cartilhas de Moral e Cívica, nas quais o "errante" deveria ser coagido a consertar-se para o convívio de bem estar.

O trabalho deveria ser outro componente de exclusão moral destes “homensefeminados”, não sendo possível inserir-se no ambiente de trabalho na mesma condição de aceitação, restringindo-se cada vez seus espaços. Os homossexuais travestis, por exemplo, tinham na prostituição um mercado de trabalho que poderia se constituir em um setor para elevados lucros e investimentos para aqueles que controlavam a atividade.

A distinção de espaço público e privado para circulação destes indivíduos é evidenciada por diversas vezes "se o indivíduo não passar além dos batentes de sua casa", assegurados por um "limite da tolerância social". O Estado deveria garantir aos cidadãos que os "invertidos" permanecessem dentro de espaços privados, pois "o limite da tolerância social, devem ser

custodiados correccionalmente em nome da moral pública” (Jornal Pequeno, São Luís, 23.06.1969).

Ainda que algumas destas reportagens analisadas estejam presentes no Jornal Pequeno, que, apesar de ser um periódico de característica popular, posiciona-se em certas questões políticas e econômicas contrárias à ditadura. No tocante aos aspectos morais, da família, dos bons costumes, as reportagens apresentam um alinhamento ao discurso assumido pelo sistema ditatorial repressor sobre parcela marginal da sociedade, neste caso os homossexuais.

Os enfrentamentos da classe artística, das mulheres, da imprensa, são recorrentes durante este período de cerceamento das liberdades. A liberdade dos homossexuais também é suprimida, mas os enfrentamentos são isolados, ou de pequenos agrupamentos e não de movimentos, que ocorrem apenas em fins das décadas de 1970 e ao longo dos anos 1980.

O regime, através de seus mecanismos de coerção e controle detinham quaisquer tipos de rebeldia ou revolta subversiva, ainda que não política, mesmo não declaradas ligações partidárias e políticas destes grupos homossexuais, afinal não eram compreendidos também pela esquerda para que desse apoio à causa, estes também o consideravam um mal social.

O Jornal do Dia²⁶, que assume sempre uma postura a favor ao regime em suas diversas reportagens, publica uma reportagem que tem por título "As bonecas pernambucanas engrossam com a polícia" que relata um caso de enfretamento de travestis que queriam sair durante o período carnavalesco a fim de usufruir das diversões na cidade do Recife, mais precisamente na Av. dos Guararapes, uma das principais avenidas do centro da capital pernambucana, e são impedidas pelos policiais.

As “Bonecas” Pernambucanas resolveram realizar no Carnaval o primeiro baile das bonecas, “contra tudo e contra todos e sem ligar para a proibição da Policia” o sr.Juraci comerciante um dos líderes do movimento revelou que na reunião compareceram dezenas detravestis. Tendo explicado que o primeiro golpe que recebemos este ano foi a proibição de nós oribirmos pelas ruas. Imagina que Bebete, gastou 450 cruzeiros com uma maxissaia e sonhava desfilar pela Avenida Guararapes, e agora não será possível (Jornal do Dia, São Luís, 21.02.1971).

Relata que na pessoa de Sr. Juraci Pereira, um dos líderes do movimento, reuniram-se dezenas de homossexuais travestis, para discutir a proibição das mesmas para sair para a atividade brincante do carnaval.

²⁶ Jornal fundado em 1959, tinha como principais notícias esporte e colunas sociais, posteriormente é comprado em 1973 pelo ainda então Governador José Sarney e Bandeira Tribuzzi e torna-se o Jornal O Estado do Maranhão.

O trecho acima demonstra a forma de organização da luta desses homossexuais para garantia apenas de seus direitos de mobilidade na cidade, trajando seus adereços, o que poderia ser um risco à moralidade. Não há um viés de perigo político direto, mas os maus costumes, a corrosão da moralidade trazida por estes indivíduos poderia ser solo propício aos jovens para servir de mola propulsora para subversão.

A presença desta reportagem no Jornal do Dia demonstra novamente a tentativa criar consenso com o objetivo de impedir tais movimentações na cidade de São Luís, demonstrando à sociedade de maneira pedagógica aquilo que deveria ser seguido e o que deveres repellido. Uma manobra de controle elencando inimigos internos que deveriam ser combatidos pela "revolução democrática" em prol da ordem e ao cidadão padrões de comportamento para garantia da continuidade da instauração da instituição familiar, base única da paz e a segurança nacional.

As manobras discursivas na tentativa de um consenso e controle se dão em diversas naturezas e se apresentam pulverizadas no seio da sociedade civil, milimetricamente pensados, em um nível de sofisticação elaborado para atingir ao seu real objetivo: a manutenção dos militares no poder e da classe dominante beneficiada, atendendo às demandas desta classe, garantindo, portanto, a segurança nacional daquilo que por eles mesmos foram oficialmente elencados como ameaça nacional.

Esta discussão supracitada é uma demonstração de como a perseguição moral se estrutura sobre os homens homossexuais, a fim de enquadrá-los socialmente através de ferramentas do próprio Estado numa perspectiva de um Estado Ampliado em prol da garantia de uma de segurança nacional, a partir dos discursos de jornais, igreja, escola a fim de conseguir configurar a sociedade civil da maneira esperada para garantir o poder e a manutenção das classes que ascenderam ao poder a partir de 1964.

Indivíduos homossexuais sofrem opressão, coerção e violência moral durante o período da ditadura, por não terem esteio o suficiente para um engendramento no panorama político, para que pudesse ter apoio. Inevitavelmente, é um discurso político de ordem e segurança travestido de um discurso meramente moralista sobre estes indivíduos homossexuais, cercado do apoio da igreja, do regime autoritário e negligenciado dos campos de esquerda. A moral assegurada propagava o conservadorismo, no qual homossexuais jamais seriam encaixados.

Este reordenamento moral em que relocam estes indivíduos homossexuais para um enquadramento e um destoar do eixo dinâmico social é perceptível e presente nos discursos como principais fomentadores deste consenso e regulação da sexualidade acerca destas questões dentro desta sociedade, a partir de um basilarmento destes discursos moralizantes

concomitantes, que são extremamente conservadores e suprimem toda e qualquer forma de comportamento que se destaquem do modelo por eles propagados.

Dessa forma, é possível identificar o papel fundamental dos aparelhos privados de hegemonia em instaurar dentro da sociedade civil uma forma de regulação moral aos homossexuais, travando uma guerra discursiva em nome da moral, dos bons costumes e da seguridade familiar e nacional, atrelando portanto estes indivíduos homossexuais enquanto principais responsáveis pela degenerescência da capacidade humana de permanecer lúcido para escolhas políticas, sociais, sexuais e religiosas consonantes com os discursos daqueles estabelecidos no poder.

Portanto, a partir destas análises, interpretamos uma regulação moral aos homossexuais insaturada em solo maranhense, independente de seus posicionamentos políticos, a fim de erradicar ou remediar o comportamento homossexual, mesmo que no Maranhão não tenha se instalado uma repressão coercitiva estrutural e ativa em relação a “correção” destes indivíduos, como podemos verificar em outras localidades do sul e sudeste do país, inferimos que havia uma repressão moral consensual, cruel, organizada e pragmática que teve êxitos em efeitos políticos, sociais e morais que nos alcançam até os dias de hoje na sociedade civil acerca dos homossexuais.

Giovanni Levi (2014) nos aponta algo primordial hoje em qualquer pesquisa em História, assim como o método histórico citado por Rüsen, elenca os paradigmas para o trabalho do historiador, dividindo-o em três momentos que são: Pesquisar, Resumir e Comunicar. Nestes aspectos, discute técnicas e metodologias que podem auxiliar o trabalho de todo historiador.

Nesta pesquisa, entendemos que no produto produzido, a narrativa, a escrita da História e da linguagem selecionada serão pontos relevantes para o comunicar. Levi (2014) sugere “Por último, a comunicação, que é uma coisa muito complicada, porque é ligada à narrativa. Como podemos contar nossas histórias? Quais as técnicas que temos para convencer? Não no sentido negativo, mas para dizer claramente o que queremos dizer. Há muitas técnicas” (LEVI, 2014, p.3). Levi sugere, ainda que de forma tímida, uma discussão sobre o uso de linguagem, de gênero literário, citando alguns conflitos dentro do campo da História que podem ser melhor explanados.

Contamos a História, ou melhor, parte dela pela seleção documental e o contexto histórico, usamos de uma linguagem menos comum do que aquela utilizada pelos artesãos de Clio, a fim de demonstrar a nossa capacidade atrativa no fazer historiográfico, pondo em destaque a escolha do tipo de narrativa, de gênero literário e o estilo da escrita.

Estes elementos são escolhas a partir da discussão teórica e prática de dois historiadores, Peter Gay e Hayden White, que discutem o uso do estilo e do gênero literário como um caminho do fazer historiográfico. Segundo White (1994), nenhum dos acontecimentos históricos conjugados se constitui enquanto o relato, mas cabe ao historiador construir este relato a partir da seleção dos fatos e dar suas próprias ênfases do que será erguido em texto, portanto, há para ele uma aproximação muito maior com a literatura do que com a ciência o ato do que ele denomina de “Trama”.

Desta forma fica explícito para White que nenhum acontecimento histórico por si mesmo tem a capacidade de carregar e produzir um discurso envolto na “trama”, sendo irônico, sarcástico, melancólico e etc, mas cabe ao historiador atribuir a ele a partir de uma determinada subjetividade, escolha interpretativa e metodológica. Dessa maneira, os argumentos de White dão prioridade sempre ao autor do texto, porém existe uma possibilidade de contestação e de variabilidade interpretativa e analítica do acontecimento histórico narrado por parte do leitor, que no texto histórico pode e deve contrapor os fatos correlatos e relatados no texto, possibilitando a construção posterior de uma narrativa a partir da narrativa em questão (WHITE, 1994. p 113).

Mesmo o autor distanciando a arte historiográfica da ciência e elevando-a à categoria ficcional, aproximando-a da literatura, não podemos deixar de perceber que o questionamento de White é importante para fazer os historiadores perceberem dentro do seu próprio *metier* do arado fazer historiográfico, que é a escrita e os seus elementos textuais.

Pensando na provocação de Levi (2014), se a literatura possui um grande compromisso com elementos textuais que são facilmente percebidos em suas formas constitutivas de narração, na História estes elementos sempre foram secundários e deram espaço a prioridade que era o relato incisivo sobre os objetos através das fontes documentais eleitas, e conseqüentemente a forma de narrar era desprovida de atenção e uma preocupação que pudesse significar um alteração no modo de escrita, pois havia uma distinção entre a arte da literatura e a ciência histórica que era justamente o uso dos gêneros literários, linguísticos e gramaticais que somados gerariam estilos.

Por isso, esse apontamento feito por White pode ser considerado ponto de partida para algumas significativas reflexões e mudanças no campo da escrita da História, para aquilo que Peter Gay vai chamar de “Estilo”. Como citado anteriormente, o estilo era segundo plano, o que estava em evidência era a exposição do conteúdo, porém, dado à produção quantitativamente maior dos relatos históricos, o que diferenciava eram os estilos empregados, os elementos textuais e estilístico, uma vez que na ciência da História os pontos

de vistas interpretativos não possuem uma finitude estancada, são de caráter imensurável (GAY, 1990. p.27 e p. 196).

Portanto, desta maneira, o estilo levado em consideração em primeiro plano poderia inferir elementos extra textuais, pois o “estilo é o homem” e a escolha dele está cercada de elementos como intenção, objetivo, e modo de como contar os fatos que estão para além apenas de uma realidade ficcional ou uma descrição real dos fatos, mas os interesses e objetos envolvidos na escrita da História.

Este elementos foram aqui levados em consideração, do estilo meio narrativo e sarcástico utilizado, assim como gerar um desconforto quanto ao mito da neutralidade histórica apreciada nas narrativas, o que julgamos ser inversamente proporcional ao momento de escolha do próprio tema e objeto de pesquisa, que partem de um princípio subjetivo, o que não quer dizer uma falta de compromisso com a “veracidade” histórica, ou com a criação de elementos ficcionais partindo de um impulso passional, estão sempre atrelados a uma perspectiva de História, e uma base teórico-metodológico de análise fundamentada naquilo que difere nosso texto do literário, que são as fontes como referencial externo ao texto.

Atrair esses elementos de comunicação dentro da narrativa e do ensino de história aos conteúdos pedagógicos programáticos e didáticos para o combate à discriminação e preconceito por orientação sexual e identidade de gênero é construir mecanismos poderosos e efetivos para a construção de uma sociedade que consiga pensar e viver com e na diversidade sexual e ou sociocultural.

A partir dessa legitimação do discurso histórico, é possível detectar como se produziram e ainda se produzem as ações discursivas e práticas que legitimam os preconceitos e desdobramentos que eles assumem nas experiências desses indivíduos. Desta forma, a intenção é de subsidiar cientificamente a elaboração de práticas efetivas apropriadas para ação de desconstrução e enfrentamento das discriminações, com foco no ambiente escolar como palco para aplicação destes processos pedagógicos relacionados ao problema.

CAPÍTULO 3 – SEXUALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA: a aula-oficina como produto educacional para uma educação histórica

O conteúdo proposto neste projeto de pesquisa coloca em reflexão o desenvolvimento humano e social, pois propõe a discussão acerca de uma regulação das sexualidades, que ocasiona uma perseguição coercitiva e moral sobre os indivíduos que expressam suas sexualidades e compõem suas próprias práticas comportamentais. Elas são pautadas nos direitos fundamentais de suas liberdades individuais, debate que está em torno da violação dos direitos humanos, materializada e compreendida atrelada ao Estado autoritário, por meio de seus mecanismos de força coercitiva ou consensual e através da formulação discursiva da supressão destes sujeitos da dinâmica social.

Assim, lançando novas luzes sobre o que ocorrera no passado, esta pesquisa poderá revelar à sociedade as mazelas sociais trazidas por regimes de exceção, munir a população do direito de escolhas e fortalecer o espírito coletivo democrático para a expressão de suas liberdades, contribuindo para um esclarecimento histórico sobre a comunidade LGBTQ+, que ainda é invisibilizada e silenciada pelo Estado e sociedade civil. Expandir o debate no Brasil acerca das opressões vividas pela população homossexual, hoje ampliada para LGBTQ+, durante a ditadura empresarial-militar, torna-se imprescindível para uma reparação histórica a estes indivíduos e, ao ampliar a discussão ao contexto escolar, parte central deste estudo, objetiva-se contribuir para construção de sujeitos que sejam capazes de praticar o combate à discriminação.

A partir das considerações apresentadas, este projeto se insere na linha de pesquisa “**Historiografia, Linguagens e Ensino**” uma vez que pretende analisar o discurso elaborado pelo Estado e também pela sociedade civil, principalmente a imprensa, Igreja e escola, no que se refere ao enquadramento social, moral e comportamental dos homossexuais. Além disso, objetiva-se elaborar uma **Oficina-Aula, como produto educacional**, no sentido de incorporação da temática ao cotidiano escolar. Assim, será problematizada a produção de discursos durante a ditadura empresarial-militar no Brasil e a construção de uma narrativa de necessidade de repressão aos homossexuais como forma de garantir a plena consolidação do projeto político-social ditatorial.

Dessa forma, através do modelo de **aula-oficina**, sistematizada por meio de um **Caderno de Aulas-Oficinas**, tem-se por objetivo a (re)construção do saber através da investigação e análise de discursos históricos como base principal do processo de ensino-aprendizagem. A Aula-Oficina sobre sexualidade e repressão é uma ferramenta através da

qual alunos e alunas partilharão experiências e elaborarão novos sentidos para as suas relações sociais.

A Aula-Oficina, além de ser um recurso para instigar o processo de ensino e aprendizagem, é uma maneira de estimular a relação entre professor e estudante de uma forma mais horizontalizada, otimizando, assim, as experiências do ensino. Atribui ao aluno uma maior participação no processo de construção do conhecimento, rompendo com o modelo de aula apenas expositiva, conduzindo-os a elaborar problemas e encontrar soluções práticas a partir do Ensino de História.

Os recursos didáticos utilizados para o desenvolvimento da Aula-Oficina são diversos, como fontes documentais audiovisuais - músicas, documentários, filmes -, iconografia, jornais e discursos políticos. Dentro de cada tópico dos planos de trabalho, estarão determinados e propostos tempo de execução, temática a ser discutida, ferramentas que podem ser aplicadas, questões que devem ser abordadas de acordo com o recurso escolhido e sugestões práticas. Para cada atividade serão descritos os roteiros para discussão de exercícios.

Caberá ao docente a função principal de gerenciador destas atividades para problematização, criticidade e análise destes conhecimentos históricos, discutindo esses pontos sob o prisma da realidade maranhense, servindo, assim, de conteúdo auxiliar para os professores de História. O interesse em produzir este tipo de proposta pedagógica se relaciona com uma necessidade social do presente, uma vez que ainda são alarmantes os índices de violências contra os homossexuais, promovendo, desta forma, a dinamização no cotidiano escolar da abordagem da temática na atualidade e durante a ditadura empresarial-militar, ainda marcado pela carência nos materiais didáticos das escolas, sejam elas públicas ou privadas, que abordem as questões de gênero e sexualidade.

A utilização de múltiplos recursos metodológicos para elaboração do caderno de Aulas-oficinas, utilizado pelo professor para abordagem do conteúdo, permitirá construir um saber fundamentado a partir de práticas transversalizadas, interdisciplinares, em dimensões pedagógicas e didáticas, que se adequam ao eixo de **História, Historiografia e Recurso Didático**, inserido na linha de pesquisa **Historiografias, e Linguagens e Ensino**.

Como forma de fundamentar tal projeto de pesquisa, será feita primeiramente uma breve análise historiográfica sobre livro didático, competências e diretrizes da BNCC quanto a questão da diversidade, orientação sexual e etc. Assim como a discussão acerca da Ditadura Empresarial Militar e a maneira que ela está ou não relacionada com esses agentes representados no livro didático.

É de fundamental importância o exercício reflexivo a respeito dessa temática por uma demanda social do presente e para maior integração do Ensino de História nas temáticas transversais e demonstrar de que maneira a homossexualidade é ou não retratada nos livros didáticos, que são recursos de ensino e aprendizagem de grande relevância em sala de aula, para a construção de identidades, de combate ao preconceito e discriminação e para promoção dos direitos e liberdades individuais, propagando assim, o respeito às diversidades.

No ano de 2004, o governo federal brasileiro lançou o programa “Brasil sem Homofobia” que tinha por objetivo a construção e implementação de políticas públicas que promovesse o combate a homofobia no país.

Programas, projetos e campanhas de promoção dos direitos dos GLBT O Programa Brasil sem Homofobia é uma das bases fundamentais da luta pelo direito à dignidade e pelo respeito à diferença no Brasil e, como já sabemos, é resultado de uma parceria entre o Governo e sociedade civil coordenada pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, por meio do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD e prevê uma série de ações nas áreas da saúde, segurança pública, trabalho, educação e cidadania, inclusive a criação de serviços de combate à homofobia (BRASIL, 2006).

Dessa maneira, há um arcabouço institucional que sinaliza ações diretas para o enfrentamento do avanço da homofobia desde 2004. As ações aqui propostas permeiam essas atividades previstas pelos programas institucionais do governo, assim como as diretrizes instituídas para as bases da educação.

3.1. DIVERSIDADE SEXUAL, ENSINO DE HISTÓRIA E LIVRO DIDÁTICO

A partir dessa legitimação do discurso histórico é possível detectar como se produziram e ainda se produzem as ações discursivas e práticas que legitimam os preconceitos e desdobramentos que eles assumem nas experiências desses indivíduos. Desta forma, a intenção é de subsidiar cientificamente a elaboração de práticas efetivas apropriadas para ação de desconstrução e enfrentamento das discriminações, com foco no ambiente escolar como palco para aplicação destes processos pedagógicos relacionados ao problema.

Desta forma, ainda hoje, o livro didático é o recurso mais acessível e utilizado para o Ensino de História e de muita relevância para a iniciativa de discussões que explorem temáticas importantes como a diversidade sexual e de gênero, e neste caso as homossexualidades. Diante disso, é imprescindível perceber que o livro didático como fruto de uma elaboração resultante de embates políticos, econômicos, sociais e culturais. Portanto, é

de fundamental importância estabelecer uma análise do livro didático enquanto fonte histórica.

Todo este deslocamento torna a pesquisa com este tipo de fonte, extremamente complexa, principalmente na perspectiva histórica, onde o manual escolar quando utilizado, seja como fonte, seja como objeto de pesquisa exige que sua análise contemple um diálogo tanto com a educação, quanto com a história, a ciência, o social e a cultura. (ROCHA, p 2. 2008)

Perceber o livro didático enquanto fonte é acima de tudo compreender o processo de inscrição de temas, personagens entre outros, no campo dos embates historiográficos. O livro didático deve ser compreendido enquanto um difusor de ideologias e de práticas discursivas pré estabelecidas e materializadas, que conseguem construir formas culturais e morais de comportamentos das experiências históricas de indivíduos, forjando dialeticamente processos de identidades e de relações de poder “complexo objeto cultural que enseja novas possibilidades de pesquisa” (SALLES, 2011)

Esta percepção circunscreve o professor de História dentro de um campo educacional enquanto indivíduo ativo no processo de valorização do campo do Ensino de História, construindo no ambiente da sala de aula a prática analítica dos documentos históricos, desta maneira o próprio livro didático enquanto fonte e instrumento didático para o fazer e pensar historiográfico.

A transposição didática²⁷ nestes processos é primordial para garantir que a utilização do livro didático encontre arcabouço pedagógico e teórico na efetuação desta ação dialética entre o Ensino de História e produção historiográfica. Esta transposição se constitui ferramenta estratégica de materialização desses processos de construção da consciência histórica já citada e enfrentamentos dos processos discriminatórios.

É importante descrever que estou inserido na rede pública de ensino do Estado do Maranhão enquanto professor de História para as 3ª séries de Ensino Médio e Projeto de vida para a 1ª Série de Ensino Médio no Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão-IEMA na cidade de Matões-MA. Devido a pandemia da covid-19, esta pesquisa foi prejudicada quanto a coleta de dados e visitas em campo, porém a minha inserção neste

²⁷Processo de transformação de saberes científicos e acadêmicos para o espaço escolar que de forma didática seja possível transpor o conhecimento produzido nesses espaços de forma mais acessível a todos onde seja capaz de otimizar os processos de ensino e aprendizagem e garantir a eficácia segundo Yves Chevallard podem ser dividido em dois processos externo (curricular e livro didático) e interno (sala de aula).

instituto de ensino, possibilitou a execução de tais atividades, portanto a escolha por essa unidade de ensino esta pautada na minha condição de professor que possui autonomia e leciona aulas de História para a série em que o produto está destinado.

O IEMA oferta um ensino em tempo integral com educação profissional técnica. Desta forma, nesta pesquisa foi possível a aplicação de questionário nas turmas de 3ª série (total de 112 alunos em 4 turmas) para compreender de maneira diagnóstica a necessidade de abordar sexualidade no ensino de História em sala de aula e quais possibilidades são possíveis de serem trabalhadas nestes espaços.

Além disso, a utilização do livro didático nesse espaço se constitui de grande relevância para o ensino, a funcionalidade do mesmo tem grande impacto na execução, planejamento e resultados provenientes das aulas dos professores de História. Desta forma compreendemos que observar o livro utilizado para essas turmas também é um recurso necessário para compreender a necessidade da demanda desta temática. O livro utilizado na escola é *História Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos Júnior, 0137P18043 FTD 2a edição - 2016 adotada para o Ensino Médio, ainda com vigência do PNL D 2018.

O livro didático enquanto documentação e recurso didático utilizado com rigor analítico e problematização, é capaz de efetuar processos de transformações e desconstrução de discursos, ainda que estejam imbuídos em suas linhas e entrelinhas. Desta forma, o convite para que o manual didático possa ser inserido dentro de um processo de análise contextual desde de sua escolha e uso garantem processos pedagógicos mais eficazes.

Neste sentido é importante inserir que os manuais didáticos passam por um processo de rigor para que seja selecionado e aprovado para distribuição para unidades escolares, professores e secretarias. O Programa Nacional do Livro do Material Didático (PNLD) é o principal responsável para o financiamento e escolha dos materiais didáticos

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) é destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (BRASIL, 2020).

O PNLD delimita que os manuais didáticos devem apresentar referenciais metodológicos e teóricos de qualidade, bem como a presença de conceitos centrais estruturantes de forma sistemática constituindo-se em uma importante ferramenta pedagógica

alinhada às competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Logo, a elaboração do Livro Didático não se limita a esses aspectos, porém avança para construção de identidades sociais e o desempenho das cidadanias a partir do cumprimento das diretrizes educacionais.

Os critérios de concorrência das obras são estabelecidos através de edital, nele constam todas as normas técnicas e éticas concordantes com os princípios basilares da Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação assim como a Base Nacional Comum Curricular. As normas éticas determinam, portanto, os aspectos sociais e políticos que devem ser considerados na forma, conteúdo e acessibilidade didática de cada manual. De acordo com a temática aqui proposta, ficamos atento as seguintes diretrizes

- a. Estar livre de estereótipos ou preconceitos de condição socioeconômica, regional, étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, de idade, de linguagem, religioso, de condição de deficiência, assim como de qualquer outra forma de discriminação, violência ou violação de direitos humanos.
- f. Representar a diversidade cultural, social, histórica e econômica do país;
- g. Representar as diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países;
- h. Promover condutas voltadas para a sustentabilidade do planeta, para a cidadania e o respeito às diferenças (BRASIL, 2020).

A BNCC se tornou um principal documento norteador para fundamentar os aspectos pedagógicos, e de uma forma quase impositiva, estabelece que todos os objetivos, metas e disposições da estrutura do manual estejam atreladas as competências estabelecidas e imbricadas em cada contexto. Dessa maneira, consegue obrigar o uso da própria BNCC para elaboração de Planos de Aula, Objetivos e competências até mesmo pela utilização do livro didático.

Estes aspectos são percebidos dentro das exigências do edital de 2018, bem como através dos critérios de avaliação descritos no Guia de Livros Didáticos/PNLD2018, para o livro em questão da área de História. Segundo o Guia o manual didático referido, está organizado da seguinte forma:

O Livro do Estudante está organizado em unidades, compostas por dois a cinco capítulos. São apresentadas em duas páginas, com a temática a ser debatida por intermédio de breve texto introdutório, imagens e questões. Os capítulos são constituídos por textos básicos, imagens e seções regulares: Para saber mais; Para refletir e Dialogando. As atividades estão ao final de cada capítulo nas seções Retomando, que consistem em questões retiradas dos vestibulares e do Exame Nacional do Ensino Médio, e na seção Leitura e escrita em História, subdividida nas subseções Leitura de imagem, Cruzando fontes e Leitura e escrita de textos, que ainda se subdivide em vozes do

passado e vozes do presente. A seção Integrando com aparece em alguns capítulos. A seção Você cidadão! fecha o último capítulo de cada unidade (GUIA PNLD 2018, p. 66).

Segundo a resenha sobre o livro *História Sociedade e Cidadania* de Alfredo Boulos para o Ensino Médio, a análise transcorre em alguns aspectos em que estaria pautada na execução de uma História Problema, em que o conhecimento histórico é um produto do processo de conhecimento resultante da análise profícua e crítica das fontes. Levando em consideração critérios de avaliação nacionais de categorias externa como o SAEB e o PISA de cunho internacional, isso implica em uma tentativa de adequação das normas exigidas para o alcance de metas para educação e conseqüentemente para ações de intervenção política.

O próprio Guia não descreve a BNCC, pois ela ainda não estava em vigência, mas hoje, embora estejam alinhadas, não esclarecem os desenvolvimentos das atividades e garantias para os processos de ensino e aprendizagem, sobre algumas modificações de padrões didáticos não inovadores. Desta maneira, nos direciona e orienta no caminho da abordagem de questões relacionadas a gênero e orientação sexual. No guia, esta temática de gênero é abordada de forma mais enfática sobre as condições das mulheres e a diversidade ou pluralidade cultural acerca dos povos indígenas.

Embora, no tópico de Formação cidadã o Guia enfatize da seguinte maneira “e, abre-se espaço para que o professor possa debater sobre questões como a homofobia e a transfobia.” Quanto a tratar de temáticas de pluralidade social e diversidade, apenas deixa como sugestão que há possibilidades de recorrer a estas assuntos, porém não distribui como conteúdo previsto de forma material sobre orientação sexual e de gênero em prol do combate a LGBTfobia.

Ainda que haja essas possibilidades, compreendemos que o livro ainda como material apenas norteador, não consegue abarcar de fato as necessidades que se apresentam quanto a temática atrelada ao conteúdo programático da Ditadura Empresarial Militar, embora no livro as questões sobre mulheres, povos de África e etc, apareçam de maneira enfática.

Os capítulos 10 e 11 compreendem o período a ser analisado, estando localizado entre as páginas 182 e 203 do livro. A análise inicial do material aborda questões principalmente políticas e econômicas, além de atribuir ao regime um caráter civil militar. Na página 198, o autor aponta que o golpe de 1964 teve a participação de civis e militares, e acentua que a nomenclatura a ser utilizada corretamente é de “Golpe Civil-Militar”.

Enfatiza que o regime instaurado é classificado como uma participação mista de civis e militares assim como o Golpe. Tal leitura levanta uma discussão importante dentro dos

embates historiográficos referentes às diferentes leituras sobre a ditadura, ou seja, dentro do campo de análise daqueles que compreendem que as Forças Armadas conduziram de forma exclusiva o governo do Brasil durante o estado de exceção. Porém, ao longo de todo o capítulo ele não alterna citações em que o regime foi especificamente “militar”, demonstrando um posicionamento historiográfico definido acerca do tema.

O exame dos fatos históricos referentes ao período da ditadura que são expostos no livro demonstram uma abordagem não tradicional do tema, expondo os pontos a partir da divisão dos governos (Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo). Diante disso, são feitas importantes reflexões acerca dos temas principais ligados ao período da ditadura, como no caso dos planos econômicos, dos mecanismos de repressão do regime, dos movimentos sociais, dos grupos de resistência, dos aspectos culturais e da dinâmica político-partidária.

Outro aspecto de relevância acerca do material é que importantes conceitos estruturantes sobre a historiografia da ditadura que são problematizados, como podemos notar na página:

Os militares que lideraram o golpe de 1964 eram todos radicalmente contrários ao comunismo, mas também tinham divergências entre si, com base nas quais se pode reuni-los em dois grupos: o castelista e o linha dura. O grupo castelista era integrado por generais como Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva e Castelo Branco (daí seu nome). Seus integrantes apoiavam-se na Doutrina de Segurança Nacional, formulada por militares estadunidenses nos tempos da Guerra Fria e adaptada por militares brasileiros da Escola Superior de Guerra. Essa doutrina baseava-se no princípio de que a segurança é a condição básica do seu desenvolvimento. Segundo essa doutrina, a maior ameaça à segurança de um país são seus inimigos internos, ou seja, aqueles que discordam do regime, os chamados “subversivos”. (BOULOS, 2016, p. 205).

Sobre os conceitos de Subversão e Segurança Nacional, a obra não situa e nem discute tais termos de maneira aprofundada. Neste caso específico, a leitura do livro não contempla determinados sujeitos sociais que tiveram protagonismo no processo de resistência ao regime e que também foram alvos de perseguição política e de ações repressivas fundamentadas a partir de comportamentos sociais não padronizados, como é o caso dos indivíduos homossexuais.

No que se refere ao âmbito da resistência ao regime ditatorial, o livro limita alguns atores sociais (estudantes, operários, políticos e artistas) no campo de oposição, silenciando outros setores da sociedade que se levantaram contra a ditadura, como no caso do movimento

negro, feministas e dos homossexuais²⁸. A análise se limita a questões estritamente políticas em detrimento dos elementos sociais e morais, ocultando parcelas significativas da população brasileira²⁹.

3.2. SEXUALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA NO IEMA PLENO DE MATÕES: ANÁLISE DE QUESTIONÁRIO.

No IEMA PLENO MATÕES, existem quatro turmas de terceira série do ensino médio, nomeadas por numeração e cada uma com um curso técnico profissional de um eixo da base nacional dos cursos técnicos. São as turmas 301 (Técnico em Manutenção e Suporte em Informática com 37 alunos), 302 (Técnico em Manutenção e Suporte em Informática com 32 alunos), 303 (Técnico em Eletroeletrônica com 20 alunos) e 304 (Técnico em Agropecuária com 21 alunos). Um corpo atual de 35 professores divididos entre Base Nacional Comum Curricular com 22 docentes, dois desses profissionais são professores de História, e Base Técnica com 11 professores.

Os IEMAS PLENOS estão espalhados pelo estado do Maranhão em 34 unidades, e possuem um modelo de educação pautado em uma melhoria da qualidade educacional, na Tecnologia de Gestão Educacional e de uma oferta de um ensino profissional técnico na modalidade integral.

Neste sentido, o questionário aplicado foi uma ferramenta norteadora, não capaz de aferir a realidade, porque não acreditamos nesta apreensão, mas um instrumento orientador da representação da necessidade desta temática no cotidiano escolar e na vida do aluno. O questionário foi compartilhado via link do google forms e enviado pelo WhatsApp dos grupos dos alunos e dado o prazo de três dias para que pudessem responder as perguntas.

Foram elaboradas dez questões objetivas no qual os alunos precisavam marcar a resposta que achasse mais adequada. As respostas estavam divididas em três categorias sendo elas: sim, não ou as vezes. A mesma coisa se aplica ao questionário destinado aos professores, as perguntas são semelhantes, apenas voltadas para a visão do docente com a mesma quantidade de questões e as opções sim, não ou as vezes.

Levando em consideração os dados mapeados a partir do questionário acerca do debate relativo à sexualidade e Ensino de História no IEMA Pleno de Matões, podemos compreender

²⁸ Sobre o movimento de resistência dos homossexuais na ditadura ler: James Green (2000) e Renan Quinalha (2014).

²⁹ Discussão presente nas páginas 199 e 200 do livro didático.

alguns indícios que reforçam a necessidade de tal discussão dentro do espaço escolar. Além do mais, percebe-se, também, a urgência em se construir produtos educacionais que possibilitem melhores reflexões sobre tal temática.

A proposta principal deste projeto é a construção de Aulas-oficinas sobre sexualidade e Ensino de História fundamentada na identificação da carência de análises e reflexões sobre este assunto dentro da educação básica. Não somente no IEMA Pleno de Matões, mas também muitas escolas das redes pública e privada em todo o país, existe uma série de entraves pedagógicos e políticos em torno desse conteúdo e que já foram explicitados anteriormente neste trabalho.

Sendo assim, aproveitaremos este espaço para expor e analisar os dados referentes ao questionário citado acima, considerando os seguintes pontos:

- 1) Existência ou não de atividades de combate a homofobia na escola.
- 2) Dúvidas que os alunos possam ter sobre sexualidade e se isso é exposto aos professores.
- 3) Se ocorre um debate aberto sobre sexualidade entre estudantes e professores na escola.
- 4) Capacidade dos alunos de solicitarem ajuda com relação a problemas relacionados a vida sexual e sexualidade.
- 5) Se os estudantes procuram os professores para falar sobre sexualidade fora de sala de aula.
- 6) Se estudantes e professores consideram importante o debate sobre sexualidade na escola.
- 7) Relevância do Ensino de História na discussão sobre sexualidade.
- 8) Necessidade de mais diálogo sobre sexualidade.
- 9) Nível de confiança que os estudantes depositam na família e nos professores para falar de sexualidade.
- 10) Capacidade dos alunos em distinguir “orientação sexual” de “identidade de gênero”.

De início, vale ressaltar que foram elaborados dois questionários: um voltado para o professor e outro para o aluno. Sendo assim, analisaremos as respostas de cada um deles e, a partir disso, refletir sobre o estado em que está o debate sobre sexualidade no IEMA Pleno de Matões e a relevância de se produzir um oficina-aula sobre o tema para ser aplicada não

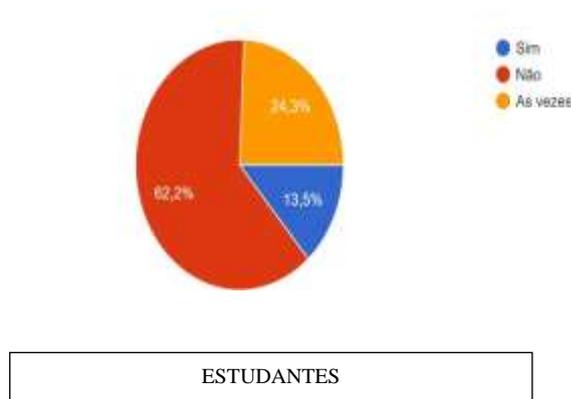
somente nesta unidade de ensino, mas também em outras instituições que possam e queiram utilizar tal produto educacional.

Com relação ao questionário direcionado a estudantes e professores, a primeira pergunta foi: “Minha escola exerce atividades contra a homofobia?”. Para todas as perguntas, sejam elas para professores ou estudantes, os formulários compreendiam as seguintes opções de respostas: “Sim”, “Às vezes” e “Não”.

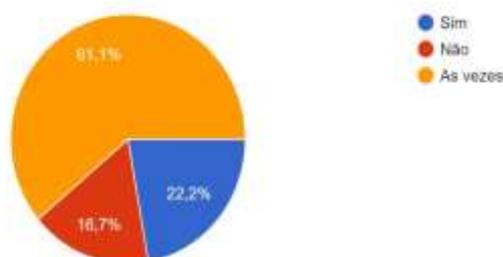
Acerca do exercício de atividades de combate a homofobia, a maioria dos alunos(45,9%) compreende que isso é feito “as vezes”, enquanto que 29,7% acham que “não” e 24,3% que “sim”. Sob o mesmo critério, a maioria dos professores (66,7%) têm uma perspectiva diferente, seguida por uma parcela considerável (27,8%) que entendem que essas atividades são feitas de forma parcial. A menor parte dos docentes (5,5%) acha que não, como podemos observar na imagem abaixo.

Em relação a exposição que os estudantes possam ter com os professores no que concerne a dúvidas sobre sexualidade, percebe-se, mais uma vez, considerável diferença de leitura entre docentes e discentes. Ao responderem à pergunta “Exponho as minhas dúvidas sobre sexualidade com os meus professores?”, grande parte (62,2%) dos estudantes não expõem seus questionamentos. Já os professores asseguram, em grande parte (61,1%), que “as vezes” existem casos em que os estudantes se sentem confortáveis em conversar sobre sexualidade com eles, como se pode notar nas imagens abaixo.

2. Exponho as minhas dúvidas sobre sexualidade com os meus professores



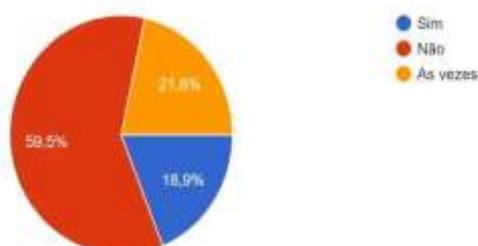
2. Os alunos expõe dúvidas sobre sexualidade com o professor?



PROFESSORES

No que se refere ao fato dos estudantes falarem (ou não) abertamente sobre sexualidade com os professores, novamente existem diferentes entendimentos entre docentes e discentes sobre tal questão. Segundo os alunos, 59,5 % deles não falam a respeito do tema. Enquanto isso, metade dos professores que participaram da pesquisa acham que “às vezes” os estudantes se abrem com eles sobre o assunto. As imagens abaixo ilustram este panorama.

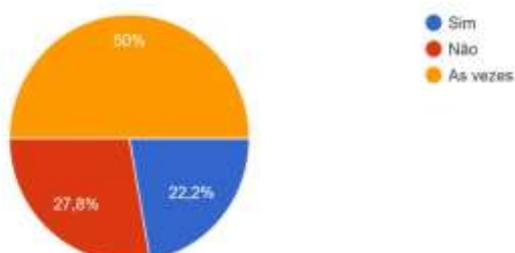
3. Falo abertamente com os meus professores sobre o tema da Sexualidade e orientação sexual



ESTUDANTES

3. Os estudantes falam abertamente com o professor sobre o tema da Sexualidade e orientação sexual?

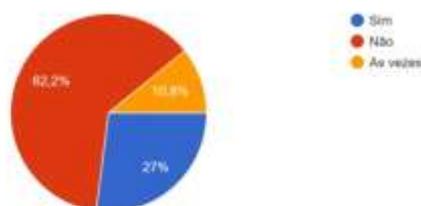
18 respostas



PROFESSORES

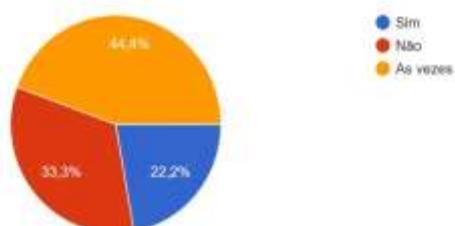
Relativamente à capacidade dos estudantes de pedirem ajuda aos professores acerca de algum problema sobre orientação sexual e/ou sexualidade, os próprios alunos acham, em sua maioria (62,2%), que eles não pedem esse tipo de auxílio aos docentes. Tal perspectiva muda do ponto de vista dos professores, sendo que 44,4% compreendem que “as vezes” os discentes recorrem a essa ajuda.

4. Sou capaz de pedir ajuda aos meus professores perante um problema relacionado com a minha vida sexual ou sexualidade.



ESTUDANTES

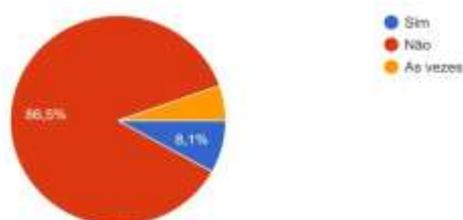
4. Os alunos são capazes de pedir ajuda ao professor perante um problema relacionado com a minha vida sexual ou sexualidade.



PROFESSORES

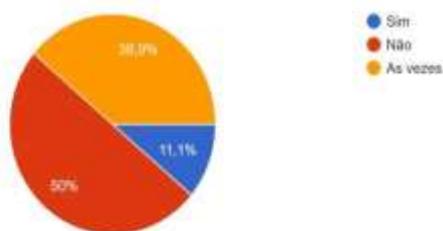
Quanto ao fato de estudantes buscarem os professores fora da sala de aula para conversar sobre qualquer assunto ligado a sexualidade, pela primeira vez se chegou a um consenso entre docentes e discentes da instituição. Ambos concordam, em porcentagens diferentes, que os alunos raramente recorrem a essa possibilidade, como podemos ver nas imagens abaixo.

5. Procuro um professor fora da sala de aula quando quero falar com ele sobre sexualidade



ESTUDANTES

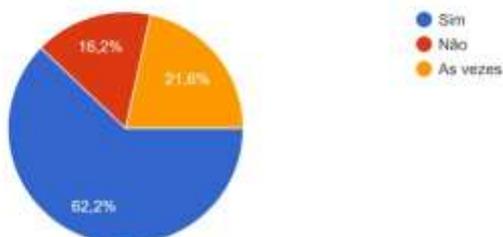
5. Os estudantes procuram o professor fora da sala de aula quando quer falar sobre sexualidade?



PROFESSORES

No que diz respeito à importância de falar e debater sobre sexualidade em sala de aula, novamente existiu uma concordância, em diferentes níveis, entre alunos e professores referente à presente questão. Entre os estudantes, 62,2% afirmaram que deve haver sim uma discussão sobre sexualidade em sala de aula corroborado por 94,4% dos professores que pensam igual.

6. Considero importante falar sobre sexualidade em sala de aula?



ESTUDANTES

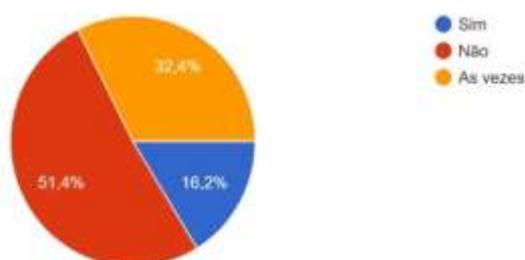
6. Considero importante falar sobre sexualidade em sala de aula?



PROFESSORES

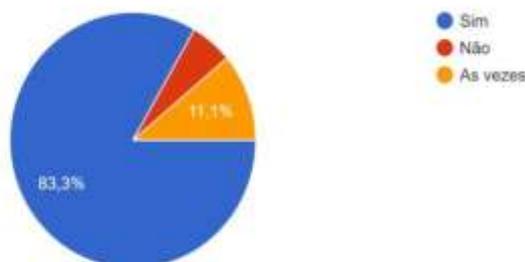
Outra questão importante se relaciona à contribuição que as aulas de História podem oferecer no debate sobre sexualidade. Perguntados sobre este ponto, estudantes e professores divergem de forma considerável. 51,4% dos alunos não acham que o componente curricular de História possa contribuir com o debate sobre sexualidade, enquanto 83,3% dos professores entendem que sim.

7. Considero que a disciplina de História é uma matéria que ajuda a discussão sobre sexualidade?



ESTUDANTES

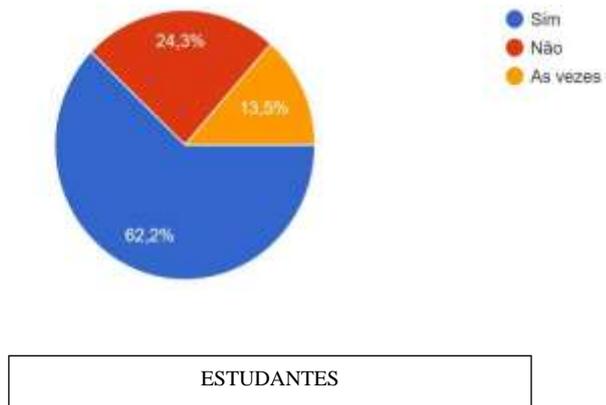
7. Considero que a disciplina de História é uma matéria que ajuda a discussão sobre sexualidade?



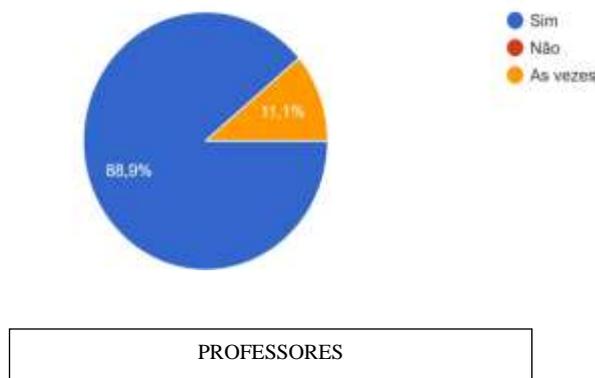
PROFESSORES

A respeito da necessidade de haver mais debate sobre orientação sexual em sala de aula, existe grande concordância entre estudantes e professores. Ambos defendem que deva existir mais discussão sobre tal tema no âmbito escolar. Para os alunos, 62,2% acham necessário, enquanto que essa porcentagem aumenta no campo dos docentes, sendo 88,9% do total.

8. Gostaria que houvesse mais dialogo em sala de aula sobre orientação sexual?

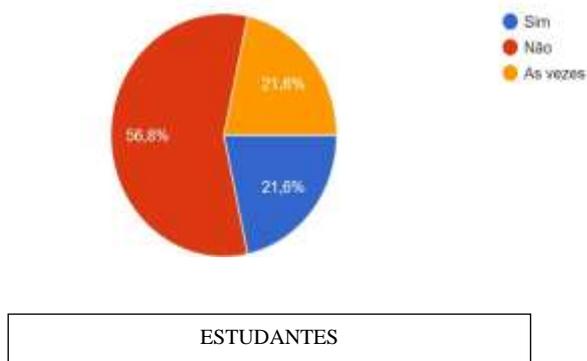


8. Gostaria que houvesse mais dialogo em sala de aula sobre orientação sexual?

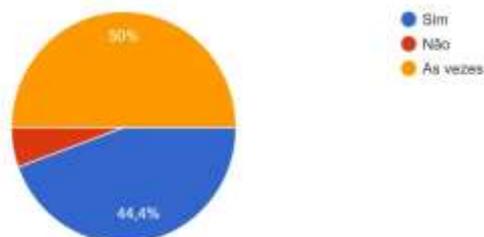


No tocante à confiança que os estudantes tem nos professores e nos familiares para conversar sobre sexualidade, a maior parte dos alunos (58,8%) não se sentem mais confortáveis em falar sobre este tema com os docentes. No entanto, na percepção de metade dos educadores que participaram do questionário, essa segurança em dialogar com os professores existe.

9. Confio mais nos meus professores para falar sobre sexualidade do que meus familiares?



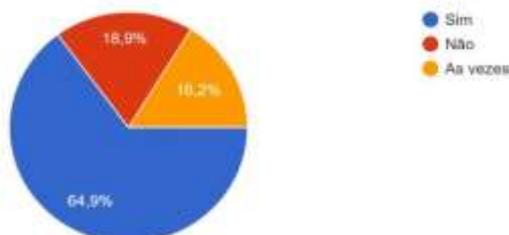
9. Percebe se os alunos se sentem mais confortáveis para falar sobre sexualidade com os professores do que com os familiares?



PROFESSORES

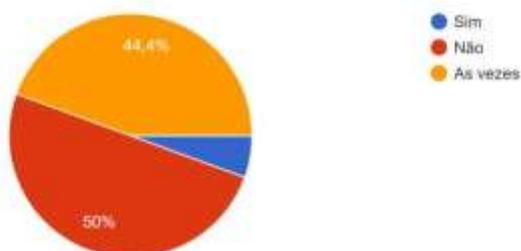
No último quesito analisado relativo à capacidade que os estudantes tem ou não de distinguir “orientação sexual” de “identidade de gênero”, podemos notar, mais uma vez, uma ampla divergência de posicionamento entre docentes e discentes sobre esse tema. 64,9% dos alunos compreendem que conseguem sim discernir um e outro, diferentemente da leitura dos professores, que em 50% de sua totalidade afirmam não acreditar que os estudantes tenham tal capacidade de discernimento.

10. Sou capaz de distinguir orientação sexual e identidade de gênero?



ESTUDANTES

10. Os alunos são capazes de distinguir orientação sexual e identidade de gênero?



PROFESSORES

3.3. A AULA-OFICINA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM HISTÓRICA

Esta pesquisa teve resultados desenvolvidos através do curso de Mestrado em História do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão no período de 2021 e 2022. Inicialmente foi pensado para conseguir elaborar uma prática de ensino que difere da maneira recorrente de ensinar História. O primeiro ponto presente nesta análise é a percepção de que a aula e a sala de aula se compõe como texto, portanto, assim como pensar a escrita da narrativa histórica em produto textual da análise do fazer historiográfico, a apreensão da sala de aula e da aula propriamente dita, é uma narrativa, produto da relação aluno e professor em sala de aula, está para o professor de História como o texto está para o historiador.

Desta forma, é possível, de maneira orgânica, pensar em uma proposta de ensinar História, instrumentalizando o professor, que protagonize o aluno como indivíduo ativo no processo de construção e produção da consciência e conhecimento histórico. Construir esse processo de ensino demanda portanto, do professor no dia a dia de sala de aula oportunizar este lugar ao aluno:

uma seleção e uma tradução que somente ocorrem e somente devem ocorrer, em decorrência de uma outra relação, que antecede aquelas operações ao mesmo tempo que lhe confere sentido: a relação entre professores e alunos. Uma relação que, em seu movimento cotidiano, não cessa de demonstrar o lugar central ocupado pelo aluno; e, por fazê-lo, possibilita que as razões por que contamos uma e o modo como o fazemos se explicitem plenamente- a própria Aula como texto. (MATTOS, 2007: p.13)

Portanto, é possível inferir que a sala de aula, não deve estar sintetizada ao compartilhamento de informações científicas, porém um lugar de produção de conhecimento, em sua prioridade, que estão relacionalmente envolvidos todos os que compõe a prática pedagógica, ou seja, professores e alunos. Desta forma, a construção e produção de sentidos aos saberes compartilhados e produzidos são construídas em um fundamento de ensino e aprendizagem dinâmico com sentido crítico e prático para os alunos.

Desta forma, pensar as aulas oficinas se fez necessário como opção para ultrapassagem do Ensino de História tradicional. Assim, é importante discorrer sobre esta metodologia para adquirir uma compreensão maior.

Neste ponto da pesquisa, a sugestão para o Ensino de História é atrelar a temática da Ditadura Empresarial-Militar aos temas de Gênero e Sexualidade através de oficinas na utilização das aulas de História, mas também no dia a dia do espaço escolar.

Estas oficinas são mecanismos em que alunos e alunas podem compartilhar experiências e ressignificar sentidos em suas relações sociais e de construção de conhecimentos a partir dessas discussões.

Dessa forma, compreendemos que é importante entender a categoria oficina e ter o entendimento desta modalidade prática de metodologia de ensino. Além disso, essa perspectiva mais ativa de que o uso dessas metodologias deslocam o aluno para o protagonismo e transformam a aquisição desses saberes de sexualidade e Ditadura Empresarial-Militar de maneira prática.

A proposta portanto, é demonstrar exemplos práticos que sejam capazes de facilitar a organização dos conteúdos programáticos e transversalizados para rotina escolar. O professor portanto, pode otimizar suas metodologias para o desenvolvimento e aplicação de suas atividades.

Oficina é um termo que deriva do latim da palavra *officium* que significa trabalho, serviço ou a execução de um atividade, tarefa. As oficinas são atividades dispostas a ensinar determinados indivíduos a praticas antes não experimentadas com o acesso irrestrito ao maior grau de exposição e informação possível acerca da temática ou assunto.

Hoje, o termo mais próximo para este conceito é Workshop, derivado do termo *office* que vem de oficina. Profissionais qualificados e/ou especialistas destinam a execução de workshop para a imersão de pessoas não sabedoras de determinado assunto, a fim de informá-las e também de inseri-las no contexto em que seja possível, proporcionar experiências subjetivas capazes de produzir conceituações e entendimentos particulares, que consigam compor o significado daquela temática de maneira ainda mais ampla.

Desta forma, é possível compreender que oficina é um conceito de trabalho e/ou atividade que incorpora em seu sentido o intercâmbio científico, cultural e subjetivo com técnica para a produção de novos sentidos e significados.

As oficinas durante a década de 70 do século passado, adquiriram uma outra conotação pelo contexto em que estavam inseridas, a Ditadura Empresarial Militar. Desta maneira, o contexto de instabilidade política e de direitos sociais interferiram diretamente no modo de execução das oficinas no Brasil. Assumiram um forma de contestação e resistência em função da interdição da livre expressão, os indivíduos portanto, ressignificaram as oficinas nesses contextos numa centralidade na motivação política, em busca da liberdade de expressão e em informar e comunicar sobre a égide autoritária do regime político vigente.

As oficinas de cultura e principalmente de arte predominaram no cenário brasileiro e buscaram as brechas de resistências, haja vista a institucionalização da proibição imposta

pelo regime, se constituindo como ferramentas importantes para derrubada do regime. Desta maneira, produziram uma grande efervescência artísticas e cultural que tinham como principal objetivo a liberdade civil, política e o ensino democrático.

Segundo Teixeira e Magnabosco (2010), as oficinas teatrais foram as principais propagadoras da metodologia no país, citando elementos e indivíduos importantes da cultura brasileira para a perpetuação da atividade que buscavam a democratização através da arte.

Neste sentido, as autoras citam o famigerado Teatro Oficina de José Celso Martinez Correa, que existe até hoje, o Teatro de Arena ligado a Gianfrancesco Guarnieri, além disso personagens importantes como Augusto Boal e Paulo Freire que combatiam a ideia elitizada de que a arte seriam um processo de distinção social entre indivíduos, colocando-os como especiais, mas que compreendiam o ensino da arte como uma maneira de informar que o produto artístico é um resultado de um trabalho profissional, que rompe com esta percepção equivocada e equaliza a relação do trabalhador comum com a do artista, através das oficinas.

Ou seja, como informam as autoras, essas percepções validam a ideia de que a oficina surge portanto nesse contexto, como uma maneira de permitir a todos equidade nas condições de exercer ou praticar a função artística, cultural e ou educacional.

Desta forma, compreendemos que esta metodologia, que se baseia em desenvolver habilidades e competências pautadas na centralidade do aluno a partir dos currículos escolares e orientações educacionais, é possível de encontrar no conceito de aula-oficina elaborado e discutido ao longo do tempo, mas que a historiadora Isabel Barca (2004) consegue materializar neste conceito.

Diante disso, precisamos esplanar que compreendemos que a função do professor-historiador é de fundamental importância, não apenas de maneira prática, mas que a sua compreensão e competência em História são, em primeiro momento, o cerne da discussão. Os entendimentos sobre as disponibilidades de fatos e documentações, a concepção sobre o passado a partir de uma corrente histórica, os distanciamentos e aproximações entre o passado e o presente, e principalmente, as relações que se colocam diante do corpo de alunos que podem ser respondidas através das narrativas históricas.

Esta preparação consciente, é portanto, *sine qua non* para que as aulas-oficinas consigam atingir seus objetivos e produzir resultados. A projeção dessas aulas, é uma condição indispensável para o alcance total das metas e a configuração ideal das aulas ministradas. Dessa maneira a autora afirma que o professor-historiador “Terá que assumir-se como investigador social, aprender a interpretar o mundo conceptual dos seus alunos não para de imediato classificar em certo/errado, completo/incompleto, mas para que esta sua

compreensão o ajude a modificar positivamente a conceptualização dos alunos” (BARCA, 2004, p. 133).

De acordo com a autora, o papel do professor é diretamente responsável pela elaboração da consciência histórica e intelectual de seus alunos, na medida em que o docente é a principal força motriz para que os alunos consigam a partir das arguições elaboradas pelo professor em sala de aula, sejam capazes de autoproduzir seus saberes.

É neste sentido, que coadunamos com a autora de que o profissional historiador de sala de aula não é o responsável apenas pela detenção dos conhecimentos, mas um arguidor e tutor responsável pela orientação de atividades e informações históricas que desloca o aluno do lugar de ouvinte para um protagonista problematizador. Esse desenvolvimento tutelado de uma construção de um ser de pensamento crítico, auxilia na relação da própria Didática da História já citada no primeiro capítulo desta pesquisa, em que, organizar suas próprias táticas que relacionam organicamente em sala de aula a relação professor, aluno e Ensino de História.

A principal função do Ensino de História, como principal campo da História, é garantir durante este processo, a condução dos indivíduos sociais, neste caso os alunos em sala de aula, a participação direta e consciente do processo de produção de conhecimento histórico através do ensino, instrumentalizando os discentes como investigar, problematizar e pertencerem cada aula de história.

Tanto para Rusen através do uso da Didática da História e para Barca com a ampliação do conceito de aula- oficina, a relação comum reside na ocupação do lugar de centralidade pelo aluno. Porém, ambos estão inseridos dentro de um contexto de modelo pedagógico específico dentro do Campo da História, a teoria da Aprendizagem Histórica.

Desta maneira, compreendemos que a relação entre saber a produção do conhecimento histórico acadêmico e o conhecimento histórico escolar precisam conectar-se, nestes casos as transposições didáticas são importantes, mas não devem ser compreendidas como uma maneira unilateral no processo de construção do conhecimento como já discutimos no primeiro capítulo. Mas, existem elos que são necessários para serem somados na perspectiva de auxílio metodológico e teórico que otimizam essa ação.

A utilização dessa saber acadêmico em sala de aula são um dos principais caminhos. Pois permitem a confluência do saber histórico e a partir da técnica acadêmica de saber, a didatização em sala de aula como a utilização de documentação histórica, ensinamento do estilo de escrita e os critérios para produção de narrativas históricas. Esses elementos constroem pensamentos críticos e o rigor científico em sala de aula.

Porém, um ponto basilar para este processo de aprendizagem é a capacidade do professor de considerar durante estes processos os conhecimentos preexistentes e contextuais de cada aluno fora do ambiente da sala de aula, e que consiga estabelecer sentidos que ultrapassem a sala de aula e a curiosidade, mas que produzam significados.

A configuração do conhecimento histórico esta baseado primordialmente no uso documental e no rigo científico dos mesmo como um referencial externo a narrativa histórica. A partir dessa compreensão ministrada ao aluno, a permissão do contato com esses elementos que constituem as documentações históricas, a relação aluno e referenciais históricos serão aproximadas e estabelecido a largada para o ensino de história de maneiras mais dinâmica.

Desta forma, o professor historiador, ampliada suas perspectivas teoricas e concepções metodologicas, precisa estar atento ao estabelecimento de objetivos, competências e funções para o uso dessas documentações e as dinamicas planejadas que deve destinar em determinados contextos. Assim, os alunos devem ser orientados a explorar de maneira ampla as possibilidades apresentadas a partir da problematização sobre o exercicios das analises documentais e a partir da extração dessas analises dinamicas produzir arugmentações históricas criticas, a partir das demandas apresentadas.

O Ensino de História se apresenta como um elo entre o conhecimento histórico produzido no âmbito acadêmico e os conteúdos transmitidos aos estudantes da educação básica. Diante de tal panorama, Barca (2012, p.39) compreende que a educação histórica desenvolve pesquisas voltadas para princípios educacionais transversais a partir de uma reflexão atualizada de conceitos e metodologias na construção de um conhecimento histórico amplo e contextualizado.

Resultante de um desses processos de educação histórica, temos o modelo de aula-oficina, que exige dos estudantes competências necessárias para assimilação de conteúdos diversos, mas vale ressaltar que no percurso de elaboração deste produto educacional é muito mais necessário que os professores foquem nas competências a serem desenvolvidas pelos alunos do que nos conteúdos em si.

Considera-se, portanto, que por mais simples que uma aula-oficina possa ser aplicada, ela exige aprofundamento na análise de conteúdo, métodos e tarefas, evidenciando total importância para o ensino de história. Sem o exame prévio dos conhecimentos históricos a serem trabalhados fica muito difícil de se estabelecer uma seleção adequada de materiais, fontes e problematizações.

Tudo isso reforça a leitura de que os conhecimentos previamente estabelecidos e assimilados se constituem importantes variáveis no processo de ensino-aprendizagem, tendo

em vista que estes elementos são a base do trabalho do professor de história da educação básica. Logo, quando nos propomos a elaborar uma aula-oficina que auxilie o professor no ensino sobre a repressão a homossexuais durante a ditadura no Brasil, percebe-se a necessidade do mapeamento de fontes (jornais, filmes, livros e o código militar), de aprofundamento teórico e metodológico sobre o ensino de história, como também a proposição de atividades práticas para estimular a compreensão dos estudantes da terceira série do ensino médio sobre o determinado tema.

3.4. CADERNO DE AULAS-OFFICINAS - DISCUTINDO SEXUALIDADE ATRAVÉS DA DITADURA EMPRESARIAL MILITAR NA ESCOLA: breve apresentação sobre o produto educacional.

A temática de sexualidade e gênero direcionada a professores se faz necessária para garantir aos profissionais da educação ferramentas necessárias para a abordagem correta em sala de aula. Algumas realidades de alunos são diferentes da maioria, e a esses o estigma social de sexualidades e/ou gênero divergentes acabam por dificultar a permanência e sobrevivência dos mesmos no ambiente escolar.

Desta maneira, há a compreensão de que este trabalho possa ser uma estratégia auxiliar ou ainda, alternativa para a desconstrução de pensamentos e falas de preconceitos e ou discriminações. Esses discursos que tradicionalmente ferem, matam e marginalizam tanto dos nossos alunos, precisam ser extirpados de qualquer maneira do ambiente educacional, seja entre alunos ou entre professores.

Para isso, portanto, compreendemos que discussões, debates e a participação efetiva do aluno que superam as metodologias de aulas dialogadas ou expositivas, permitem o protagonismo juvenil e potencializam as trocas de construção de conhecimentos.

Sabemos que o ambiente escolar, é de alguma maneira, uma maquete de reprodução da sociedade em que está inserida, desta maneira os preconceitos e desigualdades existentes socialmente estão de alguma maneira reproduzidas nos espaços de sociabilidades escolar, no qual os alunos, através de orientação dos educadores, podem problematizar essas questões e encontrar maneiras justas, assertivas e profícuas para superação de tais situações.

Para tanto, a construção das aulas oficinas, que podem ser definidas pelo professor em dois ou três encontros, conforme a necessidade e tempo disponível do profissional com a turma. Uma das principais intenções das aulas oficinas é a articulação de diferentes metodologias, recursos e natureza de documentos, experienciando ao aluno o contato com a

diversidade tanto em documentos e naturezas de recursos quanto a diversidade em suas experiências sociais.

A Aula-Oficina tem o principal objetivo de promover a articulação da discussão sobre as sexualidades e gênero a partir da Ditadura Empresarial Militar, reflexões sobre como os direitos das liberdades individuais eram invadidos, a demonstração histórica de repressão coercitiva ou consensual sobre o comportamento afetivo, social e sexual dos indivíduos, com a atualidade se encontram ainda estas questões ou quais são os discursos que ainda parecem similares aos mesmo daquela época passados mais de 50 anos. Portanto, essas aulas-oficinas podem e devem ser adequadas pelos professores para que possam ser mais aproveitadas em sala de aula.

As oficinas também têm a proposta paralela e não menos importante de agir como um processo de aperfeiçoamento docente, com base nas informações sobre gênero, sexualidade e Ditadura Empresarial Militar. Com base nesse material, não se pretende garantir de fato uma formação, mas uma atualização de termos e conceitos que consigam munir e orientar o docente as questões relacionadas a temática dentro do espaço escolar.

Desta maneira, o docente pode buscar um aperfeiçoamento mais especializado a partir do contato com essas discussões trazidas no material. Além disso, esses processos de aperfeiçoamento, pode e deve ser feito em construção coletiva das trocas com os alunos e o conteúdo do produto.

De modo geral as Aulas-Oficinas estão organizadas a fim de enriquecer os recursos e metodologias em sala de aula e o conhecimento histórico atrelado as demandas sociais sobre a temática. Para isso, o esforço de diversificar as fontes ou documentações como base principal para a discussão, possibilita, portanto, o entrelaçamento de textos com imagens, através dos impressos, que permitem múltiplas discussões dos sentidos dos textos, dos significados das palavras ontem e hoje, das escolhas editoriais ou das notícias.

A utilização de vídeos, sejam pelo filme ou pelas sugestões de documentários e vídeos curtos, que abordam ambas as temáticas, criando um espaço mais visual e interativo para os alunos que amplia ainda mais as discussões, ativando o dispositivo do imaginário, do sensorial e da estética. Que enriquecem ainda mais a discussão ao materializar para os alunos o que está sendo discutido em sala de aula, cabendo ao professor a análise e orientação das ressalvas que devem ser feitas.

O professor tem a capacidade do planejamento educacional de suas aulas e compreende que a tarefa do educador é conseguir projetar as previsões de possibilidades de tempo, de diagnóstico de turma, capacidade deliberativa dos alunos e de execução, a isso as aulas-

oficinas não conseguem determinar e deixa registrado que é expressamente de autonomia do docente, porém existem algumas orientações em cada Aula-oficina aplicada, que podem ser modificadas ou não de acordo com a necessidade de cada contexto de turma e professor. Portanto, a cada Aula-oficina esse planejamento pode ser revisto, editado, adaptado desde que o objetivo de propor o debate do entrelaçamento das sexualidades e Ditadura Empresarial Militar seja mantido.

Dito isso, as Aulas-Oficinas são elaboradas como uma maneira de abordar sexualidades e identidade de gênero em uma perspectiva transversalizadas para as aulas de História, abordando a Ditadura Empresarial-Militar afim de esmiuçar ainda mais esse conteúdo, de uma maneira mais próxima dos alunos, através dessas demandas sociais que circundam suas vidas.

Por muito tempo, o conteúdo sobre Ditadura Empresarial-Militar se fixou apenas em aspectos políticos e econômicos, o que julgamos nesta pesquisa de extrema importância, pois na realidade da sociedade contemporânea determinou comportamentos e relações, a proposta não é romper a essas abordagens também tão necessárias, mas inserir e/ou ampliar essas discussões a partir e outros parâmetros, que também existiram e que precisam ser contados.

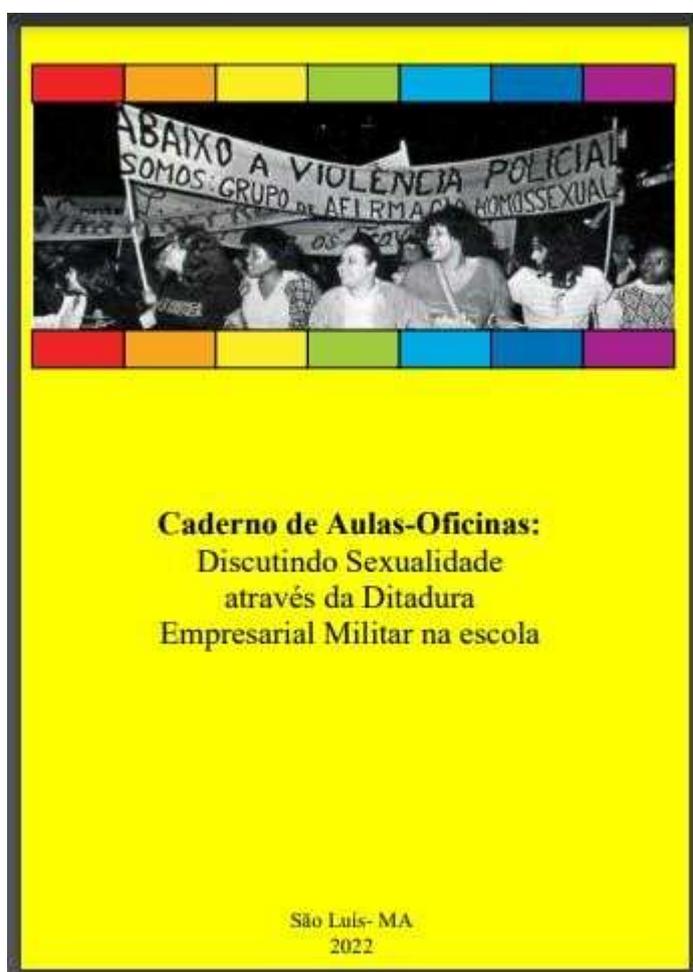
Assim, um dos propósitos é retirar do lugar de silêncio esses indivíduos, abrir o debate e conseguir perceber as rupturas e continuidades que ainda existem nessas sociabilidades marcadas por estigmas e ou exclusão social, que tentam de alguma maneira explicar como essas redes de relações se reconfiguram ainda hoje.

Considerando a pesquisa elaborada para a construção do produto educacional formulado neste trabalho, pôde-se observar que o contexto histórico da Ditadura Empresarial-Militar demarca um período de extremo autoritarismo político que apresentou ramificações sociais, culturais e econômicas. Neste quesito, destacamos que as ações de repressão dos governos ditatoriais tinham o objetivo não somente de conter a mobilização política das classes subalternas, nem também impedir a disseminação do comunismo, tendo em vista o contexto da Guerra Fria, mas, além de tudo isso, estabelecer determinados padrões morais e de costumes para toda a sociedade.

Nossa atual estrutura social não se desprendeu totalmente de todas as permanências e heranças do regime ditatorial, que acaba por estabelecer importantes reflexos em diversos movimentos opressores que existem atualmente, como racismo, machismo e homofobia. Sendo assim, cabe destacar a profunda necessidade de construirmos uma educação escolar voltada para a promoção e defesa dos direitos humanos, do exercício da cidadania, dos pilares democráticos e do respeito à diversidade.

O produto que será apresentando aqui sob o título **CADERNO DE AULAS-OFICINAS: DISCUTINDO SEXUALIDADE ATRAVÉS DA DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR NA ESCOLA** tem o propósito de constituir ferramenta pedagógica para um ensino de história voltado para a reflexão e análise do contexto vivido pelos sujeitos homossexuais no contexto da ditadura no Brasil.

O primeiro capítulo do caderno de aula-oficina se debruça sobre o debate acerca do contexto histórico vivido pelos indivíduos homossexuais no período da Ditadura Empresarial-Militar. Enfatiza-se nesse momento a necessidade de explicar alguns termos e conceitos estruturantes que estão diretamente relacionados à temática LGBTQI+ (Gênero, Sexualidades e Orientações Sexuais).



Capa do produto



Gênero e sexualidade

Além da reflexão detalhada acerca de termos e conceitos inerentes a esse tema, existe nesse espaço uma discussão historiográfica referente aos diferentes conceitos sobre ditadura e o caráter desses regimes autoritários. Tal revisão teórica é fundamental para a compreensão do contexto histórico, assim como do desenvolvimento da proposta de aulas-oficina desse produto educacional

DITADURA

Qual é o conceito de ditadura?

Segundo Maurício Duverger, a ditadura pode ser definida como um regime político autocrático, mantido pela violência, de caráter excepcional e legítimo. Já Norberto Bobbio afirma que a ditadura moderna é um regime caracterizado pela concentração absoluta do poder e pela subversão de ordem política anterior.

A ditadura é boa ou má?

Isso vai depender da forma como estará sendo desenvolvida. Como esteja buscando o bem geral, será considerada boa; caso esteja pretendendo o mal para a sociedade, será considerada como uma ditadura má.

Quem são as características de uma ditadura?

- **Estar localizada nas mãos de uma única pessoa ou grupos de pessoas:** Pretende unificar o legislativo e o executivo. O ditador concentra em suas mãos todos os atos referentes ao poder legislativo e executivo.
- **Revolução:** A ditadura surge após uma revolução, essa revolução ocorre por meio da força, ou, principalmente das forças armadas, para estabelecer um regime ditatorial. No regime ditatorial é desfeito o câmara dos deputados e o senado federal.

*A regra, que é devênia ter ser a propiciadora do surgimento de uma ditadura, é por meio de uma revolução, mas pode acontecer de um regime ditatorial ser fundado por conta de uma crise (grave de outro país ou local).

- **Transitória:** Se ela for implantada com um objetivo, durante se que o sistema ditatorial será transitório, ou seja, não vai perdurar.
- **Pode criar uma nova Constituição Federal:** Durante o período em que estiver, já que o regime ditatorial é transitório, é essa Constituição é criada para que seja normalizada toda a situação, ou seja, toda aquela reação no momento em que ela for instalada.

- **Supressão da liberdade:** A ditadura é implantada com o objetivo de impor a ordem, de organizar aquilo que estava desorganizado.
- **Conflito:** ao mesmo tempo que ela pretende organizar a estrutura social, ela acaba suprimindo a liberdade e isso acontece para que as decisões venham a prevalecer em relação aos direitos individuais, principalmente os direitos de liberdade.

*Bobbio afirma que é necessário que o povo perca momentaneamente a liberdade para depois ganhá-la sempre. Podemos dizer que o regime ditatorial pode ser realizado por meio de um governo monocrático (uma pessoa) ou um governo deliberativo (por um grupo).

Tipos de ditadura:

- **Governo Monocrático:**
 - **Autocrático:** Somente o ditador pode dar as ordens e as demais devem obedecer a ele.
 - **Popular:** Ele pode ter o poder de maneira estabelecido nas mãos de uma única pessoa, ou por meio de um partido político, ou seja, ele coloca alguém no poder e esse partido é quem detém a força e a autoridade para determinar o que deve ser feito.

*Bobbio chama de ditaduras governantes de poder fechado. É o mesmo que dizer de um governo autocrático.

- **Governo deliberativo:** Decisões tomadas após deliberação, ou seja, um grupo que decide.

*Bobbio chama de ditaduras de poder aberto ou pluralista, formado pelos representantes de vários partidos. Sendo que, esses representantes de vários partidos uniram o poder legislativo e executivo, mas o exercício desse poder não será realizado por uma única pessoa.

- **Governo Autocrático:** Cada e age sem nenhuma intervenção obrigatória de outras instâncias.

* O governo age e decide sem intervenção de outras instâncias, ele é único, ele quem decide.

Ditadura

Após as apresentações relativas à contextualização histórica, a análise de termos e conceitos referentes à gênero, sexualidade e ditaduras, inicia-se a abordagem direta sobre a aula-oficina que se estrutura a partir da definição teórica dela e de como ela se configura em produto educacional a partir da (re)construção do saber histórico relacionando ensino de história e diversidade sexual.



4.1 AULA-OFICINA 1

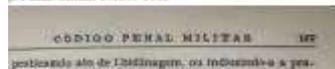
- 1- Título: Historiador por um dia: Ditadura e Sexualidade;
- 2- Público-alvo: a oficina está voltada para alunos de 3ª série do ensino médio e profissionais da educação;
- 3- Duração: 2 aulas;
- 4- Objetivos:
 - Propiciar o contato do aluno com a documentação histórica em sala de aula
 - Utilizar documentação regional sobre a temática em questão
 - Oportunizar a percepção visual ao aluno da materialidade da repressão da Ditadura Empresarial Militar as minorias, e seus processos de resistências;
 - Perceber os diversos discursos existentes no contexto;

O produto baseado nas aulas-oficinas se fundamenta em propostas de atividades com a utilização de jornais impressos, filmes, músicas e outros materiais de suporte sugeridos no final do material.

SUGESTÃO DE ATIVIDADES 3



Penal Militar P.107. 1973



Justicando ato de Libertagem, em referência a pro...



Jornal do Maranhão, 12-04-64, p.9

Música: "Pauze Bebô", Milton Nascimento (1975)



Éh, vida, vida, que amor brincadeira, à vera
 Eles se amaram de qualquer maneira, à vera
 Qualquer maneira de amor vale à pena
 Qualquer maneira de amor vale amar
 Pena, que pena, que coisa bonita, diga
 Qual a palavra que nunca foi dita, diga
 Qualquer maneira de amor vale aquela
 Qualquer maneira de amor vale amar
 Qualquer maneira de amor vale à pena
 Qualquer maneira de amor valerá
 Eles partiram por outros assuntos, muitos
 Mas no meu canto estarão sempre juntos, muito
 Qualquer maneira que eu cante esse canto
 Qualquer maneira me vale cantar
 Eles se amam de qualquer maneira, à vera
 Eles se amam é pra vida inteira, à vera
 Qualquer maneira de amor vale o canto
 Qualquer maneira me vale cantar
 Qualquer maneira de amor vale aquela
 Qualquer maneira de amor valerá
 Pena, que pena, que coisa bonita, diga
 Qual a palavra que nunca foi dita, diga
 Qualquer maneira de amor vale o canto
 Qualquer maneira de amor vale me vale cantar
 Qualquer maneira de amor vale aquela
 Qualquer maneira de amor valerá

Questão

Esta música do Milton Nascimento, de 1975, não aborda diretamente apenas a questão da sexualidade divergente durante a Ditadura. Mas a canção para o momento histórico era uma provocadora de opiniões. Os trechos da canção podem ser analisados a começar pela seguinte frase "Qualquer maneira de amor vale à pena / Qualquer maneira de amor vale amar".

- Desta forma, o professor pode perguntar a turma o que a frase está transmitindo?
- Naquele contexto histórico, seria provocador expressar o amor de diversas maneiras?
- A canção pode ser compreendida como um protesto sobre as liberdades individuais?

Música

FILME: TATUAGEM**FICHA TÉCNICA**

Direção: Hilton Lacerda
 Roteiro: André Marouço
 Elenco: Irandhir Santos, Jesuítá Barbosa, Rodrigo Garcia, Sílvia Restiffé, Sylvia Prado, Ariclenes Barroso, Arthur Canavaro, Deyvid Queiroz de Moraes, Nash Laila, Soia Lira, Auricéia Fraga
 Gênero: Drama
 Tempo: 150 min
 Classificação: Não recomendado para menores de 16anos.
 Lançamento: 2013

SINOPSE

O filme se passa durante o período da Ditadura Empresarial Militar (1964-1985), onde houve uma forte censura na liberdade de expressão e individuais. Neste período varias minorias sociais e a classe artistica foram alvo deste poder opressor. Embora tudo isso, alguns agentes sociais se organizaram para resistir a essas imposições. No filme, ha produção artistica é a principal ferramenta utilizada pelos oprimidos para reagir a este cenário de horror. Os protagonistas no filme integram as classes marginalizadas socialmente. Lançado em 2013, *TATUAGEM*, um filme de Hilton Lacerda discuti temas como a repressão da ditadura empresarial militar ao teatro e á sexualidade. A história acontece no ano de 1978 na cidade de Recife, onde Clécio (Irândhir Santos) é o líder de uma trupe de teatro que se apresenta em uma casa de show chamada Chão de Estrelas. O grupo de teatro sempre apresenta peças e performances que expõe a situação da política brasileira naquele momento, questões realacionadas a liberdade do corpo e da sexualidade, utilizando dentro dessas apresentações da dança, musica e recitais de poemas. Neste contexto, o Fininha, personagem de Jesuítá Barbosa, é soldado militar que conhece a trupe e passa a se envolver de forma homoafetiva com Clécio

DISPONÍVEL

O filme esta disponível pela plataforma Netflix, além disso, é possível encontra-lo outros formatos como DVD e em plataformas de troca online e venda.

Filme

5. PRA SABER MAIS AINDA : SUGESTÃO DE MATERIAL DE SUPORTE

Neste tópico é um bonês ao professor para sugestões, que podem ser acrescentadas nas aulas-oficinas e ou em um outro momento em que o professor possa inserir em suas aulas.

1) Filmes e documentários:

Hoje eu quero voltar sozinho. Brasil, 2014. 1:36 min. Filme de Daniel Ribeiro.

Sinopse: O protagonista Leonardo , ainda na fase da adolescência possui uma deficiência visual, que tem sua independência colocada em cheque no cotidiano escolar, porém a chegada de um novo aluno, o Gabriel , aguça os desejos e o autoconhecimento de ambos.

Transamérica. EUA. 2005. 103min. Sinopse: O filme conta a história de Bree, uma mulher transgênero que, uma semana antes de realizar a cirurgia de readequação sexual, descobre ter anos, fruto de uma relação enquanto ainda possuía uma identidade masculina. Bree parte para a cidade Nova York em busca de seu filho que esta preso antes de realização a operação.

Sobre Vivências - Documentário LGBT. 2018. 53m. Sinopse : 14 pessoas contam suas histórias de vida, todas elas atravessadas por experiências de preconceitos de gênero e sexualidade. (Sobre)Vivências é um documentário que busca ampliar as vozes de pessoas LGBT's e contribuir para a construção de novas ideias frente a forte estigmatização que esta população possui na sociedade. Os relatos cotidianos são intencionalmente explorados com o objetivos de tornar a experiência única e pessoal para cada um que assiste.

Billy Elliot. (Inglaterra) 2000. 110m. Sinopse: Um filme de comedia musica retrata a vida de Elliot e uma surpresa descoberta que abala sua relação familiar ,uma paixão pela arte da dança, e descobre na puberdade sua verdadeira paixão no

Sugestões de vídeos, filmes, documentários e etc.

Resgatar essa memória a partir de diferentes fontes históricas através da relação com a atual discussão sobre os avanços na defesa dos direitos humanos e da diversidade sexual é muito importante para a construção de uma sociedade mais igualitária e menos discriminatória. Construir essa consciência de respeito às diferenças dentro do espaço escolaré fundamental para a formação de jovens e adultos que saibam conviver com as diversas liberdades individuais que estão presentes na Declaração Universal de Direitos Humanos e da Constituição Federal Brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção historiográfica atual põe em destaque diversos atores sociais antes excluídos, silenciados e invisíveis, o que torna possível a elaboração de manuais didáticos mais plurais e

que de fato consigam desenvolver as competências previstas pela BNCC. O livro didático deve ser um instrumento mais democrático e plural abarcando o máximo de representação social capaz de ser trabalhada, afim de garantir ao aluno uma identificação quanto aos processos de construção de identidades, e permitir ao professor maiores possibilidades de desempenhar os processos de ensino otimizando as aprendizagens coletivas e individuais.

Neste sentido, podemos concluir que os documentos em análise por esta pesquisa se configuram em manuais didáticos, documentos norteadores da educação que ainda silenciam ou tem uma expressividade tímida para representação em relação aos indivíduos homossexuais. Portanto no combate as violências sexuais e de gênero se faz necessário a presença de novas didáticas e práticas pedagógicas que consigam ser munção *sine qua non* para professores e alunos de forma preventiva, consigam transpor as barreiras do preconceito e promover a igualdade entre todos. Alternativas pedagógicas auxiliares se constituem nos dias atuais proposições eficientes e eficazes para o alcance de metas e objetivos para a qualidade da educação básica.

O ambiente escolar é por diversas vezes um espaço de preconceito e discriminação, e o ensino de história portanto torna-se uma ferramenta de fundamental importância para o combate as indiferenças e discriminações. Este trabalho em específico tem o objetivo de discutir instrumentos pedagógicos que auxiliem o docente na pratica pedagógica contra a homofobia no espaço escolar a partir do ensino da ditadura militar. Dessa maneira auxiliar a desconstrução de conceitos e elucidação de dilemas sociais que envolvem as questões de gênero e sexualidades

A relação entre academia e ensino básico se configura primordial para as trocas e produções teóricas e práticas que experimentem e validem didáticas capazes de transformar experiencias e sociabilidades em ambos os espaços. São sem dúvida o caminho para uma evolução, em seu sentido progressista, da educação brasileira.

Esta pesquisa propôs uma reflexão sobre a experiência dos indivíduos homossexuais durante o regime autoritário permitindo portanto lançar luz sobre estas experiências enquanto sujeitos histórico silenciados e invisibilizados, porém com um objetivo mais amplo, transpor para a vivencia da sala de aula através do uso do Ensino da História a extensão do debate e a reflexão sobre sexualidade, orientação sexual e identidade gênero a partir da leitura, manuseio e análise crítica de fontes históricas.

É uma proposta que traça estratégias para efetivar o diálogo sobre temas tão importantes como os temas transversais e que delinea um enfretamento sobre o avanço de discursos

conservadores que impedem a discussão, o diálogo e a efetiva prática da reflexão já prevista em BNCC e por outras diretrizes educacionais.

O uso das Aulas-Oficinas se constitui como uma ferramenta auxiliar, porém possível para abordagem da temática do componente curricular e da discussão transversalidades. Durante a aplicação diagnóstica com alunos e professores, a necessidade da discussão se materializou através dos resultados, e em sala de aula a necessidade da discussão em sala de aula amplia ainda mais o debate enriquecido pela interação e contribuição das sociabilidades experimentadas pelos alunos.

Este trabalho fruto de uma reflexão apresentada em comunicação oral é um anseio e uma reflexão sobre que meios, estratégias e fundamentos é possível traçar e delinear a partir da instrumentalização da prática do Ensino de História que possibilite o combate direto ao bullying, preconceito e discriminação sexual ou de identidade de gênero no espaço escolar.

As considerações finais aqui descritas são mais proposições que ampliem possibilidades concretas aos docentes e que permitam a atuação direta da participação dos alunos para a construção de um debate amplo, profícuo e capaz de intervir nas realidades vigentes. A autonomia do docente nesta pesquisa é basilar para que haja uma maior capilaridade da pesquisa e dos objetivos traçados, pois promove reconhecimento de alunos e professores e atinge realidades específicas de onde quer que seja sua aplicação.

Os principais princípios norteadores de uma educação plural e eficaz são baseados no aprender a ser, a fazer, a conhecer e a viver juntos. As Aulas Oficinas garantem, portanto, essa relação que transforma e que é capaz de reconstruir espaços em ambientes mais favoráveis a aprendizagem. Possibilitam, portanto, a pedagogia da presença em que o professor está em todas as ações conjuntamente participante e atuante, condição necessária para que consiga traçar quais aulas e como aplicar em cada contexto, o protagonismo estudantil pois, a participação e autonomia criativa e de elaboração dos alunos é parte fundamental para que as aulas-oficinas se estabeleçam como ações transformadoras e atividades de mudança.

Além disso, proporciona a educação interdimensional necessárias para a formação humana em que garante diferentes dimensões para a aprendizagem como emoção, personalidade, subjetividades e corporeidade tanto a alunos quanto a professores, e uma inserção transformadora que é o principal objetivo desta pesquisa que proporciona a alunos e professores a capacidade científica e humana de tomadas de decisões a partir das atividades e discussões propostas pelas aulas-oficinas no sentido de intervir e modificar realidades. Dessa forma, consideramos que são armas importantes para uma educação transformadora e capaz de mudar sentidos e significados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Katia. **Processos de construção do saber histórico escolar**. História e Ensino. Londrina, v. 11, 2005.
- ABREU, Alzira Alves de. **A imprensa e seu papel na queda de João Goulart**. CPDOC, 2006. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart.
- ALMEIDA, Jorge. **A relação entre mídia e sociedade civil em Gramsci**. Revista ComPolítica, n.1, vol. 1, março-abril, ano 2011.
- ALMEIDA, Alderico Segundo Santos. **(ENTRE) LINHAS E DISCURSOS: Estudo sobre homossexualidade e homofobia em livros de Sexualidade e Educação Sexual do ensino médio em escolas públicas de São Luís, Maranhão**. 2021
- BAKHTIN, Mikhail. **A estética da criação verbal**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- _____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14ª ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2009.
- BOGÈA, Arthur Furtado. **Discursos de gênero no espaço escolar: quais referências de masculinidades?**. 2019
- BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs). **O Brasil Republicano**. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp.13-42
- BORRILLO, Daniel. **HOMOFOBIA: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2010.- (Ensaio Geral).p 9 . p 13.
- BARROSO, João. **O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída**. In BARROSO, João. O estudo da Escola. Porto: Porto Ed., 1996.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL.
- BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014 - Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE**.
- BRASIL. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 30 DE JANEIRO 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. 7
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 203º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020: sumário executivo**. Brasília, 2020.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília: MEC, 2015(1ª versão).

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília: MEC, 2016(2ª versão).

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base. Brasília: MEC, 2018(3ª versão).

BRASIL. Proposta de Diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em cursos de nível superior. Maio/2000

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação.

Câmara de Educação Básica. Parecer CEB n. 4/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC/CNE, 1998 a.

CAINELI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. Desafios teóricos e epistemológicos na pesquisa em educação histórica. *Antíteses*, v. 5, n. 10, p. 509-518, jul./dez. 2012.

CANDAU, Vera (org.) 2008. *Sociedade, Educação e cultura(s)* 2. Ed. Petrópolis: Vozes.

_____. *Didática, currículo e saberes escolares*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CANEN, Ana. Multiculturalismo e identidade escolar: desafios e perspectivas para repensar a cultura escolar. *Cadernos PENESB*. Rio de Janeiro/Niterói, v. 6, 2006, pp. 35-47.

_____. Competência pedagógica e pluralidade cultural: eixo na formação de professores? *Cadernos de Pesquisa*, n. 102, Nov. 1997, pp.89-107,

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Ligia Coelho. O Bravo Matutino: imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Ômega, 1974.

CASTORIADIS, Cornelius. *Figuras do Pensável: as encruzilhadas do labirinto*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004

_____. *A Instituição Imaginária na Sociedade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CILIATO, Fernanda; SARTORI, Guedes. Pluralidade Cultural: os desafios aos professores em frente da diversidade cultural. In: *Revista Monografias Ambientais – REMOA*. 14, 2015, p. 65-78.

COELHO, Vinicius. *Lampião da Esquina: Porta voz dos homossexuais (1978-1981)*. RJ: Editora. Multifoco, 2014.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

DREIFUSS, René. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro, Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Tempo & Argumento, vol. 9, nº 20, 2017, pp. 5-74.

_____. Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

FONSECA, S.G. O uso de Diferentes Linguagens no Ensino de História e Geografia. Ensino em Revista, 2010, Recuperado de <http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/7810>

GAY, Peter. O estilo na história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado. Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. Os jornais e os operários. Marxists Internet Archive, 2005. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>. Acesso em: 18 março.2011.

GREEN, James Naylor. Além do carnaval – a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

_____ & QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

LINO, Nilda Gomes; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves..2º ed. Experiências étnico-culturais para a formação de professores – Belo Horizonte: Autêntica, 2006. /

LEMO, Renato. Ditadura, Anistia e Transição Política no Brasil: 1964-1979. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

_____. Anistia e crise política no Brasil pós-1964. Topoi, vol.3, nº5, Rio de Janeiro, jul-dez 2002, pp. 287-313.

LEVI, G. O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar. Revista Tempo, UFF, v. 20, 2014, p. 1-20.

MARANHÃO. Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão. LEI Nº 10.099, DE 11 DE JUNHO DE 2014. p.19-20

MARANHÃO. Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do Plano Estadual de Educação 2014-2017. Forum Estadual de Educação. 2018. p.39-40

MARTINS, Alberto Magno Moreira. Educação e diversidade sexual: a (in) visibilidade nos planos de ensino da área de ciências humanas e suas tecnologias no ensino médio maranhense. 2016

MELO, D. B.. Ditadura 'civil-militar'?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. Espaço Plural (Marechal Cândido Rondon. Online), v. 27, p. 39-53, 2012.

MOREIRA, A.F e CANDAU, V.M (2003). Educação escolar e culturas: construindo caminhos. Revista Brasileira de Educação, n 23, Mai-ago.

MOREIRA ALVES, Márcia Helena. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). 2ª edição Petrópolis: Editora Vozes, , 1984.

MORAES, Denis de. A comunicação na batalha das ideias. ACESSA.com Gramsci e o Brasil. Revista eletrônica. <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1079>

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay...* Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tomo I. Porto Alegre, 2005.

_____. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e terror de Estado. Revista História e Luta de Classes n° 4, julho de 2007, pp. 43- 51.

PAVIANI, Neires Maria Soldatelli; FONTANA, Niura Maria. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. Conjectura: Filosofia e Educação, Caxias do Sul, v. 14, n. 2, , maio/ago. 2009, pp.77-88.

PÉRET, Flávia. Imprensa Gay no Brasil. São Paulo: Publifolha, 2011.

RÉMOND, René. Do Político. In:_. Por uma história política. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

RODRIGUES, Jorge Caê. Impressões de Identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil. Niterói: EdUFF, 2010.

RÜSEN, Jorn. Metodologia – as regras da pesquisa histórica. In:_____. Reconstrução do passado. Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 104

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. Práxis Educativa. Ponta Grossa, PR. v. 1, n. 2, , jul.-dez. 2006, pp.7-16.

SECMA. Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite: 1821-2007.São Luís: edições SECMA, 2007.

SKIDMORE, Thomas. Brasil de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SILVA, Diana Melo. Gênero e Orientação Sexual na Base Nacional Comum Curricular.In Anais Educon 2020, São Cristóvão/SE, v. 14, n. 5, p. 1-17, set. 2020 | <https://www.coloquioeducon.com/>

THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio(orgs.). As peculiaridades dos ingleses e outros estudos. p 196 Campinas: Editora da UNICAMP, 2011, p.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso – a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Record, 2000.

VILLA, Marco Antônio. Ditadura à Brasileira: 1964-1985. A democracia golpeada à direita e à esquerda. São Paulo: LeYa, 2014.

WHITE, Hayden . Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura/ Hayden White. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

FONTES

Jornal Pequeno 23.06.1969 (Arquivo 05. Prateleiras 407-427)

Jornal do Dia, São Luís, 21.02.1971.)

LAMPIÃO DA ESQUINA, Rio de Janeiro, nº5, out. 1978. Acervo Digital do Lâmpião da Esquina. *Grupo Dignidade*. Disponível em: www.grupodignidade.org.br/projetos. Acesso em: 15/03/2018.

DOCTRINA Básica. Rio de Janeiro. ESG, 1979.

MANUAL Básico. Rio de Janeiro. ESG, 1986.

RELATÓRIO do Grupo do Tema 25 . Campo Psicossocial – A Família. Rio de Janeiro, ESG, 1975.